



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

RAQUEL BIANOR DA SILVA

PLANEJAMENTO, CAPITAL E EMANCIPAÇÃO HUMANA

Recife

2019

Raquel
13/08/2019

RAQUEL BIANOR DA SILVA

PLANEJAMENTO, CAPITAL E EMANCIPAÇÃO HUMANA

Tese apresentada à Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutora em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Alexandra Monteiro Mustafá

Recife

2019

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S586p Silva, Raquel Bianor da
Planejamento, capital e emancipação humana / Raquel Bianor da Silva.
- 2019.
155 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Alexandra Monteiro Mustafá.
Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de
Pernambuco. CCSA, 2019.
Inclui referências.

1. Emancipação humana. 2. Controle social. 3. Crítica ontológica. I.
Mustafá, Maria Alexandra Monteiro (Orientadora). II. Título.

361 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2019 – 093)

RAQUEL BIANOR DA SILVA

PLANEJAMENTO, CAPITAL E EMANCIPAÇÃO HUMANA

Tese apresentada à Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutora em Serviço Social.

Aprovada em: 30/08/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Alexandra Monteiro Mustafá
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Cortez de Lima (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Adilson Aquino Silveira Junior (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Sérgio Afrânio Lessa Filho (Examinador Externo)
Universidade Federal de Alagoas

Prof^a. Dr^a. Mariana Alves Andrade (Examinadora Externa)
Universidade de Pernambuco

A todas as pessoas que amo e que sei que me amam, especialmente aos meus pais, José Bianor Filho (*in memorian*) e Josefa Maria da Silva (*in memorian*); aos meus irmãos Josiane Bianor da Silva e José Fábio Bianor da Silva (*in memorian*); a minha companheira de uma vida, Elza Mota, e a nossa filha querida, Laura Mota de Andrade.

E ainda, com maior entusiasmo, aos trabalhadores e trabalhadoras do mundo que podem banir do mundo a opressão,

Dedico

AGRADECIMENTOS

O caminho para a construção do conhecimento, enquanto reflexo na consciência da realidade, é sempre uma viagem insólita, tal qual atestamos no nosso trabalho dissertativo. Mas também é uma viagem de importantes descobertas sobre o mundo como ele é e sobre nós mesmos, sobre “coisas que ficaram muito tempo por dizer, frases que o vento vem às vezes me lembrar[...]” (BORGES; BASTOS, p. 01.1971); não tem atalhos e é preciso seguir firme no propósito de desvelar o objeto da pesquisa em suas articulações categoriais. A solidão é companheira de viagem, mas ela nunca está sozinha, por isso adquirimos novos parceiros e reencontramos os antigos de toda uma vida.

Assim, é preciso agradecer primeiramente a Marx, Engels, Lênin, Lukács e Mézáros pelo legado filosófico-científico, bem como a seus críticos e intérpretes. Sem essa massa de conhecimento, as opções de pesquisa se tornariam extremamente pobres para nós, profissionais do Serviço Social e das áreas das Ciências Sociais Aplicadas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e à Capes pelo apoio financeiro, sem o qual esse trabalho não seria possível.

À professora Maria Alexandra Monteiro Mustafá pela disponibilidade para a orientação consciente da autonomia indispensável no processo de doutoramento.

Ao professor Ivo Tonet, pela sua inestimável contribuição intelectual no momento inicial do projeto de pesquisa. Ao professor Sérgio Lessa, por sua igualmente inestimável contribuição no momento final da escritura da tese com sua crítica pertinente e estimuladora.

Aos colegas de todas as turmas do PPGSS, pelo qual tivemos encontros intelectuais e divertidos saraus com o DJ/Professor Adilson Junior na cultural Várzea do Capibaribe.

Às professoras e professores da PPGSS pelo compromisso com uma formação de qualidade.

Aos tradutores, Laura Mota (inglês), Ivonete Barreto (espanhol), Patrick Hochgeschurz (Alemão) e João Francisco Soares (Língua Crioula Cabo-Verdiana) pela presteza na tarefa de traduzir para outros idiomas o resumo de nossa tese.

RESUMO

Esse estudo representa a possibilidade de problematizar o nosso objeto de trabalho profissional: o planejamento e as questões ligadas à emancipação humana postas pelo projeto ético do Serviço Social. Desenvolve-se em *um momento* de longa jornada de confrontação e de aprendizagem teórico-prática com os processos das lutas sociais encetadas pelos sujeitos das classes trabalhadora e subalterna, com os quais a atuação como assistente social e pesquisadora inevitavelmente nos colocou desde a década de 1990. Dessas experiências, surgiu o questionamento motivador da pesquisa teórica aqui desenvolvida; de um lado, a constatação prática de que, no processo de planejamento efetivamente realizado de forma participativa com os sujeitos que operam a sua implementação, ocorre a repetição dos momentos de objetivação e exteriorização próprios do complexo fundante do *ser social – o trabalho*, que é, como sustenta LUKÁCS (2018a) *o modelo de toda práxis social*; de outro, essa descoberta permite, para os participantes, tomar consciência do caráter fetichizado dos planejamentos governamentais de caráter acrítico, anistórico e reiterativo do *status quo* próprio da “racionalidade” burguesa. Então, diante das questões que vinham amadurecendo no plano intelectual sobre a centralidade do trabalho e do sujeito revolucionário em nosso tempo; associada à questão historicamente posta sobre a necessidade de uma sociabilidade conscientemente planejada pelos produtores livres associados, inquerimos de forma simples e direta: o que é mesmo planejamento? Um instrumento, uma técnica social, um *jogo* político, uma disciplina do campo das ciências sociais, especialmente na ciência da administração? Depois de investigar as diferentes abordagens críticas sobre o planejamento, compreendi que a crítica frequentemente dirigida aos processos de planejamento pelos seus especialistas não cumpria o papel efetivo de crítica ao permanecer no campo epistemológico, na argumentação metodológica e técnico-operativa. Daí a necessidade de buscar apreendê-la como categoria ontológica e revelar a sua contradição essencial no plano epistemológico e prático na sociabilidade burguesa e, ao mesmo tempo, sua potencialidade histórica concreta de superação, num processo de revolução permanente, dessa sociabilidade. A organização da tese expressa esse caminho metodológico: demonstrar o potencial emancipador do planejamento para a transição do socialismo ao comunismo, explicitando que esta sua potencialidade, a partir da *crítica ontológica* inaugurada por Marx-Engels, instalam um novo e

revolucionário padrão de cientificidade expresso no método do *materalismo histórico e dialético*. Controlado pelos trabalhadores, o planejamento contribui para o fenecimento do Estado organizando o seguinte quadro: a) Massiva redução do tempo de trabalho socialmente necessário; b) Socialização das funções administrativas e; c) Transformação radical da divisão social do trabalho e das relações campo/cidade. Essas três mudanças efetivas e de fácil operação tornam o “fenecimento do Estado” algo não misterioso (um “véu nebuloso”, como se referia Marx) ou remoto, mas um processo perfeitamente tangível que precisa ser iniciado agora, no presente. Sem a reaquisição desses poderes, é inimaginável o novo modo de controle social total da sociedade por seus indivíduos, assim como a operação cotidiana não contraditória e, portanto, coesiva/planejável das unidades produtivas e distributivas particulares pela autoadministração dos produtores associados.

Palavras-chave: Controle social. Crítica ontológica. Emancipação Humana. Planejamento. Transição socialista/comunista.

ZUSAMMENFASSUNG

Die vorliegende Studie ermöglicht uns, das Ziel unserer professionellen Tätigkeit zu problematisieren: die Planung und die mit der menschlichen Emanzipation verbundenen Fragen, welche unser ethisches Projekt des Sozialdienstes aufwirft. Es entwickelt sich also *ein Moment* einer langen Reise des theoretisch-praktischen Lernens und der Konfrontation mit den Prozessen der sozialen Kämpfe, die von den Mitgliedern der Arbeits- und Unterlassen initiiert wurden, und mit denen wir in der Arbeit als Sozialassistent/in in der Forschung seit den 90er Jahren zwangsläufig konfrontiert werden. Aus diesen Erfahrungen entstand die Motivation zur Hinterfragung der hier entwickelten theoretischen Forschung; einerseits die praktische Feststellung, dass im tatsächlich realisierten Planungsprozess, der unter Mitwirkung der an seiner Implementierung Beteiligten realisiert wird, eine Wiederholung der Momente der Objektivierung und Externalisierung stattfindet, die dem Gründungskomplex des *sozialen Wesens* eigen sind - *die Arbeit*, die, wie LUKÁCS (2018a) behauptet, *das Modell jeder sozialen Praxis* ist; andererseits ermöglicht diese Entdeckung den Teilnehmern, sich des fetischisierten Charakters von Regierungsplänen akritischer und ahistorischer Natur sowie ständig sich wiederholend hinsichtlich des *Status quo* der bürgerlichen "Rationalität" bewusst zu werden. Somit stellten wir, angesichts der Fragen, die auf intellektueller Ebene bezüglich der Zentralität der Arbeit und des revolutionären Individuums unserer Zeit gereift waren, verbunden mit der historisch gestellten Frage nach der Notwendigkeit eines bewusst von den freien beteiligten Produzenten geplanten Zusammenlebens, die einfache und direkte Frage: Was ist eigentlich Planung? – Ein Instrument, eine soziale Technik, ein politisches *Spiel*, eine Disziplin aus dem Bereich der Sozialwissenschaften, speziell der Verwaltungswissenschaften? Nachdem ich die verschiedenen kritischen Ansätze zum Thema Planung untersucht hatte, wurde mir klar, dass die häufig von den Planungsspezialisten an die Planungsprozesse gerichtete Kritik ihre effektive Rolle der Kritik nicht erfüllte, indem sie im epistemologischen Bereich, in der methodologischen Argumentation und der operativen Technik blieb. Daraus ergibt sich die Notwendigkeit, sie als ontologische Kategorie zu begreifen und ihren wesentlichen Widerspruch auf der epistemologischen und praktischen Ebene in der bürgerlichen Gesellschaft aufzuzeigen, sowie gleichzeitig ihre konkrete historische Potenzialität zu

offenbaren, diese Gesellschaft in einem Prozess der permanenten Revolution zu überwinden. Der Aufbau der vorliegenden Abschlussarbeit reflektiert diesen methodologischen Weg: das emanzipatorische Potenzial von Planung für den Übergang vom Sozialismus zum Kommunismus aufzuzeigen, und dabei ihre Potenzialität zu verdeutlichen, ausgehend von der *ontologischen Kritik*, die von Marx-Engels eingeführt wurde, die ein neues und revolutionäres Muster der Wissenschaftlichkeit etablieren, das sich in der Methode des *historischen und dialektischen Materialismus* ausdrückt. Kontrolliert von den Arbeitern trägt die Planung zur Entwicklung des Staates bei, indem sie die folgenden Rahmenbedingungen organisiert: a) massive Reduktion der sozial notwendigen Arbeitszeit; b) Sozialisierung der administrativen Funktionen; c) radikale Transformation der sozialen Arbeitsteilung und der Beziehungen zwischen ländlichen und urbanen Regionen. Diese drei effektiven Veränderungen, die auch leicht umzusetzen sind, machen die „Entwicklung des Staates“ zu etwas nicht Geheimnisvollem (Marx verwandte diesbezüglich den Begriff „nebliger Schleier“) oder Entferntem, sondern zu einem perfekt greifbaren Prozess, der jetzt, in der Gegenwart, initiiert werden muss. Ohne den Wiedererwerb dieser Befugnisse ist die neue Art der totalen sozialen Kontrolle der Gesellschaft durch ihre Individuen unvorstellbar, ebenso wie der tägliche widerspruchsfreie und demzufolge kohärente/planbare Tagesbetrieb der einzelnen Produktiv- und Vertriebseinheiten durch die Selbstverwaltung der beteiligten Produzenten.

Schlüsselwörter: Menschliche Emanzipation. Ontologische Kritik. Planung. Soziale Kontrolle. Sozialistischer Übergang.

RESUMEN

Este estudio representa la posibilidad de problematizar nuestro objeto de trabajo profesional: planificación y cuestiones relacionadas con la emancipación humana suscitadas por el proyecto ético del Servicio Social. Se desarrolla como *un momento* de un largo viaje de confrontación y de aprendizaje teórico-práctico, con los procesos de luchas sociales iniciados por los sujetos de las clases trabajadoras y subordinadas, con los cuales el trabajo de asistente social, investigador, nos ha puesto inevitablemente desde la década de 1990. De estas experiencias, surgió el cuestionamiento motivador de la investigación teórica desarrollada aquí; por un lado, la constatación práctica de que en el proceso de planificación efectivamente realizado de forma participativa con los sujetos que operan su implementación, se repiten los momentos de objetivación y externalización propios del complejo fundador del ser social – el trabajo, que es, como sostiene LUKÁCS (2018a) el modelo de toda praxis social; por otro, esa descubierta, permite, para los participantes, tomar conciencia del carácter fetichizado de las planificaciones gubernamentales de carácter acrítico, anistórico y reiterativo del *status quo* propio de la “racionalidad” burguesa. Entonces, delante de las preguntas que habían estado madurando en el plano intelectual sobre la centralidad del trabajo y del sujeto revolucionario en nuestro tiempo; asociados con la pregunta históricamente planteada sobre la necesidad de una sociabilidad planificada conscientemente por los productores asociados libres, preguntamos simple y directamente: ¿Qué es, de hecho, planificación? ¿Un instrumento, una técnica social, un *juego* político, una disciplina del campo de las ciencias sociales, especialmente en la ciencia de administración? Tras investigar los diferentes enfoques críticos para la planificación, me di cuenta de que la crítica dirigida a menudo a los procesos de planificación por parte de especialistas en planificación, no cumplía su papel efectivo de crítica en permanecer en el campo epistemológico, en la argumentación metodológica y técnica operativa. De ahí la necesidad de comprenderlo como una categoría ontológica y revelar su contradicción esencial a nivel epistemológico y práctico en la sociabilidad burguesa y, al mismo tiempo, su potencial histórico concreto para superar, en un proceso de revolución permanente, esa sociabilidad. La organización de la tesis expresa este camino metodológico: para demostrar el potencial emancipador de la planificación para la transición del socialismo al comunismo, explicando que esta potencialidad se basa en la crítica

ontológica inaugurada por Marx-Engels quien instala un nuevo y revolucionario padrón de cientificidad expresado en el método del materialismo histórico y dialéctico. Controlada por los trabajadores, la planificación contribuye para el debilitamiento del Estado al organizar el siguiente marco: a) reducción masiva del tiempo de trabajo socialmente necesario; b) socialización de las funciones administrativas; c) transformación radical de la división social del trabajo y de las relaciones campo/ciudad. Estos tres cambios efectivos y fáciles de operar, hacen que la “extinción del Estado” sea algo no misterioso (como Marx mencionó el velo nublado) o remoto, sino, un proceso perfectamente tangible que debe iniciarse ahora, en el presente. Sin la readquisición de estos poderes, el nuevo modo de control social total de la sociedad por parte de sus individuos es inimaginable, así como la operación diaria no contradictoria y, por lo tanto, cohesiva/planificada de las unidades productivas y distributivas particulares por la autogestión de los productores asociados.

Palabras claves: Crítica ontológica. Emancipación humana. Planificación. Transición socialista.

RAZUMU

Es studu ta presenta-nu posibilidadi di problematisa nós objetu di trabadju profesional: planejamentu e kes kiston ligadu a imancipason di homi posto pa prujetu ético di Serviço Sosial. El ta disenlvolvi inkuanto un momentu di un longu jornada di konfrontason y di aprendizagi teôriku-pratiku, ku kes prosesus di lutas sociais incitadu pa sujeitus di classi trabadjador e subalternu, di entri kes atuason komu assistenti sosial qui-ta fazi peskisa, inevitamenti ta coloca-nu desdi década di 1990. Di kes xperiências ta surgi kistionamentu ki motiva nós peskisa teôriku; di un ladu, kostatason pratiku di ki na prosesu di planejamentu efetivamenti rialisadu di forma paticipativu ku kes sujeitus ki opera sê implementason, ocori repetison di momentus di objetivason y xteriorizason proprius di complexu fundanti de ser sosial – trabadju, ki ê, komu LUKÁCS (2018^a) ta flanu ê modelu di tudu praxiz sosial; di kelotu ladu, ês descuberta, permiti, pa kes participanti, toma consciencia di carater fetichisadu di planejamentu governamentais di carater akritico, sem stória e reiterativu di *status quo* propi di “racionalidad” burguesa. Nton, dianti di kes kistons ki nu tem stadu ta amaduresi na planu intelectual sobri sentralidadi di trabadju y di sujeitu revolucionáriu na nós tempu; asosiadu a kes kistons históricamenti postu sobri necesidadi di un sociabilidadi conscientimenti planejadu pa produtoris livris asosiadus, nu ta fazê nós kiston di forma simplis y diretu: kusé k ta significa planejamentu? un instrumentu, un técnica sosial, un djogu polítiku un disciplina di campu di ciênsia sosial specialmenti di ciênsia di administrason? Dipoz di investiga kes diferentis abordajens criticas sobri planejamentu nu-da konta di ki critica frequentimenti dirijida a procesus di planejamentu pa specialistas en planejamentu, ka ta kumpri papel efetivu di critica pamodi el ta permaneci somenti na campu epistimolójiku, na argumentason metodolójiku y técnica operativu. Por-isu nu percebi necesidadi di apreendel komu categoria ontolójica e revela sê kontradison issencial na planu epistimolójiku y pratiku na sociabilidadi burguesa y, en mesmu tempu, sê potencialidadi histórica concreta di superason, na un procesu di revoluson permanenti, di ês sociabilidadi. Organisations di tesi ta xpressa ês caminhu metodolojiku: ta dimonstra kes potencial emancipador di planejamentu pa transison di socialismu a kumunismu y ta xplica ki ês potencialidadi ki ta parti di critica ontolójica inaguradu pa Marx-Engels ki passa ta ser un novu y rivolucionáriu padron di cientificidadi xpressu no métodu di materialismu históriku e dialétiku. Kontroladu pa trabadjadoris, planejamentu ta contribui pa fenecimentu di Stadu y ta leba organizason

di seguinti quadro: a) txeu reduson di tempu di trabadju sosialmenti necesáriu; b) socializason di funson administrativu; c) transformason radical di divison sosial di trabadju e di relason campu/cidade. Ês três mudansas efetivas y di fácil operason, ta torna “fenecimentu di Stado” algu sem ninhun misteriu (sima ki Marx ta referiba véu nebulozu) ô remotu, maz, “un proceso perfektamenti tangível ki precisa ser iniciadu gossi-li. Sem reaquison di kês poderis ê ka imaginável un novu modu di controlu sosial total di sosiedadi pa sês indivíduos, di ês forma komu operason kotidiana sen-contradison y, purtantu, coêsiva/planejável di unidades produtivas e distributivas particularis pa autoadministrason di produtoris asociadus”.

Palavras-chavi: Controlu sosial. Emancipason di homi. Kítica ontolójica. Planejamentu. Transison socialista.

ABSTRACT

This study represents the possibility of problematizing our object of professional work: planning and the issues regarding human emancipation given by the ethical project of Social Service. It's developed as a *moment* of a long journey of confrontation and theoretical-practical learning, with the processes of social fights initiated by the subjects of worker and underling classes, with whom the work as a researcher social worker inevitably placed us since the 1990's. From this experiences emerges the motivational question of the theoretical research here developed; on one side, the practical finding that, in the planning process effectively realized in a participative manner with the subjects who operate its implementation, occurs the repetition of moments of objectification and externalization characteristic of the founding complex of the *social being* – the *labor*, which is, as defended by LUKÁCS (2018), *the model of all social praxis*; on the other side, this discovery allows the participants to be aware of the fetishized character of uncritical, unhistorical governmental planning reiterative of the *status quo* proper of bourgeois “rationalization”. So, given the questions that have been matured in the intellectual plan regarding the centrality of labor and the revolutionary subject in our time, associated to the historically placed question about the necessity of a consciously planned sociability by the free producers associated, we ask in a simple and direct manner: what is planning? A tool, a social technique, a political game, a discipline from social service's field, specially the science of administration? After investigating the different critical approaches about planning, I realized the criticism often made regarding planning processes by the experts in planning did not fit its role of criticism because it remains in the epistemological field, in the methodological argumentation and operative technique. Therefore, the necessity of trying and comprehending it as an ontological category and revealing its essential contradiction in the epistemological and practical plan in bourgeois sociability and, at the same time, its concrete historical potentiality of overcoming, in a process of permanent revolution of this sociability. The thesis organization expresses this methodological path: to demonstrate the emancipatory potential of planning to the transition from socialism to communism, explaining this potentiality based on the ontological criticism initiated by Marx-Engels which installs a new and revolutionary scientificity pattern expressed by the dialectical and historical materialism method. Controlled by workers, the planning contributes to the weakening of the State,

organizing the following picture: a) massive reduction of working time socially needed; b) socialization of administrative functions; c) radical transformation of the social division of labor and city/countryside relationships. These three effective and easy-to-operate changes make the weakening of the State something not mysterious (referred by Marx as nebulous veil) or remote, but a process perfectly tangible which needs to be started now, at the present. Without the reacquisition of these powers it's unimaginable the new way of total social control of society by its individuals, just as the daily operation non-contradictory and, therefore, cohesive/schedulable of the particular productive and distributive units by the self-administration of the associated producers.

Keywords: Human Emancipation. Ontological criticism. Planning. Socialism transition.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
2	PLANEJAMENTO E ONTOLOGIA – uma relação fundamental da práxis humana.....	31
2.1	O PERCURSO DA ONTOLOGIA DE MARX E ENGELS EM PERSPECTIVA NA LITERATURA MARXIANA	36
2.2	O PERCURSO DE MARX EM PERSPECTIVA NA <i>INTRODUÇÃO DE O CAPITAL</i>	43
2.3	“ONTOLOGIA, UMA BELA PALAVRA” – o ser social enquanto intrinsecamente teleológico	50
2.4	A CONTINUIDADE ONTOLÓGICA DO PLANEJAMENTO DE MARX-ENGELS EM LÊNIN	57
2.4.1	O contexto da obra	58
2.4.2	Confrontar o velho e criar o novo: o Estado-Comun	61
2.4.3	A Comuna – Planejamento para emancipação do Trabalho	67
3	ESTATUTO ONTOLÓGICO DO PLANEJAMENTO	71
3.1	PLANEJAMENTO COMO CONSCIÊNCIA INDIVIDUAL E GENÉRICA DO SER HUMANO.....	74
3.2	PLANEJAMENTO E A RELAÇÃO ENTRE <i>MEIOS E FINS</i>	79
3.3	PLANEJAMENTO, CONHECIMENTO ANTROPOMORFIZADO E DESANTROPOMORFIZADO	86
3.3.1	O reflexo da realidade no planejamento	87
3.3.2	Da teleologia do trabalho às teleologias secundárias	92

4	O ANTAGONISMO ONTOLÓGICO ENTRE PLANEJAMENTO EMANCIPADO E O CAPITAL	97
4.1	VALOR E TEMPO DE VIDA PARA O CAPITAL	100
4.2	PLANEJAMENTO E A INCONTROLABILIDADE DO CAPITAL	109
4.3	PLANEJAMENTO E O DESAFIO HISTÓRICO DA OFENSIVA SOCIALISTA	119
5	PLANEJAMENTO E LUTA DE CLASSES: contraposições e afirmações	124
6	CONSIDERAÇÕES: afinal, o que logramos?.....	138
	REFERÊNCIAS	149

1 INTRODUÇÃO

Deixa a vida me levar, vida leva eu[...] (SILVA; MERITI; SERAFIM, 2002 p. 01,).

Esse estudo representa a possibilidade de problematizar o nosso objeto de trabalho profissional: o planejamento e as questões ligadas à emancipação humana postas pelo projeto ético do Serviço Social. Desenvolve-se em *um momento* de longa jornada de confrontação e de aprendizagem teórico-prática com os processos das lutas sociais encetadas pelos sujeitos das classes trabalhadora e subalterna, com os quais a atuação como assistente social e pesquisadora inevitavelmente nos colocou a partir da década de 1990.

Desde o processo de formação, a tríade: ensino, pesquisa e extensão, que me permitiu entrar em contato com os movimentos populares de luta pela moradia em Recife no momento histórico de redemocratização do País, possibilitou o reconhecimento da *imanência da crítica* presente no arcabouço teórico-metodológico marxiano. A luta de classes, como motor da história – uma síntese dialética retirada da *crítica da economia política* – não é um conceito abstrato; mas um movimento concreto de rebeldia e de luta dos “sem teto” *contra a propriedade privada dos meios de produção*; ainda que, no caso em tela, ao lutar para garantir o atendimento de uma necessidade vital dos seres humanos, a moradia, esses sujeitos não tinham a consciência de que, para além de uma casa para abrigar a si e a sua família, eles tocavam num ponto nevrálgico do sistema do capital: a propriedade da terra e as condições de extração da renda desta, a propriedade privada, a divisão social do trabalho e a mercadoria como essência do modo de produção capitalista.

Assim, eles fizeram história com aquela ocupação popular em particular, assim como outros tantos movimentos populares vêm fazendo nos últimos trinta anos no Brasil e no mundo, sem necessária e conscientemente dirigir suas lutas à superação do modo de produção capitalista que produz incessantemente as condições de pauperização da classe trabalhadora e sua conseqüente expulsão da terra urbana e/ou rural. Naquela luta em particular, foram a um só tempo vencedores e vencidos; conseguiram que o poder público – a prefeitura – fizesse a doação de um terreno para construir, por conta própria, as suas moradias em local bem próximo

à ocupação original – *vencedores!* Nos anos imediatamente subsequentes, para garantir a sobrevivência imediata, grande parte do grupo vendeu sua casa e retornou ao ponto de partida anterior, renovando o ciclo de reprodução do capital.

Por outro lado, as reflexões resultantes da Pesquisa-Ação-Participante realizada pelos pesquisadores e pesquisadoras do NUPEP¹, e pelos membros da Associação de Moradores, revelaram que “[...] sem um projeto político claramente elaborado de forma participativa pelo conjunto dos associados e contemplando a diversidade de interesses dos indivíduos de uma mesma classe social, não é possível fortalecer o Movimento Popular” (CONSERVA et al., 1994, pp. 88-89). A elaboração do *Projeto* tinha como fim atacar um dos pontos frágeis da organização, o seu espontaneísmo: não há avanços e conquistas sem luta organizada.

A preocupação em definir e organizar a *direção* do Movimento se apresentava como elemento condutor da própria organização – a *Associação de Moradores* – e, do sucesso ou do fracasso desse *Projeto*, dependia sua própria sobrevivência enquanto forma válida de organização de classe em um momento histórico, cujas transformações na relação capital-trabalho, acompanhada, no plano político, da derrocada do bloco socialista, colocavam em cheque a validade da teoria marxista e da própria classe operária² como sujeito da revolução socialista.

Em consequência de tais transformações, as possibilidades de elaboração de um *projeto popular próprio* encontravam-se na ampliação dos espaços democráticos de participação que permitem um processo interativo de confrontação entre lógicas

¹ Trata-se da pesquisa: A dimensão Pedagógica da Prática Organizativa do Movimento Popular conduzida pelo NUPEP – Núcleo de Pesquisa em Educação Popular do Departamento de Serviço Social. A pesquisa, realizada com recursos do CNPq, no período de 1991-1994, foi coordenada pela professora do DSS (Departamento de Serviço Social), hoje aposentada, Maria Herlinda Borges de Oliva, com assessoria técnica do Professor João Francisco de Souza (in memoriam). Um de seus produtos foi a elaboração coletiva e a publicação do livro: *Moradia e Saber: a luta organizada em Bomba Grande*. Recife: Editora da Universitária da UFPE, 1994. No livro, resultado do trabalho coletivo de moradores do Bairro de Bomba Grande, professores-pesquisadores da UFPE, profissionais em aperfeiçoamento científico e estudantes de iniciação científica, encontra-se essa história protagonizada pelos trabalhadores e trabalhadoras pobres do Recife, reunidos na Associação de Moradores de Bomba Grande, lutando para consolidar sua presença política numa cidade cada vez mais adversa à sobrevivência da classe trabalhadora.

² Para uma aproximação inicial com essa problemática do recuo do “movimento operário”, ver o inicialmente Netto (1995). Para um maior aprofundamento ver Claudin (2013).

distintas, visões de mundo diferentes e opções políticas diversas. Nesse processo de participação democrática, aponta-se o caminho para a [...] “formulação de uma identidade coletiva e subjetividades capazes de fortalecer o Movimento Popular e sustentar sua garra de luta” (CONSERVA et al., 1994, p. 94). Já há, aqui, uma aproximação com as teorias sociais que irão proclamar a chamada “crise de paradigmas” que instaura um amplo debate na academia na década de 1990, mas que transborda para a prática política e contribui de forma decisiva para consolidar a estratégia democrático-popular dos anos 2000. Como bem resume Martins (2019, p. 132)³:

Se a estratégia democrático-popular apoiava-se num processo cumulativo de democratização a partir da pressão dos movimentos sociais, de um lado, e da luta institucional, de outro, o próprio avanço da luta institucional, e o amoldamento da consciência de classe, tornava tanto o partido e seus dirigentes, como a classe e seus movimentos, mais receptivos às teses das teorias dos novos movimentos sociais, como dois leitões que confluem para um mesmo rio.

Foi como desdobramento dessa pesquisa, que já trazia em si uma abordagem teórico-metodológica ligada às correntes teóricas explicativas dos novos movimentos sociais⁴, num quadro próprio daquele período histórico de “continuidades e rupturas”, no plano político com as lutas emancipatórias e no plano teórico com a teoria marxiana, que realizei meu estudo dissertativo. Neste estudo dissertativo

³ Conferir Iasi, M. et al. (2019).

⁴ Existe uma ampla literatura acerca da emergência histórica dos chamados novos movimentos sociais, com uma rica interpretação sobre sua gênese nos anos 1960 e desenvolvimento durante as décadas subsequentes, enfatizando os aspectos das transformações históricas que lhes eram subjacentes como determinações que, invariavelmente, tornaram ultrapassadas as formas organizativas oriundas do movimento operário tradicional. Destaco aqui como sugestão de leitura: Castells, M. (1980); Dagnino, E. (*Org.*) (1994); Dantas, A. V. (2014); Gohn, M. da G. (2009); Santos, B. S. (1999) e Touraine, A., (2004).

apresentado ao PPGSS-UFPE, em 1997, versando sobre a relação entre os intelectuais e a organização das classes subalternas na perspectiva de construção da hegemonia de classe, pudemos verificar a consolidação da tendência ao afastamento da perspectiva revolucionária e do sujeito revolucionário da crítica marxiana ao MPC (Modo de produção Capitalista). Para os intelectuais entrevistados, a perda da perspectiva revolucionária que os animava antes da redemocratização decorreu da emergência dos novos movimentos sociais que buscavam responder aos movimentos de crise do capital, do Estado de Bem-Estar e do Bloco Socialista. Na confluência dessas *crises*, aprofunda-se o grau de dificuldade das possibilidades do desenvolvimento da consciência da classe *em si e para si*.

A pluralidade dos movimentos sociais é, sem dúvida, uma das condições para que todos participem da construção de um projeto de sociedade que se contraponha à ordem atual. Contudo, no estágio atual de desenvolvimento da luta de classe, essa pluralidade tem se apresentado muito mais como 'agente' da fragmentação e da dispersão dos movimentos populares. Concorre para essa situação a crise imposta ao mundo trabalho, que tem suscitado teses sobre a perda da centralidade do trabalho como elemento fundamental para a sociabilidade humana (SILVA, 1997, pp. 126-127).

Com essa indagação sobre a validade das teses da centralidade do trabalho na sociedade capitalista e do proletariado como sujeito revolucionário⁵, passamos a atuar profissionalmente em programas governamentais focalizados em processos de inovação na gestão pública e planejamento do desenvolvimento regional e local. Esses programas, gestados em sua grande maioria em parceria com as Agências Multilaterais de Fomento do complexo da Organização da Nações Unidas – ONU, tinham como foco principal a modernização da gestão pública referenciada pela Reforma do Estado⁶.

⁵ Essa questão se tornou objeto da produção de vários intelectuais ligados historicamente às classes trabalhadoras. Um aspecto central dessa produção, que abre profundas polêmicas no campo da esquerda, diz respeito às questões delimitadas como transformações concretas na morfologia do trabalho e sua incidência sobre a classe operária e trabalhadora, com amplas consequências quanto à demarcação do sujeito revolucionário na atualidade. Para aceder a esse debate, indicamos: Lessa, S., (2011); Tonet, I; Lessa, S. (2012); Antunes, R.; Santana, M. A.; Ramalho, J. R. (*Org.*), (2003); Antunes, R., (2005) e Iamamoto, M. V., (2010).

⁶ Ao final de 1995, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) aprovou um empréstimo de Cooperação Técnica (888/OC-BR), de US\$ 78 milhões, para a modernização tecnológica e

Para Bresser Pereira, idealizador da Reforma, esta serviu como um mecanismo de criação e transformação de instituições com o objetivo de solucionar os problemas de governabilidade e governança, assumindo explicitamente o *espírito* do gerencialismo de franca inspiração empresarial que passa a marcar a administração pública desde então, forjando o amálgama entre *planejamento e gestão*, que produz uma circularidade *ensimesmada* de *planejamento da gestão e gestão do planejamento* nos ciclos governamentais elegíveis.

Um exemplo fidedigno desse gerencialismo pode ser observado com o modelo de gestão pública formalmente instituído em Pernambuco – *Todos Por Pernambuco (2007-2010/2011-2014)*⁷. Seus pressupostos estão contidos no “*Logical Framework*” desenvolvido pelo Departamento de Defesa norte-americano, no final dos anos 1960, sendo atualmente adotado e utilizado pela maioria dos organismos multilaterais e bilaterais de Cooperação Internacional. Sua lógica ou racionalidade consiste em estabelecer previamente à ação a *estratégia* que será expressa num conjunto de Objetivos a serem perseguidos ao longo da gestão, orientando, de forma sinérgica, a ação de todo o Governo, invertendo a lógica de planejamento até então vigente na máquina pública, que se baseava em planos estratégicos desenvolvidos isoladamente pelos órgãos e depois agrupados.

fortalecimento da capacidade gerencial da Secretaria da Receita Federal. O programa pretende melhorar a arrecadação e reduzir a sonegação fiscal dos tributos federais. Outra operação, nesta área, foi o programa de Administração Fiscal Nacional (980/OC-BR), de US\$ 500 milhões, aprovado em dezembro de 1996. Esse programa objetiva a melhoria da administração tributária e fiscal dos Estados. Adicionalmente, em fevereiro de 1997, o BID aprovou um empréstimo de cooperação técnica para melhorar os sistemas de informação do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) (991/OC-BR), de US\$ 25 milhões. Esse projeto visa ao fortalecimento da capacidade de formulação e avaliação de políticas públicas com ênfase na área social, melhorando a sua base de informações. Finalmente, encontra-se em preparação pelo BID um projeto de modernização do Poder Legislativo. Nos anos seguintes, o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) financiou os estados em seus processos de modernização a um custo inicial de US\$ 180 milhões. Consultado de: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. *Programa de modernização do poder executivo federal*. Brasília: MARE, 1998.

⁷ Para conhecer em detalhes o modelo de gestão adotado pelo Estado de Pernambuco, acessar: <www.seplag.pe.gov.br>.

Ao final do processo de planejamento, o governo estadual estruturou a Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, de um quadro funcional composto por *Analistas de Planejamento, Orçamento e Gestão*, devidamente concursados e com a função de acompanhar cotidianamente o cumprimento das metas estabelecidas nos planos em cada secretaria, num molde de monitoramento extremamente rígido. Daí pode-se inferir àquela circularidade citada anteriormente: o que se *planeja* é a gestão e, na sequência, o que se gere é o planejamento.

Nesse sentido, surge esse *estado gerencial* como reflexo da *crise estrutural do capital* (MÉSZÁROS, 2003) e como forma de resposta a essa crise *refuncionalizando* seu papel para a garantia da acumulação do capital total, ao operar a flexibilização das relações de trabalho, as privatizações e a abertura completa ao capital estrangeiro, a reforma tributária, a *mercadorização* das políticas sociais e de seguridade. Trata-se de organizar o Estado de modo a concentrar o poder de decisão em um núcleo central, altamente burocrático e tecnocrático para a formulação das políticas públicas, enquanto a sua execução é atribuída às secretarias executivas, aos terceiros ou às organizações sociais de acordo com o tipo de atividade. Desse modo, as decisões “macroeconômicas” baseadas no tripé de câmbio flexível, as metas de inflação controladas pelo ajuste na taxa de juros básica da economia e a geração de *superavit* primário na área fiscal conformam o espaço do *planejamento e gestão pública*, que, inclusive, pode e deve ser conduzido de forma amplamente participativa no domínio das secretarias executivas, pois o que vai ser *projetado para o futuro* está previamente hipotecado ao cumprimento das metas macroeconômicas.

Apesar do caráter regressivo da Reforma do Estado, conforme denunciado por autores do Serviço Social e de outras áreas, herdeiros da tradição marxiana⁸, contraditoriamente, a execução dessa Reforma se deu em meio a uma disputa no

⁸ Ver Behring (2003). Para ela, a expressão “reforma do Estado” tem um sentido ideológico; ao contrário do que parece, trata-se de uma “contrarreforma” do Estado. Pois o discurso do programa de reforma se fundamenta em elementos fiscais. O discurso de preocupação com a proteção social presente nos planos e emendas constitucionais que dão embasamento legal à reforma mais parece uma pintura para deixá-la mais aceitável socialmente. A autora justifica a categoria “contrarreforma” pelo fato de que na Constituição Federal (1988) anunciava-se, timidamente, uma estratégia de natureza social-democrática, especialmente em relação à seguridade social explicitada no capítulo da Ordem Social. No entanto, a política de orientação neoliberal vai desbancar as reformas no Estado Social nos países centrais; e no Brasil, as “reformas” estruturais iniciadas no governo Collor e aprofundadas durante os oito anos do governo de FHC vai na contramão da universalidade de direitos antevistas na CF, transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias.

plano político para levar adiante o “projeto democrático-popular” urdido no campo das esquerdas desde a luta pela redemocratização e a afirmação da Constituição Federal de 1988. Em permanente embate com o *neoliberalismo* assumido pelos governos Collor (1990-1992) e FHC (1995-2003), que impuseram um quadro regressivo ao ideário constitucional, surgem oportunidades de atuação profissional, como a de assistente social, exercendo atividades de consultoria, gerência e coordenação em programas e funções governamentais nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal – voltadas para o processo de condução de *planejamento participativo* em desenvolvimento regional; desenvolvimento local; gestão integrada de políticas sociais no âmbito de municípios da região metropolitana; etc.; enfim, para a oportunidade de construir e executar coletivamente metodologias de planejamento participativo⁹.

Dessas experiências, surgiu o questionamento motivador da pesquisa teórica aqui desenvolvida; de um lado, a constatação prática de que, no processo de planejamento efetivamente realizado de forma participativa com os sujeitos que operam a sua implementação, ocorre a repetição dos momentos de objetivação e exteriorização próprios do complexo fundante do *ser social* – o *trabalho*, que é, como sustenta LUKÁCS (2018), *o modelo de toda práxis social*; de outro, essa descoberta permite, para os participantes, tomar consciência do caráter fetichizado dos planejamentos governamentais de âmbito acrítico, anistórico e reiterativo do *status quo* próprio da “racionalidade” burguesa.

Então, diante das questões que vinham amadurecendo no plano intelectual sobre a centralidade do trabalho e do sujeito revolucionário em nosso tempo; associada ao ponto historicamente posto sobre a necessidade de uma sociabilidade conscientemente planejada pelos produtores livres associados, inquerimos de forma simples e direta: O que é mesmo planejamento? Um instrumento, uma técnica social, um *jogo* político ou uma disciplina do campo das ciências sociais, especialmente na ciência da administração?

Depois de investigar as diferentes abordagens críticas sobre o planejamento,

⁹ Para uma síntese do processo de elaboração da metodologia de planejamento participativo em desenvolvimento local sustentável, ver: Agência de Desenvolvimento do Nordeste. *Programa Regional de Desenvolvimento Local Sustentável*. Recife: ADENE/PNUD, 2002.

compreendi que a crítica frequentemente dirigida aos processos de planejamento pelos seus especialistas não cumpria seu papel efetivo de crítica ao permanecer no campo epistemológico, na argumentação metodológica técnico-operativa. Daí a necessidade de buscar apreender o planejamento como categoria ontológica e revelar a sua contradição essencial no plano epistemológico e prático na sociabilidade burguesa e, ao mesmo tempo, sua potencialidade histórica concreta de superação, num processo de revolução permanente dessa sociabilidade.

A crítica do Estado como planejador com alguma capacidade de enfrentar os graves problemas gerados pelo modo de produção capitalista, já havia sido realizada por Marx (2013, p. 86) em sua obra: *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, demonstrando como o Estado se apresenta separado da realidade, com uma existência própria definida pelo Direito, enquanto direito universal,

[...] o “assunto universal” já existe “em si” como função do governo etc.; ele existe sem ser *realmente* o assunto *universal*; ele nada mais é que isso, pois ele não é o assunto da *sociedade civil*. Ele já encontrou sua existência *essencial*, que é em si. Que ele agora se torne também, realmente, “consciência pública”, “universalidade empírica”, isso é meramente formal e chega à realidade, por assim dizer, apenas *simbolicamente*. A existência “formal” ou existência “empírica” do assunto universal é separada de sua *existência substancial*. [...] O *elemento estamental* é a *ilusão política da sociedade civil*. [...] A separação do *em si* e do *para si*, da substância e do sujeito, é misticismo abstrato.

Por outro lado, o caráter *essencialmente* parasitário e opressor, um produto da condição inconciliável das contradições de classe, é exposto por Marx na época da *Comuna de Paris* da seguinte forma:

no mesmo passo em que o progresso da moderna indústria desenvolvia, ampliava e intensificava o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do Estado foi assumindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de sua força pública organizada para a escravização social, de uma máquina do despotismo de classe (MARX, 2011, p. 55)

A *Comuna* inaugura a *emancipação do trabalho* – seu grande objetivo –, por um lado, ao remover a obra improdutiva e danosa dos parasitas estatais, cortando a fonte que sacrifica a imensa porção da produção

nacional para alimentar o monstro estatal, e, por outro lado, ao realizar o verdadeiro trabalho de administração, local e nacional, por salários de operários. Ela dá início, portanto, a uma imensa economia, a uma reforma econômica, assim como a uma transformação política (MARX, 2011, p. 131).

Nesse sentido, surgiu, para nós, uma necessidade ainda mais premente em tomar a investigação no campo da ontologia para poder precisar o significado do *planejamento enquanto uma categoria imanente ao ser social*, desvencilhada da ilusão da universalidade estatal. Assim, temos que o planejamento é imanente à práxis social e só na sociedade burguesa ele se amplia de forma fetichizada, pois foi cindido do controle consciente dos produtores pela propriedade privada, a divisão social e sexual do trabalho e a mercadoria. Assim, só pode se expressar como uma racionalidade da irracionalidade abstrata, ou ao contrário, como negação da racionalidade concreta pela afirmação técnica e política da irracionalidade abstrata. E ao assim proceder, opera a ideologia da classe econômica e politicamente dominante em todas as esferas da vida, difundindo um conceito de razão descolado de sua emergência ontológica da práxis social, que só pode ser tomado pelo senso comum, como um domínio exclusivo da economia, descolado da vida em geral e, portanto, criando uma identidade de razão econômica, inacessível e intransponível pelos homens.

No planejamento sob a condução liberal, não existem fins a serem alcançados que já não estejam subsumidos nos *meios*. Isto porque, sob o domínio do idealismo subjetivo, não é possível a posição do fim, pois à humanidade não é dada a possibilidade de conhecimento do real. Somente é possível a representação desse real por um sujeito que conhece a partir de seu ponto de vista. Ocorre também que essa afirmação da filosofia idealista não representa uma mera formulação epistemológica, antes, como afirma Lukács, trata-se de uma tomada de posição frente aos projetos societários em disputa central na práxis social. Daí a grande importância para a classe operária e trabalhadora em geral apropriar-se dos fundamentos do *planejamento*, em seu movimento dialético, como categoria de mediação para a condução do autogoverno dos produtores livres associados.

Para nós, ao contrário da postulação idealista, dialeticamente, *planejar* é fazer

teleologia. A teleologia está presente apenas nos atos humanos singulares, sejam ou não trabalho. Assim, todo planejamento, quando objetivado, tem caráter de teleologia. Isso implica reconhecer seu caráter emancipatório dado à condição mediadora da crítica das causalidades postas, necessariamente quando livre de quaisquer constrangimentos do Estado e de sua burocracia. Por isso nossa hipótese é a de que o *planejamento* como categoria específica do ser social compõe o par categorial teleologia-causalidade do complexo do trabalho concreto; e assim, *potencialmente emancipador* do indivíduo e do ser humano genérico. Uma *mediação* para a compreensão, de fato, **filosófico-científica** da realidade de forma que o ser humano seja capaz de se emancipar das alienações geradas pelo processo de exteriorização e objetivação da práxis social por ele desenvolvida; alienações que tenham ou não sua origem no capital.

Nessa perspectiva, as questões que envolvem tratar o planejamento como uma *categoria de mediação específica do ser social*, que se complexifica cada vez mais com a própria complexificação do ser social e da sociedade por ele desenvolvida, dizem respeito às concepções de mundo e de homem em disputa nas ciências sociais e na práxis social desenvolvida a partir do cotidiano dos indivíduos em sua historicidade concreta como modo de satisfazer as necessidades vitais para sua reprodução. Isso implica desvendar a relação sujeito/objeto; fundamento filosófico que permite a formulação do planejamento como *imanência* da causalidade posta que cria a substância humana na *teleologia*, e, portanto, tem no real a instância resolutiva da teoria e do método.

Por isso, o caminho metodológico da pesquisa inicia-se na prática profissional com a inserção na construção e execução de metodologias de planejamento participativo, envolvendo a população de municípios de pequeno e médio porte em diferentes estados do Brasil, e percorre os estudos realizados no processo de doutoramento sobre os autores que fundamentam a *ontologia* – Marx-Engels, Lênin, Lukács e Mészáros – com o fim de buscar respostas para decifrar *qual* planejamento de fato importa para o controle do tempo vivido pelos homens e mulheres que produzem as condições materiais e espirituais do ontem, do hoje e do amanhã.

A organização da tese expressa esse caminho metodológico: demonstrar o potencial emancipador do planejamento para a transição do socialismo ao

comunismo, explicitando esta sua potencialidade, a partir da *crítica ontológica* inaugurada por Marx-Engels, instalando um novo e revolucionário padrão de cientificidade expresso no método do *materialismo histórico e dialético*, conforme trabalhamos no capítulo segundo. Destaca-se ainda, com Lênin, em sua obra: *O Estado e a Revolução*, diante das questões práticas postas no contexto revolucionário, a apresentação de argumentos que reafirmam os pressupostos *ontológicos* de Marx-Engels da autoconstrução do ser social, revelando a continuidade do potencial emancipador do planejamento e, ao mesmo tempo, destacando a necessidade de não descuidar de travar as batalhas contra todo irracionalismo moderno e pós-moderno que suplanta, ainda que nunca completamente, as possibilidades concretas de superação da ordem do capital.

No capítulo terceiro, nos detemos nas categorias ontológicas do ser social que revelam o planejamento para além de seu axioma técnico-político, enfatizando o aspecto central que implica o planejamento, a relação entre *meios e fins* e suas formas de manifestação enquanto *posições teleológicas primárias e secundárias*, responsáveis pela incessante produção do novo, uma condição insuprimível da vida humana. Para a realização das posições teleológicas desenvolvidas pelos homens e mulheres, o campo de necessidades e possibilidades sempre renovadas historicamente pelos processos de *objetivação e exteriorização* que se realiza no ato do trabalho e se reproduz em todas as atividades humanas, exige-se uma ciência e uma filosofia não alienadas para efetivar o planejamento emancipador.

No capítulo quarto, analisamos o fundamento do *valor*, tomando como referência a teoria do Valor em Marx para demonstrar como, na concepção materialista, os valores são produtos das posições teleológicas que têm sua gênese no *trabalho humano*, capaz de produzir valores de uso para satisfazer as necessidades humanas, e ao fazê-lo, surgem os valores extra-econômicos que, por seu turno, orientam as posições teleológicas pela mediação do dever. Na análise de Marx, fica explícito o antagonismo ontológico entre planejamento emancipado e capital, tendo em visto a necessidade, na ordem do capital, de *valorização do Valor*, enquanto finalidade de sua reprodução ampliada.

No capítulo que antecede as considerações finais, abrimos um diálogo com outras abordagens sobre planejamento produzidas nas literaturas brasileira e latino-americana. Ainda que tematizando o planejamento numa perspectiva anticapitalista,

terminam por manter-se nos marcos dos axiomas epistemológicos do idealismo, tendendo à reprodução do planejamento como *técnico-político*, não ultrapassando essa sua limitação *fetichista quantificadora* do real. No entanto, afirma-se que a sustentabilidade de uma nova ordem mundial de reprodução sociometabólica não pode ser concebida sem um sistema de planejamento, democraticamente administrado pelos produtores livres associados.

Ao fim, apontamos afirmativamente a nossa hipótese de que não existe nenhuma situação ontológica que impeça, efetivamente, os seres humanos, pela mediação do planejamento, de se emancipar das alienações geradas pelo processo de exteriorização e objetivação próprios da práxis social. Portanto, o potencial emancipador do planejamento pode e deve ser (re)apropriado pelos produtores livremente associados na transição do socialismo ao comunismo como *mediação* para o fenecimento do estado, e assim, conhecer o mundo tal qual ele é para mudá-lo em nosso humano proveito de modo permanente. Afinal, como diz Lenine (p.01, 2015) na canção popular: “Não deixo a vida me levar, quem leva a vida sou eu[...]” e eu digo: somos nós.

2 PLANEJAMENTO E ONTOLOGIA – uma relação fundamental da práxis humana

Há um vilarejo ali, onde há um vilarejo ali/ Onde areja um vento bom/
Na varanda, quem descansa/ Vê o horizonte deitar no chão/ Pra
acalmar o coração/ Lá o mundo tem razão (ANTUNES; BROWN;
MONTE; BABY, p.01, 2006).

Sabemos que a práxis humana é a expressão da forma como, historicamente, homens e mulheres produzem e reproduzem o mundo social e a si mesmos numa determinação recíproca de desenvolvimento desigual entre estes dois polos: o indivíduo e o mundo; sempre realizada por um conjunto de mediações criadas por esse próprio fazer como respostas objetivas às necessidades e possibilidades postas a cada momento dessa produção do incessantemente novo da criação humana. A questão, então, é: O que o planejamento representa nessa práxis humana? Qual a sua função? Como podemos responder a essas questões? Isto é, qual o ponto de partida de nossa pesquisa?

Partimos do pressuposto de que para desvelarmos o planejamento em suas determinações mais essenciais, torna-se fundamental buscarmos as relações deste com o sistema filosófico-científico, que, como afirma Lukács (2018), após ter-se encerrado um grande período da filosofia baseada numa concepção idealista- objetiva de Hegel, inicia-se um novo período com Marx. Nesse novo sistema – marxiano – revela-se a raiz da dialética do planejamento fundada numa ontologia materialista, histórica e dialética, elaborada por Marx e Engels no século XIX.

Em sua brilhante e profunda análise sobre o sistema filosófico de Hegel, desenvolvida na obra *O jovem Hegel* (2018), Lukács revela a existência em Hegel de um idealismo objetivo que o possibilitou enxergar a teleologia no ato do trabalho como o princípio movente e movido de todo o progresso social, ainda que de forma embrionária dado o limite de seu idealismo. Quando Hegel faz a análise concreta da dialética do trabalho humano, ele supera o antagonismo antinômico de causalidade e teleologia;

a análise mostra o lugar concreto que o ato humano consciente de pôr uma finalidade assume *dentro* do nexos causal global, sem romper esse nexos, sem o transcender, sem apelar para um princípio transcendente nem – o que, como vimos, ocorreu com os pensadores anteriores¹⁰ – perder as determinações específicas da estipulação de fins no trabalho (LUKÁCS, 2018, pp, 461-462).

Essa constatação de Hegel, de acordo com Lukács (2018b; 2018a) deve-se a dois fatores que se interconectam: a análise das questões postas pela economia política clássica e a descoberta de que repousa no trabalho uma estrutura das relações sujeito-objeto na atividade humana, responsável pelo desenvolvimento de toda a história como história da atividade humana. Apesar dessa descoberta da dialética do trabalho, como é do conhecimento geral, a filosofia hegeliana encontra seu limite explicativo do real por não superar o idealismo, ainda que um idealismo objetivo, de suas proposições. É somente com Marx e Engels que essa contradição do sistema de Hegel terá sua solução definitiva, como discorreremos neste capítulo. Porém, o que nos interessa destacar aqui, agora, é como que, com Hegel, a história passa a ser percebida tal qual um produto das atividades desenvolvidas pelos homens. Diferentemente da era medieval na qual prevalecia a compreensão de que o destino dos homens já estava escolhido, definido como fatalidade, o sofrimento humano era uma fatalidade porque existia a carência.

Com a Revolução Industrial (1760–1820/1840) e a Revolução Francesa (1789-1799), inicia-se um período de abundância que começa a superar a carência anterior e a influir definitivamente na percepção dos homens sobre o seu próprio “destino”. Desde o início do movimento iluminista, o debate sobre a história ganha uma importância decisiva para explicar os acontecimentos e orientar as ações humanas. Para Voltaire (1694-1778), um crítico ferrenho do absolutismo, a história não tem um *telos* – as coisas vão acontecendo quase por acaso. Antes era desígnio de Deus e não havia acaso. Até 1760, os ingleses acreditavam em fábulas como verdadeiramente existentes – eles pensavam, por exemplo, que o Rei Arthur havia existido. Vai caber a Hume (1711-1776), a partir do conceito de história do iluminismo e da crítica à religião, estabelecer critérios para distinguir nos documentos históricos

¹⁰ Lukács refere-se aqui a Kant, Espinoza, Fichte e Schelling, com início na página 453 a 483.

o que era real e o que era saga, metáfora etc.

A Revolução Francesa vai demonstrar que o destino está nas mãos das pessoas. A filosofia de Hegel é histórica; os conceitos são inter-relacionados: causa e efeito não são fixos. Eles se completam, se anulam e têm uma evolução própria, e com isso têm a marcação do tempo, uma espécie de tempo lógico relacionado ao tempo histórico. O tempo histórico se desdobra também logicamente a partir de uma lógica interna em que os conceitos vão se complementando, se anulando, o que Hegel vai denominar de dialética. É desse movimento de negação recíproca, imanente aos conceitos, que brota uma temporalidade histórica. Lukács (2018) afirma que a filosofia de Hegel é intrinsecamente histórica, no sentido de que ela possui em si uma historicidade, e, por isso, pode-se falar que existe uma matriz de produção do tempo. Para Hegel, a lógica do humano seria a busca pela liberdade – a liberdade seria a essência do humano.

Nesse sentido, em Hegel é central a ideia do sujeito ativo que tem a história na sua mão. Na Revolução Francesa, literalmente, Hegel vê que a humanidade tomou o seu destino, a luta pela liberdade, em suas próprias mãos. O sujeito é o senhor de sua história, de seu destino; ele tem que mudar as condições históricas e sociais que o coloca diante de problemas vitais para a sua existência real concreta. A dialética do sujeito que se auto determina no mundo e, ao fazê-lo, produz no curso de ação contradições que retornam ao sujeito, impulsionando ou bloqueando seu desenvolvimento ulterior.

Contudo, a despeito dessa descoberta efetuada por Hegel sobre o conceito de história, em função de seu idealismo objetivo, como já referimos antes, ele vai estender à história uma *teleologia*, uma finalidade que a torna independente, contraditando profundamente com a afirmação de que os homens fazem a sua história. Lukács vai apontar os elementos dessa contradição no sistema de Hegel, demonstrando como as categorias exteriorização-interiorização e objetividade são idênticas. Então, “toda a natureza e todo mundo exterior aparecem como simples produto do espírito, como matéria-prima à qual o espírito atribuiu conteúdo, então a interiorização retoma do mundo objetivo aquilo que ele projetou nele” (LUKÁCS, 2018b, p. 36), é aqui que temos a identidade sujeito-objeto, matriz de todo idealismo;

o de Hegel, e de seus críticos posteriores, os quais, como afirmaram Marx e Engels¹¹, foram muito inferiores a ele pelo fato de tomar os conceitos em sua forma a-histórica como se tivessem validade universal.

Somente com Marx e Engels que encontraremos a coroação do conceito de teleologia-causalidade entendido como práxis social que se origina no processo de trabalho, mas que não se restringe a ele. Nas obras de teor mais filosófico, como os *Manuscritos econômicos filosóficos de 1844*, invariavelmente identificadas como *obras da juventude*, reside uma profunda e indispensável riqueza categorial explicitada a partir do início da análise do *ser do capital*, em que se desenvolvem as concepções de homem e de mundo que irão fundar o materialismo histórico e dialético inaugurado por eles.

Para nossos autores, o mundo social e o conhecimento desse mundo são sempre um único e mesmo processo. Portanto, o pensar, diferentemente de qualquer representação, nada mais é que a reprodução conceitual, ou seja, no plano das ideias, das articulações da hierarquia dos elementos fundantes da construção da vida concreta dos indivíduos concretos. Isto é, trata-se de uma tentativa de adequar categorialmente (conceitualmente) aquilo que acontece no dia a dia do homem comum à inquirição dos porquês desse cotidiano combinar-se em formas singulares, particulares, expressando leis universais. Em outras palavras: a questão fundamental é encontrar uma forma de reprodução conceitual do movimento do objeto por meio do exercício do pensamento. Uma consequência inevitável desse processo vai ser a constatação de que não há espaço para um espectador desinteressado que paira acima de sua situação e seus interesses parciais para contemplar o mundo *em si*, assumindo uma perspectiva imparcial e externa de uma suposta divindade. Nesse sentido, o conhecimento não pode liberar-se de ser um conhecimento humano, social e histórico produzido pela práxis humana. Eis a chave para a compreensão ontológica e epistemológica do planejamento. Em face da realidade, a atitude primária e imediata do homem é prática e objetiva. Desvelar o mundo e suas causalidades para transformá-las em algo novo e necessário a sua própria subsistência é a base da

¹¹ Ver especialmente as obras: *A sagrada Família*. São Paulo: Boitempo, 2003; *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2013 e; *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

dialética do ser social em sua processualidade histórica que cria o *ser em si* e o *ser para si*.

A produção e a reprodução social são obra exclusiva dos seres humanos por meio da realização das *posições teleológicas* próprias do ser social que se diferenciam cada vez mais da causalidade que rege a natureza. Esse fundamento ontológico do ser social tem como *mediação* ineliminável da vida social o trabalho que transforma a natureza em meios de produção e de subsistência. Essa é a forma originária de toda práxis social, e somente pode existir enquanto parte (fundante) de um complexo social mais global – a reprodução social. Para Lukács (2010), não pode haver trabalho sem a “linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho”; pois se não houver linguagem, não pode haver conceitos e, sem estes, não há pensamentos e nem qualquer teleologia. Por outro lado, sem as relações sociais, como pode haver linguagem? Lukács (2010) diz com precisão que é porque trabalham que os homens se comunicam e não o oposto, pois sem o trabalho não poderia haver nem as relações sociais nem sequer a linguagem.

Como Lukács fundamenta essa relação de dependência e de autonomia entre essas categorias? A partir de Marx, em sua *Crítica da economia política*, sabemos que para fazer ciência é necessário o desenvolvimento de um método que permita ao sujeito apreender o movimento do objeto em sua totalidade. Porém, a própria elaboração desse método, no complexo categorial filosófico-científico de Marx, está subordinada aos princípios de natureza ontológica do *ser-em-si*. Por essa razão, a [ciência] teoria [pensamento] é sempre a reprodução ideal da realidade. Para que assim seja, é preciso haver uma prioridade do objeto em relação ao sujeito; o ser em si não se revela de imediato e por isso exige uma atividade por parte dos homens de inquirir a realidade em sua aparência e sua essência, que por não coincidir diretamente, exigem o desenvolvimento da filosofia e da ciência. Fiel a esse próprio argumento, Marx vai tomar como objeto de suas pesquisas, para compreender a sociedade em que vivia, a produção material historicamente determinada. E como foi esse seu percurso teórico-prático até chegar à elaboração de *O Capital*, sua principal obra, seu maior legado à contemporaneidade da luta de classes?

2.1 O PERCURSO DA ONTOLOGIA DE MARX E ENGELS EM PERSPECTIVA NA LITERATURA MARXIANA

A investigação sobre o estatuto ontológico do planejamento que defendemos nessa tese orienta-se pela concepção de *homem e de mundo* desenvolvida inicialmente nas obras de Marx e Engels relativas ao período 1843-1846, em seus confrontos com a filosofia especulativa (filosofia clássica alemã) e a participação ativa de ambos nas lutas operárias (movimentos socialistas europeus). Eles revelam que a *essencia humana* não é mais do que o conjunto das relações sociais que os homens, necessariamente, estabelecem entre si e em suas trocas orgânicas com a natureza para garantir a sua própria existência. Com isso, de acordo com Sève (1968), Marx e Engels puseram a descoberto, simultaneamente, a raiz do processo de produção das ideologias, tornando assim possível a formação de uma teoria autenticamente científica do conhecimento – completavam, ao repensarem-na dialéticamente, a concepção materialista do mundo, doravante acrescida por uma concepção correspondente do homem – e abriam o caminho à ciência da história, logo à política, ao socialismo científico.

Na introdução dos *Manuscritos econômicos filosóficos*, o próprio Marx (2010, p. 20) ressalta a importância da crítica de Feurbach – *positiva* humanista e naturalista; “quanto menos ruidosa, tanto mais segura, profunda, extensa e duradora é a eficácia dos escritos *feurbachianos*, os únicos nos quais – desde a *fenomenologia* e a *Lógica* de Hegel – se encerra uma efetiva revolução teórica”. Com essa revolução teórica de Feurbach que Marx e Engels irão aprofundar para a construção do *materialismo histórico e dialético*, tem-se a pedra angular de toda a filosofia marxiana; “ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material” (MARX-ENGELS, 2007. p. 87) e o conjunto das relações sociais próprias da *reprodução social*.

Na *Ideologia Alemã*, escrita entre 1845-1846, tem-se o aprofundamento da crítica materialista e dialética com a qual Marx e Engels constroem sua teoria em clara confrontação com o sistema hegeliano, delimitando o ponto de partida de um novo e revolucionário sistema – o marxiano;

os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica (MARX; ENGELS, 2007, pp. 86-87).

Nesta obra, tratada pelos autores como um meio para “acertar as contas com nossa antiga consciência filosófica e nos esclarecer” (MARX; ENGELS, 2008, p. 49), se estabelece de forma científica o *materialismo histórico e dialético* cujo fundamento é *ontológico*, e, por isso, é no campo da *ontologia*, e não da *gnosilogia* e da *epistemologia*, que encontraremos na teoria marxiana os fundamentos para desvelar o *planejamento enquanto categoria de mediação entre sujeito e objeto da práxis social humana*.

Por outro lado, uma sociabilidade conscientemente planejada por uma humanidade emancipada é o *fim* posto pelo projeto *revolucionário* de Marx e Engels, que terá no *proletariado emergente enquanto classe para si que surge nos fins do século XIX* o seu sujeito histórico. O início da construção desse projeto, de acordo com Netto (2015, p. 21), remete a 1843, quando o jovem Marx chega a Paris e descobre um novo mundo: o *mundo dos tabalhadores*. É o contato direto com essa nova sociabilidade marcada por uma intensa agitação política das lutas operárias, que irá proporcionar a Marx e Engels as condições reais para o início de sua elaboração teórica assumidamente crítica da ordem do capital e de sua vinculação orgânica com a classe operária.

Nikolai Lápine (1983), por sua vez, argumenta que a diferença entre a crítica de Hegel por Marx e a crítica de Hegel por Feuerbach reside, acima de tudo, na diferença das vias que as conduzem. Em Feuerbach, essa via passa pelas suas investigações teóricas, empreendidas, sobretudo, no domínio da filosofia da religião. Em Marx, era a luta pelos interesses sociais e políticos dos trabalhadores, no decurso do qual se desenvolviam as suas concepções filosóficas e sociopolíticas, condicionando-se mutuamente. Para esse autor, o grande feito científico de Marx e Engels repousa precisamente na reelaboração dos principais domínios do pensamento social do início dos anos 1840 do século XIX, sintetizando um

conhecimento qualitativamente novo, integral, da sociedade, intrinsecamente ligado à prática do movimento revolucionário da classe operária.

Nessa mesma linha de argumentação, Mandel (1967) coloca que, precisando mais tarde seu diagnóstico, Marx e Engels atribuíram ao proletariado o papel-chave no advento do socialismo, menos por causa da miséria que ele sofre do que em função do lugar que ele ocupa no processo de produção e na capacidade que possui de adquirir por este fato **um talento de organização e uma coesão na ação**, sem medida comum com todas as classes do passado. Aqui já comparece o fundamento do *dever humano do homem* e sua processualidade histórica, que retomaremos mais adiante.

Netto (1986) sumaria que a teoria social de Marx, embora herdeira da tradição cultural expressa pela economia política clássica, a filosofia alemã e as lutas operárias dos movimentos socialistas que proliferaram durante os primeiros cinquenta anos do século XIX, introduzem um *novo* modo de apreender a realidade. O grande destaque que coloca a obra marxiana no mais alto grau de rigor científico, e que permite dizer que esta opera uma verdadeira ruptura, é precisamente a descoberta do pressuposto histórico-social que funda a sociabilidade humana; somente com a instauração da sociedade burguesa, foi possível a percepção pela consciência humana de que o ser social, embora condicionado pela natureza, é *diferente* dela. Diferentemente das sociedades precedentes, na ordem do capital as relações sociais podem ser apreendidas pelos homens como resultante de suas ações e interações, e não como desígnios e vontades estranhos a eles.

É isso que permitirá a Marx (2011, p. 25) afirmar que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. No entanto, os estudos de Marx acerca da gênese, da consolidação, do desenvolvimento e das condições das crises sistêmicas do capitalismo vão apontar que esta percepção é apenas uma possibilidade, visto que a alienação e a reificação, conectados ao “fetichismo da mercadoria” que brota da instauração da *propriedade privada*, com sua mediação fundamental, que é o *trabalho assalariado (alienado)*, criam necessariamente uma aparência coisificada da realidade social. “A contradição é real: a sociedade burguesa, ao mesmo tempo que

abre a possibilidade para tomar o ser social tal como ele é (processo que tem regularidades próprias), bloqueia esta apreensão.” (Netto, 1986, p. 17). Em outros termos: a um só tempo, com a sociedade burguesa, tem-se a possibilidade de uma teoria social verdadeira, capaz de apanhar a dinâmica da sociedade e um conjunto de mecanismos que obstaculizam essa teoria social.

A razão para afirmar essa possibilidade reside, como já referido anteriormente, no fato de que Marx e Engels produziram uma teoria social que rompe, definitivamente, com o “fundamento gnoseoepistêmico”, para usar uma expressão de Chassin (2009), que caracteriza o campo das ciências sociais. Para este autor, um crítico contumaz das interpretações sobre a formação do pensamento de Marx a partir do *tríplice amálgama* a saber: a *filosofia clássica alemã*, a *economia política inglesa* e o *socialismo político francês* –, Marx, a partir de seu confronto com as questões ligadas aos *interesses materiais* quando de sua atuação no jornal *Gazeta Renana* e de sua decisão em se “retirar do cenário público para o gabinete de estudos”, inicia sua inflexão teórico-metodológica revisitando

a filosofia política hegeliana sob a pressão da dúvida e a influência das mais recentes conquistas feurbachianas, percorre exatamente as vias da interrogação recíproca entre teoria e mundo, o que lhe proporcionou identificar a conexão efetiva entre sociabilidade e politicidade (...) implicando a virtualidade de um novo universo ontológico (CHASSIN, 2009, pp. 58-59).

Evidentemente, para Chassin, não se trata de negar ou mesmo secundarizar o processo de apropriação por parte de Marx dos debates em torno desses três campos, como inclusive situa Paulo Netto, citado anteriormente. O que o autor destaca em sua crítica é a noção simplista de uma arrumação intelectual, *endógena*, que produziu uma síntese no pensamento de Marx. Afirma, então, Chassin (2009, pp. 39-40:

Obviedade patente, a lida constante e decisiva de Marx – em torno dos ramos de ponta da produção teórica de sua época – não implica a química da retenção e ligatura das *melhores porções* dos mesmos no amanho da própria obra. Desde logo, do *amálgama* não há qualquer vestígio textual, nem é minimamente passível de sustentação, uma vez que a mera inviabilidade teórica em face do novo padrão reflexivo,

marcante e altamente consistente, do conjunto da reflexão marxiana instaurada a partir de meados de 1843 e estendida até os últimos escritos. (...) o itinerário marxiano de Marx tem início ao cabo de extenso capítulo da história intelectual germânica, que envolve de maneira central e peculiar a questão ontológica.

Esse aspecto ressaltado por Chassin em sua obra postuma *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*, apresenta-se como de suma importância para demarcar o caráter revolucionário da teoria social marxiana, qual seja, seu fundamento *ontológico*, no qual o materialismo histórico e dialético não se enquadra em qualquer modelo ou manual das penosas tradições marxistas do século XX¹².

O fundamento histórico-social que articula a estrutura do pensamento marxiano é a compreensão de que os homens têm consciência de seu gênero; portanto, é um ser *genérico* e que em suas relações comunitárias forma a verdadeira sociedade *dos homens*. Nos *Cadernos de Paris* (Notas de leitura) e nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, ambos de 1844, encontraremos a explicitação desse fundamento quando Marx está estudando os *clássicos da economia política* e se depara com a definição de que o homem é um *proprietário privado*, e de que a sociedade é concebida como uma sociedade de atividades comerciais.

Para Paulo Netto, os *Cadernos* e os *Manuscritos*, escritos simultaneamente, representam uma unidade substantiva que, embora não os equalize, formam o marco *unitário* da inflexão de Marx em direção à crítica da economia política que culminará, vinte e poucos anos depois, no Livro I d' *O Capital* (2015). Ainda, de acordo com Paulo Netto (1981), nesses estudos citados, bem como na *crítica da Filosofia do Direito de Hegel* e na *Idelogia Alemã* – escrita em parceria com Engels – de 1843 e 1846, respectivamente, encontram-se as raízes da teoria social que supera a filosofia especulativa de Hegel pela apreensão ontológica do ser social a partir da *crítica* da economia política.

Na mesma linha de argumentação, Chassin (2009, pp. 56-57) vai verificar que

¹² Refiro-me aqui às distorções promovidas pelas interpretações produzidos durante o período stalinista, tratadas tanto pelo autor citado, e tantos outros, quanto por Lukács e Gramsci em suas obras repletas de referências aos textos originais de Marx e Engels para se contrapor às teses que vulgarizaram o marxismo.

a grande mudança no pensamento de Marx deu-se a partir da revisão da Filosofia do Direito de Hegel, orientada pelas influências: do desafio de compreender os “interesses materiais” na dinâmica das relações sociais e das provocações de Feuerbach contidas nos textos publicados à época – *teses provisórias para a reforma da filosofia* (1842) e *Princípios da filosofia do futuro* (1843). Sob essas condições, Marx consegue: i) O descarte da especulação, isto é, do logicismo e da arbitrariedade da razão autossustentada; ii) O reconhecimento da *objetividade* autoposta como determinação ontológica mais geral do homem em sua autoefetividade material e; iii) Identificar a sociabilidade como base da inteligibilidade. Esses três princípios afirmam a historicidade radical da razão dialética em sua concretude e são orientadores do *planejamento* como categoria da práxis social humana. Já para Mandel (1967), Marx e Engels apareceram como fundadores do socialismo científico, partindo de situações e caminhos diferentes¹³; abordam as questões e as lutas sociais de seu tempo pela crítica da concepção neo-hegeliana do Estado, pela descoberta das classes sociais e pela análise dos efeitos desumanos da propriedade privada e da concorrência.

Sintetiza Mandel (1967, p. 13), tanto em Marx quanto em Engels, que a trajetória do pensamento avança de forma sucessiva: “da crítica da religião à crítica da Filosofia; da crítica da filosofia à crítica do Estado; da crítica do Estado à crítica da sociedade, isto é, da crítica da política à crítica da Economia Política, que termina na crítica da propriedade privada”. Mas quando é que Marx se torna comunista¹⁴? De acordo com Mandel, Marx denomina-se comunista em março de 1844; até setembro de 1843, havia nele uma recusa a aderir ao comunismo. O que ocorreu nesse interim que proporcionou essa evolução?

É difícil isolar um só elemento num conjunto de influências; mas, por mais

¹³ Diz Mandel (1967, p. 11): “A diferença provém sem dúvida das diferenças de caráter e de temperamento, a natureza mais especulativa do gênio de Marx, mais impetuosa do gênio de Engels. Mas o acaso e as circunstâncias materiais de vida desempenharam aí um papel. Enquanto Marx emigra da Alemanha para a França, Engels é enviado à Inglaterra para aí fazer o aprendizado dos negócios. O choque provocado por esse encontro com as contradições da sociedade burguesa determinará o curso de seus pensamentos para o resto de seus dias”.

¹⁴ Segundo Mandel (1967, p. 19): “Engels veio antes de Marx ao comunismo, dissemos nós. Mas para ele também o comunismo é de início de essência nitidamente filosófica”. Apesar disto, “Engels compreende que o comunismo é o produto necessário das condições sociais criadas pela civilização moderna”.

importante que tenha sido a leitura de autores como Moses Hess¹⁵ – cuja influência é incontestável – ou o estudo da Revolução Francesa, foi o clima global da sociedade francesa sob Luís Felipe, a efervescência de ideias progressistas, a atividade das diversas seitas socialistas, o primeiro contato vivido com a classe operária e com a condição proletária que permitiram cristalizar essas influências literárias (MANDEL, 1967).

Para esses autores citados, Marx e Engels inauguram uma teoria social *revolucionária* à altura do *desenvolvimento histórico socialmente posto pelos homens, no qual o humano se torna objeto para si mesmo*, precisamente porque toma como referência fundamental a *ontologia histórico-social* como uma forma de apreender o caráter radicalmente histórico e social da realidade coletiva. Uma teoria social capaz de apreender a *razão do mundo* como afirma Ivo Tonet (2016, p. 18), em sua obra sobre *Método Científico*, na qual ele sustenta, com propriedade, que existem três momentos na abordagem das questões relativas ao conhecimento do *mundo*: o greco-medieval, o moderno e o marxiano. Nessa resumida exposição de diferentes autores que argumentam quanto à importância fundamental do giro ontológico de Marx e Engels para uma correta compressão e intervenção dos homens no mundo e em suas relações, encontramos apoio inicial para apontar as possibilidades concretas de teorizar sobre planejamento numa base radicalmente diferenciada de sua tradicional acepção teórico-prática, inscrita no campo das ciências humanas e sociais aplicadas como técnica e política, sem apresentar seus fundamentos ontológicos, ou até mesmo se oporem a eles de forma consciente pela explícita negação, ora da possibilidade de conhecer o *ser em si*, ora da refutação completa de sua existência como no irracionalismo e no empirismo.

¹⁵ **Moses Hess** (janeiro ou 21 de junho de 1812 - 6 de abril de 1875) foi um “companheiro de viagem” de Marx e, ainda no fim dos anos 1860, como ele, membro da Primeira Internacional Comunista. Hess sempre admirou a genialidade e a erudição de seu jovem amigo Karl Marx, para quem chegou a antever uma carreira universitária e jornalística de grande repercussão. A partir daquela data até 1843, ambos colaboraram na Gazeta Renana, da qual Hess foi um dos fundadores e Marx chegou a ser o editor. Depois disso, estiveram novamente juntos nos Anais Franco-Alemães, publicados em 1844, em Paris, onde Hess, que tinha chegado primeiro à França, recebera o amigo de braços abertos. Nos célebres Manuscritos de 1844, Hess é colocado por Marx ao lado de Engels e Weitling, que incursionaram no campo da crítica da economia política antes dele como um dos socialistas alemães que produziram algo de “substancial” e “original” sobre o assunto, com seus artigos sobre as “categorias” do “ter” e do “dinheiro”.

2.2 O PERCURSO DE MARX EM PERSPECTIVA NA *INTRODUÇÃO DE O CAPITAL*

Na análise de seu próprio desenvolvimento intelectual, Marx, no famoso *Prefácio de Contribuição à crítica da economia política de 1859*, explicita que seu ponto de partida foi a área da jurisprudência a qual nunca deu muita importância, apenas a teve como uma disciplina relativamente subordinada à Filosofia e à História. Porém, continua Marx (2008), é quando se vê diante das questões dos chamados interesses materiais¹⁶ relativos ao roubo de madeira morta e dos *direitos florestais* reivindicados pelos proprietários de terra discutidos e legislados no parlamento – alemão, bem como da crescente pobreza dos produtores de vinho do *Mosela*, como resultado de taxas e do livre comércio entre os estados alemães, que ele encontra as razões para desenvolver seus estudos sobre questões econômicas.

Fica muito claro, a partir de então, a opção de Marx, seu posicionamento de classe; considerava-se um “filho adotivo” da classe operária e colocava que o progresso da humanidade passava por acabar com a sociedade capitalista, exploradora e alienante, por meio do triunfo da revolução proletária. A primeira tarefa foi a revisão crítica da *Filosofia do Direito de Hegel*. Os resultados desse empreendimento foram o desvelamento de que:

2.3.1 As relações jurídicas, bem como as formas de Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em sua totalidade, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de “sociedade civil”. Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política.

¹⁶ Em 1841, após ter recebido seu diploma na Universidade de Jena, Marx foi convidado por Bruno Bauer para lecionar na Universidade de Bonn. Contudo o próprio Bauer rapidamente perde seu posto na Universidade por conta de seus ataques à religião e ao seu papel no Estado, que levou o ministro prussiano da religião e da educação a uma ferrenha oposição a Bauer, que levou à condenação de Marx e fechou as possibilidades deste de lecionar em qualquer universidade da Prússia. Desse modo, Marx muda-se para Colônia e torna-se, entre 1842-1843, redator da *Gazeta Renana*, jornal de cunho liberal (GABRIEL, 2013).

2.3.2 Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura¹⁷ jurídica e política e à qual correspondem formas sociais de consciência (MARX, 2008, p. 47).

Nessas duas primeiras assertivas, encontramos um primeiro aspecto central para o desvelamento da categoria *planejamento*: a *formação da consciência* como forma determinada pelas relações sociais que os homens¹⁸ estabelecem entre si, e com seu entorno, pela mediação do *trabalho* como modo de intercâmbio com a natureza para produzir os bens necessários à reprodução social. Neste sentido, a consciência, substância do *planejamento*, é uma expressão das relações sociais em sua *totalidade social* dinâmica. Portanto, não pode ser tomada como resultado do pensamento de algum gênio iluminado, e todas as proposições metodológicas de planejamento *devem ser* subordinadas aos princípios de natureza ontológica.

Em Marx, o conceito de *modo de produção* revela a dinâmica concreta entre forças produtivas e relações de produção. As forças produtivas são todas aquelas capacidades que os homens adquirem; capacidades técnicas externas, capacidades subjetivas, faculdades mentais que lhe permitem apropriar-se cada vez mais da natureza; isto é, a capacidade de refletir sobre a natureza para melhor dominá-la é uma força produtiva. As relações de produção são exatamente as várias formas de interação que os homens estabelecem entre si, no seu empenho de dominar a natureza. Nesse sentido, reside o caráter essencialmente histórico do materialismo de Marx; há apenas uma única ciência, a da história, que cobre tanto a natureza quanto o mundo dos seres humanos. Ele nos revela essa unitariedade do ser social; portanto, todo processo de *planejamento* demanda uma incorporação concreta e materialista

¹⁷ Tornou-se extremamente polêmica no decorrer dos séculos XIX e XX as compreensões sobre as expressões usadas por Marx: *estrutura* e *superestrutura*, para designar unidade entre as posições teleológicas *primárias* e *secundárias*. Em nosso trabalho, assumimos que esses termos utilizados por Marx expressam tão somente metáforas. Para uma maior elucidação sobre essa polêmica, ver: SILVA, L. (2012).

¹⁸ Desde já é mister esclarecer que quando nos referimos ao termo *homens*, estamos utilizando-o numa perspectiva humano-genérica. Por isso, refere-se a homens e mulheres em sua multiplicidade geracional, étnico-racial e sexual.

de todas as relações da vida humana, antes de tudo as histórico-sociais, sempre em relação ao pedaço da realidade que se quer transformar. Diz Lukács (2018a, pp. 562-564):

na medida em que Marx faz da produção e da reprodução da vida humana o problema central, aparecem, como dupla determinação, tanto nos próprios seres humanos quanto em todos os seus objetos, relações, circunstâncias etc., uma inexorável base natural e a sua ininterrupta conformação social.

Em um texto escrito por Engels em 1876¹⁹, o fundamento do *planejamento* apresenta-se situado no *ato do trabalho*, e depois dele, separado ainda durante a época *primitiva*. Diz Engels (2004, p. 3):

graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a propor-se e alcançar **objetivos** cada vez mais elevados [grifo meu].

Pelo desenvolvimento do trabalho que transforma a natureza em meios de produção e de subsistência, em sua relação direta com a natureza, os homens sabiam que era indispensável *planejar – pôr finalidades e objetivá-las*, para garantir sua reprodução individual e coletiva.

Contudo, explica Engels (2004), os resultados da própria diversificação do trabalho e de um longuíssimo tempo de desenvolvimento material e histórico no qual “apareceram o direito e a política, e com eles o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião”, estão relacionados com o fato de que,

frente a todas essas criações, que se manifestavam em primeiro lugar como produtos do cérebro e pareciam dominar as sociedades humanas, as produções mais modestas, fruto do trabalho da mão,

¹⁹ Trata-se de artigo elaborado inicialmente como uma introdução a um trabalho mais extenso denominado *Três formas fundamentais de escravização*, que não foi levado adiante por Engels. Desse modo, ele acabou por batizá-lo: *O papel do trabalho no processo de transformação do macaco em homem*. O mais provável é que o artigo tenha sido escrito em junho de 1876.

ficaram relegadas a segundo plano, tanto mais quanto numa fase muito recuada do desenvolvimento da sociedade (por exemplo, já na família primitiva), a cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela (ENGELS 2004, p. 6).

Para Engels (2004, p.12),

foi assim que, com o transcurso do tempo, surgiu essa concepção idealista do mundo que dominou o cérebro dos homens, sobretudo a partir do desaparecimento do mundo antigo, e continua ainda a dominá-lo, a tal ponto que mesmo os naturalistas da escola darwiniana mais chegados ao materialismo são ainda incapazes de formar uma ideia clara acerca da origem do homem, pois essa mesma influência idealista lhes impede de ver o papel desempenhado aqui pelo trabalho.

A formulação mais acabada sobre a superação do *idealismo* encontra-se em uma passagem de *O Capital*, na qual Marx afirma que o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, expresso nas formas de relação entre os homens e estes com a natureza, impõe limites à compreensão da realidade. Diz Marx (2017, p. 154 – grifos meus):

Essa limitação real se reflete idealmente nas antigas religiões naturais e populares. O reflexo religioso do mundo real só pode desaparecer quando **as relações cotidianas da vida prática se apresentam diariamente para os próprios homens como relações transparentes e racionais que eles estabelecem entre si e com a natureza**. A configuração do processo social de vida, isto é, do processo material de produção, só se livra de seu místico véu de névoa quando, como produto de homens livremente socializados, encontrar-se sobre seu **controle consciente e planejado**. Para isso, requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência que, por sua vez, são elas próprias o produto natural-espontâneo de uma longa e excruciante história de desenvolvimento.

Por esse princípio, o movimento de desvelamento da categoria objeto de estudo desta tese implica o rompimento com qualquer perspectiva filosófica e teórico-prática *idealista*. Aqui encontramos o grande paradoxo do planejamento tomado como

metodologia para a organização das ações e para a tomada de decisão sobre o *rumo* a ser seguido nas diferentes organizações na sociedade capitalista – *planejar e controlar o incontrolável*. Daí, como veremos adiante, sua incorrigível e paradoxal nulidade na vida cotidiana.

Retornando ao texto de Marx, na sequência ele exprime com mais vigor a concepção materialista e dialética da história que os homens realizam, com maior ou menor consciência de que o fazem, como abordado mais à frente.

2.3.3 O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social (MARX, 2008, p. 47).

Essas épocas revolucionárias, em relação ao passado, produziram a formação das relações sociais: primitiva, escravista, asiática, feudal, capitalista e a experiência soviética (denominada por muitos autores: *socialismo real*). À exceção das sociedades primitivas, predominou durante todo o desenvolvimento histórico até os dias atuais a exploração de classe como fundamento da organização social das relações de produção material da vida social. Nesse preciso sentido, portanto, é que a *luta de classes* se transforma no motor da história. Em cada momento, diz Marx, essas transformações produzem mudanças substantivas na *consciência*:

2.3.4 A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com a ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim (MARX, 2008, pp. 47-48).

Nesse campo, Marx descortina a relação unitária entre a subjetividade e a objetividade, a qual, em sua não identidade, apreende o ser-precisamente-assim existente de modo historicamente determinado. A capacidade de refletir o real na consciência funda a “dualidade” entre o pensado e o real; dois polos que só existem enquanto mútua determinação reflexiva no interior da práxis social, mas que não são idênticos. Precisamente neste campo, os complexos sociais característicos da reprodução social vão influir sobre o desenvolvimento da categoria de mediação *planejamento* e sua realização prática no cotidiano das relações sociais de *produção/distribuição* e do conjunto da *reprodução social*. O sentido dessa postulação é apanhado por Lukács, como veremos mais adiante, como resultado da processualidade imanente do desenvolvimento do ser social a partir do desenvolvimento do trabalho e da divisão deste, que origina as posições teleológicas secundárias, cuja finalidade é influenciar na escolha de alternativas de outros indivíduos – o campo da *ideologia*.

2.3.5 Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca se não os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir (MARX, 2008, p. 48).

É precisamente essa profunda distinção entre o *ser da consciência* tomado numa concepção idealista em sua abstração racional, própria do hegelianismo, e o ser social marxiano com sua historicidade que repousa os pressupostos fundamentais do *planejamento em sua dialética de teleologia-causalidade e teleologia-causalidades postas* – que desenvolveremos ao longo da tese – e sua relação com a emancipação humana numa perspectiva do projeto de classe *revolucionária*. A Formulação de uma

teoria de transição adequada é uma exigência essencial, e ao mesmo tempo um assunto de grande interesse prático, diz Mészáros (2002), em *Para Além do Capital*, e complementa:

Os princípios gerais de uma teoria devem ser claramente diferenciados de suas aplicações práticas. A tarefa de uma *teoria de transição* é articular as questões específicas ao processo social em andamento, identificando com precisão suas limitações temporais, na estrutura ampla dos princípios mais abrangentes que orientam a avaliação de cada detalhe. Caso não se faça essa crítica permanentemente, abre-se um campo para a refutação da teoria como um todo. No movimento socialista, a ação apologética de tentar validar a teoria no geral e não reconhecer seus limites históricos legou uma profunda desorientação do movimento socialista (MÉSZÁROS, 2002, p. 517 - grifo meu).

A avaliação em relação à validade histórica da teoria marxiana é um pressuposto do próprio arcabouço teórico-metodológico do materialismo histórico e dialético de Marx e Engels. Para o nosso estudo e como já referido anteriormente, Marx-Engels elaboraram uma radicalmente nova concepção de mundo, única e original, e nesta os pressupostos do *ser humano do homem* se afirmam pela mediação do *trabalho que transforma a natureza em bens de subsistência e meios de produção*, "uma condição da existência do homem independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural da mediação do metabolismo entre homens e natureza e, portanto, da vida humana" (MARX, 1986 apud LUKÁCS, 2013, p. 44). Nesse processo, como veremos a seguir, o *planejamento* é uma atividade fundamental e nós só podemos apreendê-la em sua perspectiva *ontológica* e *gnosiológica* examinando-a primariamente no *ato do trabalho*, momento da elaboração ideal do fim e do meio, como *prévia-ideação*. Uma vez mais, toda discussão e formulação metodológica deve estar subordinada aos princípios de natureza ontológica que só podem ser capturadas pela totalidade.

José Paulo Netto (2015), Ivo Tonet (2016), Sérgio Lessa (2012) entre tantos outros, inclusive aqui citados, têm asseverado que Marx e Engels fundaram uma *teoria social revolucionária*, uma concepção teórico-metodológica, cujo estatuto ontológico e resolução metodológica, para usar uma expressão de José Chassin (2009), expõe o ser humano como objeto de si mesmo, e a sociabilidade, historicamente construída

a cada momento, como resultado desse colocar-se subjetivamente num interfluxo com a objetividade, formando uma determinação recíproca.

Essa tarefa maior de explicitar em detalhes os pressupostos metodológicos de uma concepção de mundo que demonstre que o mundo é resultado da atividade social, que é possível conhecê-lo na sua máxima profundidade, até o mais profundo, e que é possível transformá-lo em sua integralidade, coube a György Lukács, como veremos a seguir.

2.3 “ONTOLOGIA, UMA BELA PALAVRA” – o ser social enquanto intrinsecamente teleológico

Para uma explicitação teórica dessa *determinação recíproca*, o filósofo húngaro György Lukács (2013) se dedicou desde os anos 1930 até a sua morte, em 1971, a produzir as suas obras da maturidade *Estética e a Ontologia*²⁰. Nesta última, encontra-se, como afirma Nicolas Tertulian (1990), a mais importante reconstrução filosófica do pensamento do fundador do marxismo, que se caracteriza pela presença de uma ontologia de caráter universal. Nesse caminho, Lukács logrou uma importante e indispensável obra de fôlego para a compreensão das determinações histórico-concretas da realidade contemporânea contra as formas de *reificação* do pensamento e do real, presente no neopositivismo e no irracionalismo moderno e pós moderno que subordinam a autonomia ontológica do real à sua manipulação pragmática. É precisamente nesse sentido que a investigação que aqui se inicia sobre o planejamento no *ato do trabalho* quer contribuir para a superação do planejamento acrítico e reiterativo do *status quo* próprio da racionalidade burguesa, com vistas ao exame sobre a *função social do planejamento – realizar a crítica radical* das causalidades postas, na construção de uma sociabilidade humanamente emancipada que se forja num processo de revolução permanente.

Nesse sentido, Lessa (2007, p. 186) ressalta que Lukács se ocupa na *Ontologia*

²⁰ Lukács, G. *Estética*. Barcelona/Ciudad del Mexico: Grijalbo, 1966. A *Ontologia* compreende, na verdade, dois textos: *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2013; e *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

em recuperar o caráter radicalmente revolucionário da obra de Marx;

contra todas as concepções que cancelam a possibilidade ontológica da revolução socialista, se propõe a demonstrar como, por quais mediações, os homens são os únicos responsáveis por sua história, de tal modo que não há nenhuma justificativa para que a ordem burguesa venha a ser o ‘fim da história’, tanto na versão hegeliana quanto na farsa de Fukuyama.

Para fixar o ponto de partida da ontologia de Marx, Lukács dissecou os seus princípios ontológicos fundamentais. O ser social só pode ser compreendido em sua articulação com o ser natural; “as formas de objetividade do ser social crescem no curso do nascer e do desdobramento da práxis social a partir do ser natural e tornam-se sempre mais socialmente pronunciadas” (2018b, p. 564). Para o aparecimento do ser social, deu-se um salto ontológico com a posição teleológica no trabalho que não tem correspondência (analogia) na natureza. O ser em si operado pela posição teleológica do trabalho, a partir de um longo processo histórico de seus desdobramentos, resulta num ser-para-si, levando a ultrapassagem tendencial das formas e conteúdos de ser meramente naturais em formas e conteúdos cada vez mais puros, específicos, da objetividade social.

Como então se articulam, no *planejamento* que vivenciamos nas organizações que trabalhamos, *subjetividade e objetividade, teleologia e causalidade*, e ainda, qual o papel do acaso no processo do *vir-a-ser da determinação recíproca*? Passemos à análise das categorias *teleologia e causalidade* a partir da *Ontologia do ser social*.

O planejamento, enquanto atividade organizada e realizada institucionalmente, seja pelas empresas, seja pelas associações grupais de qualquer natureza, ou seja, pelo próprio Estado, se apresenta como algo muito distante do dia a dia das pessoas, como algo que não diz respeito a elas e que elas também não podem ou não sabem, ou mesmo, *não sabem e não podem* planejar. Curiosamente, essa compreensão sobre o planejamento é a um só tempo *verdadeira e falsa*. Como assim? De acordo com o saber lógico próprio da “cientificidade moderna”, as sentenças *verdadeiro e falso* são mutuamente excludentes. Ou seja, se é *verdadeiro, não pode ser falso e vice-versa*. Então, poderíamos concluir que a afirmativa anterior é desprovida de

lógica e, portanto, não científica, implicando desde já a falência da presente *tese* como resultante de um longo processo de trabalho de pesquisa [científica] “teórico-prática”, conforme registramos na Introdução, e que ainda não encontrou seu fim.

Para sairmos desse imbróglio, que não é simplesmente *autoimposto*, torna-se fundamental explicitar com rigor a unidade dialética que contém o “*falso e o verdadeiro*”, ou melhor dito, a *essência e a aparência* da compreensão sobre o planejamento no sentido mais geral do termo. Por um lado, como já nos referimos anteriormente, a sociabilidade burguesa, por sua própria natureza, permite, e a um só tempo, interdita a compreensão científica da realidade. Por outro, brota da *necessidade que o proletariado tem de transformar radicalmente o mundo* (MARX, 2003), uma teoria que possibilita uma compreensão que articule a crítica radical com a transformação radical da sociedade.

Em Marx, já nos *Cadernos de Paris e nos Manuscritos*, e posteriormente em *A ideologia Alemã* e em *O Capital, o estatuto ontológico do ser social e a constituição da categoria da totalidade social* são os pressupostos fundamentais para a compreensão da realidade histórica produzida pela humanidade, isto é, pelos homens e mulheres como seres sensíveis que modificam por meio de sua ação sensível a realidade exterior para produzir seus meios de vida. Diz Marx-Engels (2007, p. 87):

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material.

O caráter essencialmente histórico dessa apreensão do *ser social* reside no fato de que os autores partem dos indivíduos reais, “sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica” (MARX-ENGELS, 2007, pp. 86-87). Então, como explicitação desse empírico, Marx-Engels em sua confrontação com os ideólogos alemães demonstram como os homens em sua conexão social dada produzem a sua própria condição de

vida material.

O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação das necessidades (comer, beber, morar, vestir e outras coisas mais), a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX-ENGELS, 2007, p. 33).

Eis as bases do materialismo de Marx e de Engels. Lukács, já na *Estética*, tal como afirma Guido Oldrine (2013), explicita o sentido da “função da objetivação primária, mediadora entre ser e consciência, exercida pelo ato teleológico do trabalho”.

Para o materialismo, a prioridade do ser é, antes de tudo, a constatação de um fato: pode haver um ser sem consciência, mas não há consciência sem ser. Disto, porém, não se segue uma subordinação hierárquica da consciência ao ser. Ao contrário, somente essa prioridade e seu reconhecimento concreto, teórico e prático por parte da consciência criam a possibilidade de dominar realmente o ser com a consciência. O simples fato do trabalho ilustra essa situação com meridiana evidência (OLDRINI, 2013).

Para Lukács, tomar a teleologia e a causalidade em sua unidade de condicionamentos diversos exige reconhecer o desenvolvimento desigual de diferentes complexos sociais, as assimetrias entre eles, resultante das trajetórias e legalidades próprias de cada complexo social que são irreduzíveis. Daí a importância da ação histórica dos indivíduos que, por meio dos seus *atos teleológicos*, produzem e reproduzem a vida social em todos os seus complexos sociais, originando a totalidade social. Com Marx, pela primeira vez na história da filosofia, as categorias econômicas vão aparecer como categorias da produção e da reprodução da vida humana, tornando, assim, uma exposição ontológica do ser social sobre bases materialistas, radicalmente oposta às ontologias metafísicas greco-medieval e lógico-abstrativas da era moderna.

No momento em que Marx faz da produção e da reprodução da vida humana o problema central de sua investigação intelectual, surgem no próprio ser humano, como em todos os seus objetos, relações, vínculos etc., como dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base. E como essa ação se realiza é o que passo a examinar na sequência, tomando como referencial o a *Ontologia do Ser Social* (LUKÁCS, 2018a).

No capítulo relativo ao Trabalho, Lukács apresenta, em contraposição aos esquematismos próprios do idealismo e do positivismo, a impossibilidade de "deduzir" algo novo das coisas em si, de sua legalidade causal, *natural*, ou mesmo de algum desenvolvimento imanente ao ser em si. Como afirma Aristóteles, a casa é produto da posição teleológica que constrói uma objetividade completamente nova não dedutível do ser em si da pedra ou da madeira. "Para que isso aconteça é necessário o poder do pensamento e da vontade humanos que organize material e faticamente tais propriedades em conexões, por princípio totalmente novas" (LUKÁCS, 2013, p. 53). Esse é o movimento incessante que põem historicamente o *ser social* e as bases de sua produção e reprodução e suas conexões com as esferas de ser inorgânica e orgânica, sem as quais seria impossível a existência do ser social.

Para evitar qualquer tipo de mal-entendido sobre a concepção de *ser social*, Lukács (2013) enumera as categorias específicas desse ser, que podem ser apreendidas com a análise do *trabalho*: i) As formas precedentes do ser; ii) Sua articulação com elas; iii) Sua fundamentação nelas e; iv) Sua distinção em relação a elas. Para Lukács, existe uma articulação indissolúvel entre as três esferas ontológicas distintas entre si: a inorgânica, base indispensável para o surgimento da vida, opera uma essência de tornar-se outro mineral; a esfera orgânica base da vida tem sua essência na reprodução dela mesma; e o ser social, que se distingue das esferas anteriores pela incessante produção do novo, pela transformação do mundo ao seu redor de forma conscientemente orientada, teleologicamente posta, a partir de prévias-ideações – planejamentos, impulsionados pelas necessidades e possibilidades sempre novas.

Desse modo, sem eliminar nenhuma das esferas ontológicas anteriores, o *ser social* resulta da processualidade evolutiva, a qual opera por meio de *saltos ontológicos*, categorias decisivas como: trabalho, linguagem, cooperação e divisão do

trabalho que irão evidenciar a separação ontológica entre natureza e sociedade. Nesta precisa perspectiva, devemos compreender o materialismo histórico e dialético fundado por Marx e Engels.

Os homens, ao satisfazerem as necessidades, a própria ação de satisfazê-las e o instrumento de satisfação já adquirido, geram novas necessidades e possibilidades antes não existentes. Por isso, o *trabalho*, de um modo sintético, cria valores de uso e é por isso "uma condição da existência do homem independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural da mediação do metabolismo entre homens e natureza e, portanto, da vida humana" (MARX, 1986 apud LUKÁCS, 2013, p. 44). Para Marx e Engels, a produção das condições de vida realizada pelos indivíduos assume para os seres humanos a sua própria constiuição ontológica como *ser social*. Nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos, Marx (2008, pp. 84-85) afirma a constituição do ser em sua genericidade e ao mesmo tempo situa a tragédia da alienação na particularidade histórica das sociedades de classe.

A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis por que a sua atividade é atividade livre. (...) O objeto do trabalho é, portanto, a *objetivação da vida genérica do homem*. O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência.

Nesse sentido, como *ser social*, nós produzimos cotidianamente o conteúdo material – objetivo e subjetivo – das efetivas condições de vida, e o fazemos – com maior ou menor consciência disto, como dito anteriormente, pela *mediação do trabalho*. De que modo podemos verificar tal afirmativa? De acordo com Marx e Engels, conforme nos revela Lukács, os seres humanos são seres que dão respostas:

Um ser que dá respostas é um ser que reage somente às alternativas que lhe são colocadas pela realidade objetiva. Mas, fazendo isso, este ser abstrai certas tendências contidas no processo espontâneo para transformá-las em perguntas e encontra para elas uma resposta. Por isso, esta reação não é puramente espontânea. Um leão, ao devorar um antílope, constitui um processo puramente biológico, no qual não está presente qualquer alternativa. Quando, ao contrário, o homem,

através de seu trabalho, eleva à abstração sua relação de intercâmbio com o ambiente para fazer dela um problema ao qual deve ser dada uma resposta, esta alternativa é inserida no processo histórico (LUKÁCS, *apud* ABENDROTH et al, 1969, p. 132).

Desse modo, a *escolha entre alternativas* como momento máximo dos processos de planejamento revela a nossa capacidade de *transformar a realidade* natural e social e inscrever na história novas possibilidades concretas de *escolhas entre alternativas*. Esse conceito é fundamental para demarcar no processo de planejamento o momento e o significado da proclamada liberdade de escolha entre alternativas que devem ser rigorosamente identificadas a partir da realidade concreta e analisada na perspectiva da totalidade.

As categorias de causalidade e teleologia, na ontologia marxiana e lukacsiana, expressam com rigor o conteúdo e a forma da história humana constantemente atravessada pela tensão entre dois polos da sociedade: o gênero humano, como síntese e totalização das ações individuais, e as ações dos indivíduos em sua singularidade e particularidade histórica. Para esses autores, definitivamente, não existe *antinomia* indivíduo x sociedade, visto que a dimensão ontológica é uma dimensão histórica, e a dimensão histórica é uma dimensão ontológica; são determinações reflexivas, não há contradição.

O fato de, na sociedade burguesa, o fetichismo da mercadoria encobrir as determinações dessa tensão dialética, impõe a necessidade de examinar as possibilidades históricas de sua superação. Nessa perspectiva, a contribuição do pensamento de Lênin nos permite conferir como a *qualidade do planejamento emancipatório* é decisiva para a *transição do socialismo ao comunismo*, por sua mediação para o “fenecimento” do Estado, como trata Lênin em *O Estado e a Revolução*.

2.4 A CONTINUIDADE ONTOLÓGICA DO PLANEJAMENTO DE MARX-ENGELS EM LÊNIN

Como vimos anteriormente, em Marx e Engels, o planejamento é uma categoria do ser social imanente ao trabalho (mas, não redutível a ele – como o próprio trabalho)

e como tal, responde pela função social de transformar a realidade natural e social, inscrevendo na história novas necessidades e possibilidades concretas. Depois deles, Lenin vai trazer uma discussão fundamental para o nosso tema em sua obra *O Estado e a Revolução* (2017), na qual objetiva elaborar uma teoria da transição socialista.

Lukács (2012) vai salientar que Lênin representa a renovação do materialismo dialético em sua luta contra o irracionalismo presente no imperialismo, e ao mesmo tempo legou, ao assumir as teses marxianas, um ensinamento para a ação política revolucionária que tem validade até os dias atuais. Nada no pensamento e na ação do líder *Bolchevique* era isolado. Ele tinha a capacidade de sempre cotejar “a inteira vida cotidiana dos homens”, e por isso

a tarefa da democracia no socialismo” consistia em “permeiar de maneira concreta a inteira vida material de todos os homens, expressar sua sociabilidade como produto da própria atividade de todos os homens, desde a vida cotidiana até as questões decisivas da sociedade (LUKÁCS, 2012, p. 23 *apud* VEDDA, 2012).

Lukács vai identificar em *O Estado e a Revolução* a autêntica aplicação da dialética: teoria e prática no processo de transformação da realidade, considerando o fundamento ontológico da *teleologia e causalidade primárias e secundárias*. O destaque na práxis política de Lênin é o reconhecimento de que é preciso se abrir à exploração do novo; isso é válido tanto para os pequenos dilemas colocados pela vida diária como para os assuntos centrais de toda a vida social, pois “as grandes decisões históricas, as resoluções revolucionárias, não são criadas nunca de forma ‘puramente teórica’ no gabinete de estudo dos eruditos” (LUKÁCS, 2012, p. 23)

Construir a nova sociabilidade era e é o desafio do movimento de superação da ordem burguesa. No fim de sua vida, entre as principais preocupações de Lênin, estava o temor de que a exploração do novo se veria anulada ante a intensificação das práticas burocráticas, e Lukács vai observar a força destrutiva da burocratização:

Seu combate apaixonado contra as tendências burocráticas não se baseia tão somente no fato de que ele havia observado desde cedo de maneira muito crítica a impotência última da manipulação burocrática, mas também [...] na compreensão de que toda

burocratização encerra necessariamente a tendência a consolidar a primazia do passado sobre o presente, através da rotina que deriva de uma práxis determinada (LUKÁCS, 2012, p. 25).

Miguel Vedda assinala o aspecto central da importância de Lênin para a renovação do pensamento marxiano;

essa disposição contínua para aprender com a realidade visando transformá-la, mas também visando transformar o próprio sujeito, é o que o autor da *Ontologia do ser social*, em seus últimos anos de vida, quis destacar como legado substancial da vida e da obra de Lênin (LUKÁCS, 2012, p. 25).

Para o nosso estudo em tela, o fio condutor tomado por Lênin em *O Estado e a Revolução* – as teses marxianas da autoconstrução do ser social – revela a continuidade da identificação do planejamento como potencialmente emancipador e, ao mesmo tempo, o campo de batalhas insuprimíveis contra todo irracionalismo moderno e pós-moderno que suplanta, ainda que nunca completamente, as possibilidades concretas de superação da ordem do capital, como afirma Lênin a partir de Marx e Engels por meio da *Revolução*.

2.4.1 O contexto da obra

O Estado e a Revolução foi escrita por Lênin na clandestinidade, em agosto/setembro de 1917, quando o governo provisório burguês o perseguia. Desde 1916, ele já vinha se preparando intelectualmente para refutar as ideias que predominavam entre as esquerdas no plano internacional em relação à *doutrina* de Marx-Engels sobre o Estado. Na obra, Lênin reage às colocações públicas desenvolvidas por Kautsky, Pannekoek e Bernstein com críticas fundamentadas nas análises de Marx-Engels sobre a origem do Estado e seu ulterior desenvolvimento sob o domínio do capital, especialmente sob o capitalismo monopolista que se consolida

na fase imperialista²¹; bem como ele busca nas análises de Marx sobre as experiências revolucionárias de 1848 e 1871 um guia para apontar as tarefas do proletariado na revolução.

De início, Lênin denuncia a adulteração da doutrina marxista do Estado feita por Kautsky e pelos políticos pequeno burgueses, para quem a concepção de Estado aparece como *conciliador* das classes em luta. E a ordem que este impõe é justamente a conciliação das classes, não a opressão de uma classe por outra; moderar o conflito significa conciliar, não tirar das classes oprimidas determinados meios e processos de luta por meio da derrubada dos opressores.

Se referindo à Revolução de Outubro, diante da prática imediata do que fazer com o Estado, qual seria sua função na nova sociedade, Lênin revela que os SRs (Socialistas Revolucionários) e os mencheviques aderiram à teoria pequeno-burguesa das conciliações das classes pelo Estado. Assim, Lênin constata “que o Estado é o órgão de dominação de determinada classe, a qual *não pode* ser conciliada com sua antípoda (com sua classe antagonista), isto é algo que a democracia pequeno-burguesa nunca poderá compreender” (LÊNIN, 2017, p. 30).

Quando se refere a Kautsky, ele expõe o quão sutil se processou a deturpação das ideias de Marx. Baseando-se na análise concreta das tarefas da revolução, Marx chegou teoricamente à conclusão de que o Estado é produto do caráter inconciliável das contradições de classe; se ele é uma força que está *acima* da sociedade, “*cada vez mais se aliena da sociedade*”; então é evidente que a emancipação da classe oprimida é impossível não só sem uma revolução violenta, *mas também sem o*

²¹ De acordo com Lefebvre (1969, pp 19-32), Lênin vai abrir uma batalha franca contra as concepções produzidas por diferentes teóricos do movimento operário e socialista para demonstrar o caráter essencialmente irreconciliável do Estado e a necessidade de sua superação. “Na Alemanha, manifestaram-se *três tendências* principais: a) *Corrente de direita*, dita revisionista. As influências do liberalismo burguês penetraram nesse ramo da socialdemocracia ao ponto de liquidarem o marxismo. Bernstein propunha a transformação do partido socialdemocrata num partido reformista, agindo única e expressamente por meios legais e parlamentares. Esse revisionismo bernsteiniano vai influenciar os intelectuais russos a que Lênin vai combater; b) *Corrente centrista* dita ortodoxa que considera o marxismo uma teoria econômica que tendia a rejeitar o marxismo como concepção de mundo. Franz Mehring um de seus representantes separou a dialética do materialismo caindo no revisionismo que pensava combater e, ao mesmo tempo, cedendo terreno ao neo-hegelianismo e ao irracionalismo; c) *Atitude extremista (esquerdista)*; Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht se caracteriza pelo espontaneísmo e o voluntarismo revolucionário fundados num catastrofismo “ultra-bochevique”: a queda do capitalismo é apresentada como uma catástrofe total e uma descontinuidade absoluta. Seu “revisionismo esquerdista” não era menos inquietante para o pensamento revolucionário que o “revisionismo direitista” de Bernstein.

extermínio daquele aparelho de poder de Estado que foi criado pela classe dominante e no qual está encarnado essa “alienação”. No entanto, diz Lênin, apesar de Kautsky confirmar, teoricamente, que o Estado é de fato um órgão de dominação de classe e que as contradições de classe sejam inconciliáveis, relegou a dialética da revolução violenta e o “definhamento” do Estado ao ecletismo adotado pelas correntes social-chauvinistas e Kautskiana.

Lênin já vinha estudando os textos de Marx (*O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* e *A guerra Civil na França*), e estava convencido de que a substituição do Estado burguês pelo proletariado é impossível sem a revolução violenta; e que a extinção do Estado proletário, ou seja, a extinção de todo Estado, é impossível de outro modo se não por meio de seu definhamento (LÊNIN, 2017, p. 44).

Lênin vai ressaltar que, com a experiência da Comuna de Paris (1871), Marx-Engels vão confirmar o caráter essencialmente social da revolução proletária que consiste precisamente em um ato político – a Revolução que visa à destruição e a dissolução da velha sociabilidade, mas que, “logo tenha início a sua atividade organizativa; logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça de seu revestimento político” (MARX, 2010a, p. 78).

No último prefácio, a nova edição alemã do *Manifesto Comunista* de 1872, assinado por Marx-Engels, afirma que após 24 anos da edição do *Manifesto*, seu programa deveria ser melhorado, considerando o desenvolvimento da indústria moderna desde 1848 e os progressos correspondentes da organização da classe operária e a experiência prática adquirida, especialmente na Comuna de Paris, quando o proletariado, pela primeira vez, toma posse do poder político (apenas por dois meses), demonstrando que “a classe operária não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins” (LÊNIN, 2017, p. 60). Essa é a principal lição do marxismo sobre as tarefas do proletariado em relação ao Estado: “demolir a máquina de Estado burocrático-militar”. Para Lênin, é exatamente essa lição que foi esquecida ou deturpada por Kautsky, os SRs. e os mencheviques, para não falar de Bersntein. A partir daí Lênin pergunta: Pelo quê substituir a máquina quebrada do Estado? Com os ensinamentos de Marx-Engels retirados da experiência da Comuna e dos fundamentos ontológicos do ser social, Lênin vai apostar no modelo político da

Comuna.

2.4.2 Confrontar o velho e criar o novo: o Estado-Comuna

Essa é, sem dúvida, a grande novidade que Lênin incorpora das análises marxianas e traz para a prática revolucionária naquele momento da Rússia. O surgimento da democracia direta sob a forma dos sovietes, associado ao modelo político da Comuna, constituiria a base das estruturas de um Estado alternativo em todos os níveis.

O Estado-comuna era o único substituto possível ao Estado burguês e à degenerada monstruosidade czarista na Rússia. Para Lênin essas eram ideias práticas, bem distantes do utopismo, e forneceriam uma medida muito melhor da consciência de massa, além de mais democrática do que qualquer congresso burguês (ALI, 2017, p. 64).

No *Manifesto Comunista*, Marx-Engels (2017, p.40) teriam indicado as tarefas ainda de forma abstrata, mas não os meios para realizá-las²²; eles apontavam a “elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia”. Desse modo,

o proletariado usará sua supremacia política para arrancar, pouco a pouco, todo o capital da burguesia, centralizando todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível o total das forças produtivas (MARX- ENGELS, 2017, p. 39).

²² As tarefas postas no Manifesto Comunista, segundo Lênin, não apresentavam os meios para operacionalizá-las: 1. Expropriação da propriedade fundiária e emprego da renda; 2. Imposto fortemente progressivo; 3. Abolição do direito de herança; 4. Confisco da propriedade de todos os emigrados e rebeldes; 5. Centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e com monopólio exclusivo; 6. Centralização de todos os meios de comunicação e transporte nas mãos do Estado; 7. Multiplicação das fábricas nacionais e dos instrumentos de produção, arroteamento das terras incultas e melhoramento das terras cultivadas, segundo um plano geral; 8. Unificação do trabalho obrigatório para todos, organização de exércitos industriais, particularmente para a agricultura; 9. Unificação dos trabalhos agrícolas e industrial, abolição gradual da distinção entre a cidade e o campo por meio de uma distribuição mais igualitária da população pelo país; 10. Educação pública e gratuita a todas as crianças, e abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje, associação da educação com a produção material etc.

Para Lênin, ali ainda não se encontravam os elementos práticos para executar a operação da transição socialista que levaria à superação da ordem do capital e, ao fim dos antagonismos de classe, ao comunismo.

Como sempre se escusaram a cair em utopias, Marx-Engels esperavam uma resposta concreta à questão de quais formas tomariam a organização do proletariado como classe dominante da própria experiência do movimento de massas. Como a organização se conciliaria com as mais completas e a mais consequente “conquista da democracia”. Então, Lênin vai recuperar as análises elaboradas por Marx em *A guerra Civil na França*, no período de experiência da Comuna, contrapondo as indicações presentes no *Manifesto* acerca da “elevação do proletariado à classe dominante”, na perspectiva de apreender os meios para substituir a máquina quebrada do Estado.

Já no primeiro ato da Comuna, o decreto que ordenava a supressão do exército permanente e da polícia – e sua substituição pelo povo armado, encontra-se a condição *sine qua non* para quebrar o poder da força física do antigo governo e iniciar o processo para quebrar a força espiritual de repressão (o poder paroquial), pela desoficialização e expropriação de todas as igrejas como corporações proprietárias e abrindo ao público todas as instituições de ensino agora purificadas da interferência da igreja e do Estado.

Além disso, a forma como a Comuna foi instituída dava a esta uma qualidade completamente diferenciada das instituições burguesas.

A Comuna era formada por conselheiros municipais, escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade [de Paris], responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento. A maioria de seus membros era naturalmente de operários ou representantes incontestáveis da classe operária. [...] Em vez de continuar a ser o agente do governo central, a polícia foi logo despojada de seus atributos políticos e convertida em agentes da Comuna, responsável e substituível a qualquer momento. O mesmo se fez em relação aos funcionários de todos os outros ramos da administração. Dos membros da Comuna até os postos inferiores, o serviço público tinha de ser remunerado com *salários de operários*. Os direitos adquiridos e as despesas de representação dos altos

dignitários do Estado desapareceram com os próprios dignitários do Estado [...] Uma vez livre do exército permanente e da polícia – os elementos da força física do antigo governo –, a Comuna ansiava por quebrar a força espiritual de repressão, o “poder paroquial”. [...] Os funcionários judiciais deviam ser despojados daquela falsa independência [...] deviam ser eletivos, responsáveis e demissíveis. (MARX, 2011, pp. 56-57).

Diz Lênin, com essas medidas, que a Comuna substitui a máquina do Estado “apenas” por uma democracia mais completa: a extinção do exército permanente²³, plena elegibilidade e revogabilidade de todos os funcionários públicos. Mas na realidade esse “apenas” significa a substituição gigantesca de algumas instituições de tipo fundamentalmente diferente. Aqui se observa exatamente um dos casos de transformação de quantidade em qualidade. A democracia realizada de modo tão completo e conseqüente quanto é concebível converte-se de democracia burguesa em proletária, de Estado (= força especial para a repressão de determinada classe) em uma organização que já não é, para falar propriamente, Estado (LÊNIN, 2017).

Como se trata de uma democracia organizada e conduzida pela maioria da população, é a própria maioria do povo que reprime seus opressores, já não é necessária uma “força especial” para a repressão! É nesse sentido, afirma Lênin, que o Estado começa a *definhar*. Em vez de instituições especiais de uma minoria privilegiada (funcionalismo privilegiado, comando do exército permanente), a própria maioria pode realizar de forma direta, e quanto mais a própria realização das funções do poder do Estado se tornar de todo o povo menos necessário se torna esse poder (LÊNIN, 2017).

A redução dos salários de todos os servidores públicos, desde, e sobretudo, dos mais altos signatários, para o nível dos “salários de operário” representa a mais evidente ruptura com a democracia burguesa, e estabelece um rumo preciso à *democracia proletária*. “E é justamente nesse ponto, talvez o mais importante, em que se evidencia a questão do Estado, que as lições de Marx são esquecidas” (LÊNIN, 2017, p.67). Para Lênin, ao contrário da “crítica” de que se trata de um democratismo ingênuo, um democratismo primitivo, por dois importantes motivos: i) É impossível a

²³ Substituído por uma milícia popular com tempo de serviço extremamente curto.

transição do capitalismo para o socialismo sem um certo “retorno” ao democratismo primitivo (pois de que outro modo seria possível passar para a realização das funções do Estado pela maioria da população e por toda a população sem exceção?); ii) Na base da cultura já desenvolvida pelo capitalismo, com sua grande indústria e todos os avanços daí decorrentes, as funções do velho Estado se simplificaram de tal forma que podem ser executadas por qualquer pessoa alfabetizada, tirando dessa função qualquer sombra de privilégio e hierarquia (LÊNIN, 2017, p. 67).

Nesse sentido, Lênin nos fornece, uma vez mais, a partir de Marx-Engels, os meios para substituir a máquina quebrada do Estado, primeiro reduzindo seus custos e depois descartando-o completamente:

A elegibilidade completa, a revogabilidade *a qualquer momento* de todos os funcionários públicos sem exceção, a redução de seus vencimentos ao habitual “salário de operários”, essas medidas democráticas simples e “compreensíveis por si mesmas” unindo completamente os interesses dos operários e da maioria dos camponeses, servem ao mesmo tempo de ponte que conduz do capitalismo para o socialismo. Essas medidas dizem respeito à reorganização estatal, puramente política da sociedade, mas só adquirem, naturalmente, todo seu sentido e toda a sua importância em ligação com a realização ou a preparação da “expropriação dos expropriadores”, ou seja, a transformação da propriedade privada capitalista dos meios de produção em propriedade social (LÊNIN, 2017, pp. 67-68).

No que tange ao parlamentarismo, a ênfase de Marx em relação à Comuna é que esta deveria ser um órgão de trabalho executivo e legislativo ao mesmo tempo, e não um corpo parlamentar. Essa proposição, segundo Lênin, foi igualmente suprimida do marxismo pelas correntes chauvinistas e da socialdemocracia. De fato, diz Lênin, a verdadeira essência do parlamentarismo burguês consiste em decidir a cada tantos anos qual membro da classe dominante reprimirá, esmagará o povo no parlamento e, ao mesmo tempo, aumentará as despesas correntes por meio de contratações de novos auxiliares.

Ao contrário de adotar essa perspectiva, os SRs. e os mencheviques se empenharam pela manutenção do parlamentarismo burguês. A opção foi fazer coligações que, na prática, “todo aparelho burocrático permanece na essência o

antigo, funciona à antiga e sabota com completa 'liberdade' as iniciativas revolucionárias!" (LÊNIN, 2017, p. 71). A questão que devemos retirar desse debate é que não se pode misturar o verdadeiro sentido de representação democrática com o caduco parlamentarismo burguês de fraseologia vazia e puramente eleitoreira. Uma vez mais o exemplo da Comuna:

A comuna substituiu o parlamentarismo corrupto e apodrecido da sociedade burguesa por instituições em que a liberdade de opinião e de discussão não degenera em engano, pois os próprios parlamentares têm de trabalhar, executar eles próprios suas leis, comprovar eles próprios o que se consegue na vida, responder eles próprios diretamente a seus eleitores (LÊNIN, 2017, p. 71).

O fundamento aqui é a mudança qualitativa das instituições representativas que passam a ser um órgão de trabalho, se despindo completamente do parlamentarismo como sistema especial, como divisão do trabalho legislativo e executivo, como situação privilegiada para os deputados. Precisamente nesses espaços, podemos vislumbrar o planejamento emancipatório, capaz de operar as teleologias primárias e secundárias com as causalidades postas.

Lênin tinha a preocupação de distinguir as propostas utópicas daquelas que poderiam ser viabilizadas pelo movimento revolucionário. Nesse sentido, enfatiza que não se trata de

extinguir de uma só vez, por toda a parte, até o fim, o funcionalismo. Isso é utopia. Mas, *destruir* de uma só vez a velha máquina burocrática e começar imediatamente a construir uma nova, que permita gradualmente acabar com todo o funcionalismo, *não é* utopia – é a experiência da Comuna, é a tarefa imediata, direta, do proletariado revolucionário (LÊNIN, 2017, p. 72).

Lênin identificou que o próprio desenvolvimento capitalista tornava cada vez mais simplificada as funções estatais.

Podemos e devemos, desde já, de hoje para amanhã, começar a

substituir a “hierarquização” específica dos funcionários do Estado pelas simples funções dos “administradores”, funções que, já hoje, estão completamente ao alcance do nível de desenvolvimento dos cidadãos em geral e que podem ser perfeitamente executadas mediante o “salário de operário” (LÊNIN, 2017, pp. 72-73).

2.4.3 A Comuna – Planejamento para emancipação do Trabalho

A comuna é a forma “enfim descoberta” pela revolução proletária, na qual se pode realizar a libertação econômica do trabalho. Lênin retoma essa síntese histórica de Marx para apresentar os fundamentos de uma teoria da transição pós-revolucionária em relação à forma que deve assumir o Estado sob o controle operário, visando seu completo definhamento.

Lênin comenta como Engels, ao examinar em sua obra a questão da moradia, (1872)²⁴ utiliza-se dos ensinamentos da Comuna para tratar de uma questão concreta, apresentando a função do Estado e seu momento de transição de *burguês* para *socialista* com a qualidade de ser absolutamente *transitório*. Para solucionar a questão do *déficit* habitacional, por exemplo, Engels afirma que uma revolução social, sem precisar criar sistemas utopistas para instaurar a sociedade futura, parte do fato de que:

Já existem conjuntos habitacionais suficientes na metrópole para remediar de imediato, por meio de sua utilização racional, toda a real “escassez de moradia”. Naturalmente, isso só poderá ser feito mediante a expropriação dos atuais possuidores, ou então mediante a acomodação, nessas casas, de trabalhadores sem teto ou trabalhadores aglomerados nas moradias atuais; assim que o proletariado tiver conquistado o poder político, essa medida exigida pelo bem-estar público terá sua execução tão facilitada quanto outras expropriações e acomodações feitas pelo Estado atual (ENGELS apud LÊNIN, 2017, p. 82).

Essa expropriação, como todas as outras necessárias ao definhamento do Estado, não poderá ser realizada pelo funcionalismo do antigo aparelho ligado à

²⁴ Ver ENGELS, F. (2011).

burguesia. Se durante a transição ainda serão necessários a manutenção da relação de locação e a adoção de regras para a repartição de moradias, é certo que se exigirá uma forma de Estado que não exige um aparelho militar e burocrático. O que deve ser aqui reconhecido é que o verdadeiro interesse social – “o bem-estar público” – deixa de ser objeto do poder político, (como no planejamento técnico e político) e se transforma em simples função administrativa, ou seja, em planejamento localmente elaborado e executado por todos os envolvidos, obedecendo à racionalidade imanente à finalidade que se quer alcançar.

É importante destacar, como o faz Lênin, tanto ontem quanto hoje, que

não é de admirar que uma repetição tão insistente dos raciocínios oportunistas sobre o Estado tenha impregnado a socialdemocracia alemã, sobretudo quando as explicações revolucionárias de Engels estavam metidas numa gaveta²⁵, e que todas as circunstâncias da vida por muito tempo estiveram ‘afastadas’ da revolução (LÊNIN, 2017, p. 91).

Essa condição de “veneração” do Estado à experiência da Comuna foi capaz de quebrar dois meios que são infalíveis:

Primeiro, ela ocupou todos os cargos – administrativos, judiciais, educacionais – por meio de eleição pelo voto de todos os envolvidos, dando a estes o direito de demitir os eleitos a qualquer momento. Segundo ela pagava a cada servidor, de alto e baixo escalão, apenas um salário igual ao dos outros trabalhadores. O salário mais alto era de 6 mil francos. Com isso, fechou-se a porta para a caça por cargos e para o carreirismo, para não falar dos mandatos imperativos dos delegados aos corpos legislativos, que ainda foram acrescentados em profusão (LÊNIN, 2017, p. 102).

Essas simples decisões sobre o imediato funcionamento do Estado tornam-se possíveis e imediatamente viáveis por meio da transformação das funções e serviços do Estado em operações de controle e de registro tão simples, que sejam acessíveis e realizáveis pela imensa maioria da população e, depois, por toda população sem

²⁵ Lênin se refere à Carta de Engels a August Bebel datada de março de 1875, que ficou esquecida em gaveta durante 36 anos, em Karl Marx, *Crítica ao Programa de Gotha* (MARX, 2012, pp. 51-59).

exceção. Do ponto de vista da gestão social do Estado, já temos um caminho. A questão que se coloca então é: Quais as bases econômicas para o definhamento do Estado?

Marx vai dizer que é possível falar em um “Estado atual” quando o reconhecemos fundado na moderna sociedade burguesa, já que, sob esse solo, todos os Estados Nacionais terão certas características comuns essenciais.

Nesse sentido, pode-se falar em ‘atual ordenamento estatal’ em contraste com o futuro, quando sua raiz atual, a sociedade burguesa, tiver desaparecido. Pergunta-se, então, que transformações sofrerá o ordenamento estatal numa sociedade comunista? Em outras palavras, quais funções sociais, análogas às atuais funções estatais, nela permanecerão? Essa pergunta só pode ser respondida de modo científico, e não é associando de mil maneiras diferentes a palavra Estado que se avançará um pulo de pulga na solução do problema (MARX 2012 *apud* LÊNIN, 2017, p. 111).

Para responder a essa questão, Lênin vai se basear na construção marxiana do movimento de transição da fase inferior da sociedade comunista à fase superior. Este movimento pressupõe dois momentos: i) É do interior do desenvolvimento capitalista que brotam as condições concretas econômicas, políticas e sociais que surge, por meio da revolução, a expropriação dos expropriadores. Com o fim da propriedade privada dos meios de produção, as decisões sobre todas as unidades produtivas, isto é, o planejamento delas, serão realizadas e executadas pelos trabalhadores que já de imediato começam a se associar para produzir o mesmo produto, serviço etc., tornando a jornada de trabalho cada vez mais reduzida, iniciando-se a fase de transição para o socialismo, mas ainda como Comuna- Estado; ii) Sob as bases do socialismo, uma sociabilidade que confirma a abundância iniciada com o MPC, o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos em conjunto com suas forças produtivas puderem aumentar todas as fontes de riqueza coletiva, “o estreito horizonte burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: ‘De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades’” (LÊNIN, 2017, p. 120).

Contudo, somente com a revolução armada, enquanto tomada política do

poder, poderá ser possível o planejamento emancipador controlado pelos trabalhadores nos locais de produção e de moradia. A construção de Engels sobre a relação entre o definhamento do Estado e revolução violenta expõe o modo como dialeticamente esse processo ocorre:

O proletariado assume o poder de Estado e transforma os meios de produção primeiro em propriedade do Estado. Desse modo, ele próprio se extingue como proletariado, desse modo, ele extingue todas as diferenças e os antagonismos de classe e, desse modo, ele também extingue o Estado enquanto Estado. (...) No momento em que não houver mais classe social para manter em opressão, no momento em que forem eliminadas junto com a dominação classista e a luta pela existência {individual} fundada na anarquia da produção antes vigente, também as colisões e os excessos delas decorrentes, nada mais haverá para reprimir, nada mais haverá que torne necessário um poder repressor específico, um Estado. O primeiro ato no qual o Estado realmente atua como representante de toda a sociedade – a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade – é, ao mesmo tempo, seu último ato {autônomo} enquanto Estado. [...] **O governo sobre pessoas é substituído pela administração de coisas e pela condução de processos de produção.** A sociedade livre não pode utilizar ou tolerar nenhum “Estado” entre ela e seus membros. {O Estado não é “abolido”, *mas definha e morre.*} (LÊNIN, 2017, p. 39).

Nesse sentido, a chave para uma transição socialista consiste em (re)estabelecer o controle pelos trabalhadores dos locais de trabalho e de moradia. Como a administração deixa de ser a *administração das pessoas* e passa a ser a administração das coisas, o que a torna simples e fácil de ser realizada por todos na sociedade, não mais necessitando de um corpo de especialistas distinto do todo social, estão postas as condições concretas para o “fenecimento” do Estado.

Esses fundamentos ontológicos do ser social que Lênin recolhe de Marx-Engels e, ao mesmo tempo, amplia em sua análise concreta da situação revolucionária na Rússia, na qual ele identifica o potencial revolucionário dos soviets como órgãos da democracia direta própria do socialismo, constitui, desse modo, a base para estruturar um Estado alternativo – o Estado-Comuna, uma possibilidade concreta e simples de ser implementada, com a capacidade de transformar a consciência das massas. Essa transformação do nível de consciência dos indivíduos tem seu fundamento no estatuto ontológico do planejamento, atividade ontoprática do

ser social, como tratamos em seguida.

3 ESTATUTO ONTOLÓGICO DO PLANEJAMENTO

Dono do amanhã/ Do sim, do não (NASCIMENTO; SILVEIRA, 1985, p.01).

Desde a antiguidade clássica, as questões relativas ao sentido da *existência social* estiveram sempre presentes nas formulações dos filósofos e, nos grandes pensadores – como Aristóteles e Hegel –, a *posição teleológica* do trabalho aparece em suas análises estruturais com bastante precisão. Contudo, ambos os filósofos procederam a uma extensão da *posição teleológica*²⁶ à cosmologia universal, derivando daí uma compreensão antinômica entre *causalidade* e *teleologia* que perdura até os dias de hoje. Essa é, sem dúvida, uma das questões que animam as mais profundas resistências e preconceitos por parte dos intelectuais em assumir o planejamento como partícipe da relação teleologia-causalidade.

Em Aristóteles a natureza possui uma *teleologia*; em Hegel, esta é o motor da história. Já Kant buscou romper com essa ideia filosoficamente arraigada da existência de um sentido teleológico na natureza e na vida, de maneira que definiu esta última como “finalidade sem objetivo”, originando a crítica de Marx a Kant, por este cindir qualquer vinculação necessária entre representação e realidade, negando de modo absoluto todo caráter ontologicamente relevante do conteúdo. Assim, apenas com Marx a *teleologia* irá receber um sentido plenamente adequado porque a sua operação limita-se exclusivamente ao trabalho, ao mesmo tempo em que produz no *ser social constituído no ato do trabalho a necessidade e capacidade de fazer teleologias cada vez mais complexas*, porque o trabalho é uma atividade que sempre extrapola a si mesma, criando a práxis social humana. Para que não paire nenhuma sombra de dúvida sobre a compreensão aqui adotada acerca da relação dialética entre *teleologia* e *causalidade*, vamos a uma (longa, mas necessária) citação de Lukács:

Podemos falar racionalmente de ser social apenas se

²⁶ A diferença entre os termos “pôr” e “posição” faz parte de diferentes edições da obra de Lukács em língua portuguesa. No original alemão a expressão utilizada por Lukács é *teleologische Setzung*.

compreendermos que sua gênese, seu afastar-se de sua base, o seu tornar-se-independente, baseia-se no trabalho, *i.e.*, na contínua relação de posições teleológicas. (...) Esse primeiro momento, contudo, tem conseqüências filosóficas muito amplas. É conhecido na história da filosofia quais as lutas intelectuais foram realizadas entre causalidade e teleologia como categorias básicas da realidade e de seus movimentos. Toda filosofia orientada teleologicamente, para colocar intelectualmente seu Deus com o cosmos, com o mundo dos homens, teve de proclamar a superioridade da teleologia ante a causalidade; mesmo quando Deus meramente dá corda no relógio do mundo e, com isso, coloca em marcha o sistema causal, é inevitável uma tal hierarquia de criador e criatura, com ela, a prioridade da posição teleológica. Por outro lado, todo materialista pré-marxista teve de, ao recusar a qualidade-de-ser transcendente do mundo, contestar ao mesmo tempo a possibilidade de uma teleologia realmente operante. Vimos que mesmo Kant – ainda que em sua terminologia orientada gnosiologicamente – tem de falar da incompatibilidade de causalidade e teleologia. Sendo reconhecida, ao contrário, como por Marx, a teleologia exclusivamente no trabalho como uma categoria realmente operante, segue-se inevitavelmente uma coexistência concreta, real e necessária de causalidade e teleologia; elas permanecem de fato, opostas, mas apenas no interior de um processo real unitário cuja mobilidade está fundada na interação destes opostos, em que, para produzir essa interação como realidade, a causalidade, sem sua essência ser de qualquer modo tocada, do mesmo modo se transforma em posta (LUKÁCS, 2018a, p. 17).

Em Marx e Engels, o trabalho "é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem" (ENGELS, 1952, p. 1). Como vai salientar Lukács, é mérito de Engels examinar as bases biológicas para explicitar o papel do trabalho no salto ontológico da passagem do animal ao homem. Ele dirá que foi decisiva a utilização das mãos pelos *siameses* que viviam em árvores e formavam manadas.

Ao subir nas arvores as mãos passaram a ter outras funções distintas dos pés permitindo dotar a mão de liberdade para poder adquirir cada vez mais destreza e habilidade; e essa maior flexibilidade adquirida transmitia-se por herança e aumentava de geração em geração (ENGELS, 1952, p. 3).

Na grande obra da maturidade de Marx - *O Capital* - encontramos a chave para a compreensão do *estatuto ontológico do planejamento*, devidamente situado na relação entre *teleologia e causalidade*.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. **Ao atuar, por meio desse movimento sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo sua própria natureza** (MARX, 1985, p. 149).

Esse duplo movimento de transformação da natureza, externa ao sujeito e de sua natureza interna, realizado pelos homens no ato do trabalho, dá origem à sociabilidade humana constituída de complexos dinamicamente distintos e articulados.

Assim, temos que, em Marx, o trabalho é uma atividade exclusivamente humana que se realiza pela articulação entre *teleologia e causalidade, capaz de criar novidades objetivas e subjetivas*. Para Lukács (2013), essa dupla categoria é chave para uma correta compreensão da vida social. À *teleologia*, como essência distintiva do ser social, cabe o momento de projetar idealmente o objetivo que se quer atingir. Na famosa passagem do texto de Marx em que ele compara a melhor abelha com o pior arquiteto, o que possibilita a constituição do ser social, ele diz:

no fim do processo de trabalho obtêm-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural **seu objetivo**, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham é exigida a **vontade orientada a um fim**, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho (MARX, 1985, p. 150 - grifos meus).

Para Lukács, a posição teleológica, momento da ideação que precede todo ato de trabalho, é composto por dois movimentos distintos: a objetivação e a exteriorização. Ele enfatiza, contudo, frente à possibilidade de articulação, assim como de divergência entre esses dois momentos no interior de um mesmo ato, que

valoriza-se o espaço de autonomia da subjetividade em relação às exigências da reprodução social. Diante de uma realidade histórica particular com os limites que ela impõe à capacidade de objetivação humana, as alternativas das reações subjetivas (a exteriorização da interioridade) podem ser muito amplas. Isso implica um campo de possibilidades para o desenvolvimento da criatividade humana e para a diversidade de novas necessidades e possibilidades muito diferenciadas pelo mundo afora e pelo tempo histórico. Desse modo, temos o desenvolvimento da individualidade cada vez mais crescente e da sociabilidade, que a cada momento histórico vai conformar indivíduo e sociedade. Vejamos como se articulam a partir da perspectiva histórica iniciada com a revolução burguesa.

3.1 PLANEJAMENTO COMO CONSCIÊNCIA INDIVIDUAL E GENÉRICA DO SER HUMANO

Com Hegel a filosofia ganha uma explicitação histórica que, segundo aponta Lukács (2018b), origina-se da descoberta de Hegel acerca da dialética do trabalho como o propulsor de todo o desenvolvimento histórico, do *devoir* humano do homem. A despeito do caráter eminentemente idealista da filosofia Hegeliana, ele não escapou, graças aos processos revolucionários que ele presenciou, da ideia de que a práxis humana precede a sua fixação no pensamento, e isto se dá pela mediação do trabalho. Formula Lukács sobre a análise desenvolvida por Hegel em *Ciência da Lógica*:

Facilmente se pode reconhecer a extraordinária importância filosófica dessas considerações de Hegel. A análise concreta da dialética do trabalho humano supera, em Hegel, o antagonismo antinômico de causalidade e teleologia, isto é, ela mostra o lugar concreto que o ato humano consciente de pôr uma finalidade assume *dentro* do nexos causal global, sem romper esse nexos, sem o transcender, sem apelar para um princípio transcendente nem – o que, como vimos, ocorreu com os pensadores importantes anteriores – perder as determinações específicas da estipulação de fins no trabalho (LUKÁCS, 2018b, pp. 462-463).

Essa elaboração de Hegel responde pelo seu aporte ao estudo das categorias

da economia política e uma aproximação a pensadores mais antigos como Espinoza (1632-1677) e Hobbes (1588-1679), ainda que os supere por reconhecer o papel decisivo que a “atividade” do homem desempenha no processo de conhecimento da realidade objetiva. Então, diz Lukács (2018b, p. 470): “a relação teoria e práxis recebeu, desse modo, uma aclaração superior à que poderia ter atingido em toda a história da filosofia até ali”. Mas esse avanço de Hegel, essa compreensão dialética correta, encontra seu limite quando falham os conhecimentos econômicos de Hegel e ele se perde em mistificações no conhecimento da própria sociedade. A compreensão que Hegel dispensa à sociedade burguesa como algo *unitário* não permite que este perceba os antagonismos de classes como o motor central do movimento histórico. Essa é a base da crítica de Marx ao sistema hegeliano em sua obra *Esboços sobre a crítica da Economia Política 1857-1858*. Para Marx, é fonte de mistificação considerar a relação produção e consumo como atividades de um sujeito ou de muitos indivíduos, “ambos aparecem em todo caso como momentos de um processo no qual a produção é o ponto de partida efetivo, e, por isso, também o momento predominante [*Ubergreifende Moment*]” (MARX, 2011, p. 49). Esse limite da filosofia de Hegel será superado por Marx e Engels com o tratamento materialista e dialético da práxis social e a consequente apreensão do lugar correto da teleologia no trabalho concreto, conforme veremos com Lukács.

Na *Ontologia do Ser Social*, segundo Nicolas Tertulian²⁷ (2010), Lukács vai construir as bases para uma adequada apropriação da relação dialética entre *teleologia e causalidade*, quando retira dessa e de outras passagens dos escritos de Marx a compreensão de que: i) Existe uma tensão dialética entre teleologia e causalidade, entre as representações da consciência que fixa os seus objetivos e a realidade sem limites das cadeias causais que permite estabelecer o princípio movente do ato de trabalho; ii) Existe uma conexão indissolúvel entre finalismo e causalidade que permite demonstrar, ao mesmo tempo, o caráter irreduzível do mundo dos valores, produto da consciência ponente como o necessário enraizamento dos valores na rede das cadeias causais, objetivas e subjetivas e, por fim; iii) Existe um

²⁷ Em um outro texto, Tertulian aponta a *Ontologia do ser social* como síntese da visão filosófica de Lukács, a qual é construída de uma ponta a outra sobre o par categorial teleologia-causalidade; e a posição teleológica (a *teleologische Setzung*) aparece aí como o centro irradiador da vida social. TERTULIAN, N. Sobre o método ontológico-genético em Filosofia. *Perspectiva*. v. 27, n. 2, pp. 375-408, 2009.

condicionamento duplo nas posições teleológicas: autocondicionadas pela consciência que põe, que age impulsionada pelas necessidades e pelos projetos individuais, e heterocondicionadas pelas determinações objetivas do real, ambas indissociáveis.

Desse modo, temos que é precisamente nessa *vontade orientada a um fim* que se encontram os elementos ontológicos que explicam o *planejamento como atividade ontoprática*, que só pode ser apreendida em sua dialeticidade a partir das atividades presentes no cotidiano de todos homens e mulheres nos atos de produção e de reprodução social.

Só se chega a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador porque o trabalho, por necessidade, desenvolve e pressupõe a *separação* da necessidade e de seu objeto, *do sujeito e objeto*, ou seja, engendra o surgimento da *consciência* e da *autoconsciência*. Como afirma Markus:

a atividade produtiva humana só é possível quando uma contraposição e comparação podem ser feitas entre o *objetivo*, a forma ideal desejada do objeto a ser provocada, e a *coisa realmente presente e percebida* em si, isto é, quando a **atividade é guiada e controlada por uma intenção, pelo objetivo a ser atingido** (MARKUS, 2015, p. 89 - grifos meus).

Também Lukács (2013) vai desenvolver essa descoberta de Marx enfatizando o caráter de mediação como condição de existência do homem e de sua reprodução social. E nestes termos ele afirma que "no trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações que, como veremos, constituem a essência do novo ser social" (LUKÁCS, 2013, p. 44). Desse modo, continua Lukács, "todo fenômeno social pressupõe, de modo imediato ou mediato, eventualmente até remotamente mediato, o trabalho com todas as suas consequências ontológicas" (LUKÁCS, 2013, p. 159). Na nossa experiência profissional, a atividade de planejar, mesmo sob o domínio do "técnico-político", os fundamentos do trabalho – exteriorização e objetivação – sempre estiveram presentes. Todos os participantes do processo de planejamento, independentemente da área de atuação, vivenciaram modificações, em sua consciência, e atitudes, sobre formas de se relacionar com as situações e sobre si

mesmos, descobrindo novos conhecimentos e saberes, adquirindo novas habilidades e desenvolvendo o controle sobre o meramente instintivo e emocional.

Como já acentuamos anteriormente, isso significa que a ação laborativa do ser humano tem a particularidade de ser a conformação objetiva de um fim que foi previamente ideado. É exatamente isso que Lukács chama de *posição teleológica*. Assim, o trabalho passa a ser entendido como a unidade entre a posição efetiva de uma determinada objetividade e a atividade ideal prévia diretamente regida e mediada por uma finalidade específica. Se a atividade humana tem a característica de colocar em andamento uma atividade antes inexistente, Lukács acaba definindo o resultado final do trabalho como uma “causalidade posta”. Daí resulta a dialética do planejamento; a prévia-ideação em si só se constitui como reflexo da causalidade existente no real. Em linhas gerais, isso significa que se trata de uma causalidade que foi posta em movimento pela mediação de um fim humanamente idealizado e conformado. Na atividade laborativa, a teleologia e a causalidade, embora sendo antagônicas e heterogêneas, acabam formando uma unidade no interior do complexo do trabalho. Sendo assim, sob a forma de uma determinação reflexiva, a causalidade posta e a posição teleológica compõem o fundamento ontológico que demonstra o caráter dinâmico de complexos inerentes ao homem e somente a ele. Como somente o trabalho humano consciente pode realizar um novo começo e dar início a um novo processo de nexos causais, é verdadeiro também que a teleologia é uma categoria existente somente no âmbito do ser social e humano, o que implica afirmar que a teleologia não se expande para qualquer outra esfera do ser – *inorgânica ou orgânica*.

Assim, o trabalho possui o caráter de uma posição teleológica conscientemente produzida, ou seja, uma ideação que precede ontologicamente à realização material. Entretanto, e nesse momento, é fundamental destacar a essencial contribuição de Lukács para a compreensão da relação entre teleologia e causalidade, sua complexidade inseparável e, por conseguinte, o fundamento ontológico do *planejamento*, que intentamos desenvolver nessa tese; não é possível separar o momento do pensar do momento do executar. Diz ele:

Do ponto de vista ontológico, não se trata de dois atos autônomos, um ideal e um material, que estariam vinculados de alguma maneira que, apesar dessa vinculação, cada um poderia preservar sua própria

essência, mas a possibilidade do ser de cada ato, que só pode ser isolado no pensamento, está ligada por necessidade ontológica ao ser do outro. Isso quer dizer que o ato do pôr teleológico só se torna um ato teleológico autêntico através da efetuação real de sua realização material; sem este, aquele permanece um estado puramente psicológico, uma representação, um desejo etc., que tem com a realidade material no máximo uma relação de caráter representativo (LUKÁCS, 2010, p. 356).

Na natureza, as suas leis causais não produzem algo fora de si, isto é, só podem movimentar momentos causais naturais, existentes em si. O exemplo da roda que Lukács utiliza é cabal: “as leis da natureza, jamais e em parte alguma produziram uma roda, embora a sua essência e as suas funções possam ser derivadas inteiramente de leis da natureza” (LUKÁCS, 2010, p. 356). Por isso, “o contraste gnosiológico entre teleologia e causalidade como dois momentos, elementos etc. do ser é ontologicamente sem sentido. A causalidade pode existir e ser efetiva sem nenhuma teleologia, ao passo que a teleologia só pode adquirir um ser real na interação aqui indicada com a causalidade, só como momento de tal interação, somente no complexo presente no âmbito do ser social” (LUKÁCS, 2010, p. 356).

Em síntese, para Marx e Engels, como bem capturado por Lukács, o homem é um *ser prático e social* que se constitui por meio da objetivação primária do *trabalho*. Esse processo de autoconstituição humano genérico revela uma *essência humana* como estrutura radicalmente *histórica*. Também se verifica que o trabalho que transforma a natureza em meios de produção e subsistência - necessariamente é irrevogavelmente trabalho manual - e funda o ser social, comparece na obra marxiana como objetivação primária geradora do modelo da estrutura e desenvolvimento dos diferentes complexos sociais da práxis humana. Assim, o trabalho é mediação entre homem e natureza, e dessa interação deriva todo o processo de formação humana, incluindo todos os demais complexos sociais da produção e da reprodução social.

Não são apenas as condições objetivas do processo de produção que se apresentam como resultado dele; o mesmo acontece com o caráter especificamente social das mesmas, as próprias *relações de produção* são produzidas, são resultado sem cessar renovado do processo (MARX; ENGELS, 1985, pp. 138-139).

É sob essas condições materiais que, como diz Lukács, apesar de todas as desigualdades e contradições, o desenvolvimento social impele, paralelamente, em escala histórico-mundial, para o surgimento das individualidades existentes nos homens singulares e para a constituição de uma humanidade consciente de si mesma como gênero humano em sua práxis (LUKÁCS, 2010, p. 302).

Em linhas gerais, o modelo de constituição da vida social é mediado pelo trabalho, o qual só se realiza enquanto tal pela mediação *da posição teleológica*. Por sua vez, esse pôr teleológico que Lukács extrai do pensamento marxiano implica numa compreensão de que este exige previamente o conhecimento correto do objeto sob pena de não converter-se em um pôr. Isto é, para a realização concreta da transformação da natureza em meios de subsistência e de produção, o homem que trabalha precisa realizar previamente uma investigação o mais correta possível do objeto que quer transformar, de modo a apreender as suas legalidades, propriedades e possíveis formas de relação entre o objeto e seu entorno para poder operar a posição teleológica. Tem-se que operar uma posição teleológica implica atuar sobre duas dimensões articuladas porém distintas; o pensar e o produzir. No pensar, é posto o fim e se buscam os meios para sua realização; no produzir, o fim posto se realiza. Com efeito, tal essência consiste nisto: um projeto ideal alcança a realização, algo material, o pôr pensado de um fim transforma a realidade material, insere na realidade algo de material que, no confronto com a natureza, representa algo de qualitativamente e radicalmente novo (LUKÁCS, 2013, p. 53).

3.2 PLANEJAMENTO E A RELAÇÃO ENTRE *MEIOS E FINS*

Lukács afirma que o pôr do fim nasce de uma necessidade humano-social; mas para que ele se torne um autêntico pôr de um fim, é necessário que a investigação dos meios, isto é, o conhecimento da natureza, tenha chegado a um certo estágio adequado; quando tal estágio ainda não foi alcançado, o pôr do fim permanece um mero projeto utópico (LUKÁCS, 2013). Assim, a investigação dos meios ganha uma autonomização durante a preparação e execução do processo de trabalho,

responsável pelo surgimento das diferentes ciências particulares, como também para o que nos interessa aqui, para a possibilidade do surgimento da separação fetichizada expressa nos processos de planejamento entre os que pensam, decidem, escolhem e dirigem, e os que apenas executam, com a subsunção formal e real do trabalho ao capital, responsável direta pela fetichização do planejamento.

Entretanto, mesmo reconhecendo as diferenças “essenciais” entre esses dois atos característicos do pôr do fim, pode-se inferir que a base da peculiaridade ontológica do ser social reside na interação consciente entre dois atos heterogêneos: i) O reflexo mais exato possível da realidade considerada; ii) O correto pôr daquelas cadeias causais, indispensáveis para a realização do pôr teleológico (LUKÁCS, 2013).

Assim, temos o planejamento como ato consciente inscrito no movimento dos pores sócio-teleológicos, que se destaca por ser o *momento ideal* de realização de um idealmente posto.

O momento ideal só pode desempenhar esse papel porque, nele, não só a própria finalidade é amplamente concretizada, mas também todos os caminhos reais de sua realização precisam, primeiramente, serem fixadas no pensamento antes de poderem se converter em ações prático-materiais na atividade material real do homem que executa o trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 406).

Desse modo, do ponto de visto ontológico, o planejamento responde pela construção do reflexo da realidade na consciência dos homens, cuja aplicação cada vez mais diferenciada da realidade possibilita a práxis material, a realização dos pores teleológicos. Lukács (2013, p. 65) afirma que “no reflexo da realidade a reprodução se destaca da realidade reproduzida, coagulando-se numa ‘realidade’ própria na consciência” Ele exemplifica essa afirmação colocando que “a pedra escolhida como instrumento é um ato de consciência que não possui mais caráter biológico. Mediante **a observação e a experiência, isto é, mediante o reflexo e sua elaboração na consciência**, devem ser consideradas certas propriedades da pedra que a tornam adequada ou inadequada para a atividade pretendida” (LUKÁCS, 2013, p. 71 – grifos meus).

Duas consequências teórico-práticas podem ser tiradas dessa constatação

elementar: a) Ao escolher a pedra e a madeira que melhor se adequam ao fim previamente almejado, a alternativa como categoria decisivamente nova, que também é um ato de consciência, é, pois, a categoria mediadora cuja ajuda do reflexo da realidade torna-se veículo do pôr de um ente. Mas, adverte Lukács, na relação entre as causalidades naturais e as causalidades postas, por mais que sejam transformadoras, as ações decorrentes dos pores teleológicos só podem afastar as barreiras naturais, nunca suprimi-las, visto que estas possuem propriedades infinitas que nunca deixam inteiramente de operar. Então, mesmo quando terminado o momento do trabalho, a alternativa continua a funcionar como supervisão, controle, reparo etc. “Por isso, o desenvolvimento do trabalho contribui para que o caráter de alternativa da práxis humana, do comportamento do homem com o próprio ambiente e para consigo mesmo, se baseie sempre mais em decisões alternativas” (LUKÁCS, 2013, p. 73); b) Qual é o conteúdo ontológico essencial dessa nova categoria decisiva para a passagem da possibilidade à realidade? Lukács vai colocar que o momento predominante é marcadamente cognitivo.

É claro que o primeiro impulso para o pôr teleológico provém da vontade de satisfazer uma necessidade. No entanto, esse é um traço comum à vida tanto humana como animal. Os caminhos começam a divergir quando entre necessidade e satisfação se insere o trabalho, a posição teleológica. E nesse fato, que implica o primeiro impulso para o trabalho, se evidencia a sua constituição marcadamente cognitiva, uma vez que é indubitavelmente uma vitória do comportamento consciente sobre a mera espontaneidade do instinto biológico, quando entre a necessidade e a satisfação imediata é introduzido o trabalho como mediação (LUKÁCS, 2013, p. 78).

Para Sérgio Lessa (2012), um dos maiores estudiosos brasileiros da *Ontologia do Ser Social* de Lukács, a teleologia só existe no ser social e, no interior deste enquanto momento dos atos singulares dos indivíduos. É essa condição que permite desvelar a relação entre sujeito e objeto com suas complexas mediações que, em última instância, expressa a concepção filosófico-antropológica marxiana que já se encontra no *Manuscritos de 1844*, como já referido anteriormente.

Lessa (2012, p. 64), explicitando como em Marx e Lukács não é possível a identidade entre sujeito e objeto, afirma que a “realização prática do pôr teleológico tem a peculiaridade de fundar uma nova objetividade, dando origem ao mundo dos

homens, sem com isso alterar, em termos ontológico-naturais os fundamentos da causalidade”. É por meio da *objetivação* que se articula a idealização da teleologia com a materialidade do real, uma síntese que funda o ser social sem, contudo, operar uma identidade entre sujeito e objeto, isto é, suas essências permanecem ontologicamente distintas.

Mais adiante, ratifica que o ser social é essencialmente causalidade posta e que este é um princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo. Por isso, diz Lessa, quando Lukács fala da sociedade como “segunda natureza”, está se referindo ao fato de que,

uma vez objetivado, o objeto se converte em um ente distinto do sujeito que o criou, passando a ter uma história própria, uma relativa autonomia e, por isso, uma ação de retorno sobre quem o criou (e sobre a sociedade). A legalidade imanente ao novo objeto e as relações que porventura termine por estabelecer com a totalidade do existente são as determinações decisivas ao seu desenvolvimento – e sobre essas determinações, na maioria das vezes, os desejos de seu criador exercem pouca ou nenhuma influência (o martelo que se quebra quando é mais necessário etc.) (LESSA, 2012, p. 68).

Lukács vai tirar de Nicolai Hartmann²⁸ a contribuição sobre a distinção entre a posição do fim e a busca dos meios que constituem toda posição teleológica. Ainda que no ato imediato do trabalho predomine a posição do fim que orienta o desdobramento concreto do processo de objetivação, as determinações que emanam da esfera da causalidade operam limites de tal forma que impedem de absolutizar a posição do fim. Isso, no entanto, não cancela o fato de que toda ação humana tem sua gênese e seu momento predominante na posição do fim.

Em relação à *busca dos meios*, visto para além da imediaticidade do ato singular do trabalho, constitui a mediação que fixa e desenvolve os conhecimentos do real adquiridos ao longo da história. Nesta dimensão a busca dos meios, que na imediaticidade de cada ato joga um papel secundário na determinação de sua particularidade, adquire uma importância primordial. A finalidade particular que

²⁸ **Nicolai Hartmann** (1882-1950) foi um filósofo germano-britânico considerado um dos principais representantes do realismo crítico.

determinou a ação por meio da qual foi descoberto o machado, digamos, se perdeu ao longo do tempo; todavia, o machado descoberto serviu de mediação social na fixação do conhecimento implicado em sua descoberta. Por essa via, a investigação dos meios é o *médium* que possibilita, também por essa fixação, o desenvolvimento dos conhecimentos acerca do ser-precisamente-assim existente (LESSA, 2012).

Aqui destaca-se a importância do conhecimento mais preciso sobre as determinações da causalidade para uma autêntica posição teleológica. Essa compreensão sobre a *busca dos meios* realça a importância da causalidade como momento predominante no delineamento dos horizontes de possibilidades e necessidades que permeiam toda prévia-ideação, mas a exigência de conhecer a *infinidade intensiva do real* em toda a sua extensão não pode ser posta como condicionalidade sob pena de inviabilizar o surgimento do próprio trabalho.

Todavia, a exigência do conhecimento do ser-precisamente-assim, para que uma posição teleológica possa se objetivar, apresenta-se como fundamental, mas não implica um conhecimento absoluto do real; apenas daquela porção do real (objetos, relações etc.) diretamente envolvida no ato em questão. Esse elemento é de importância cabal para o delineamento do *planejamento* como crítica radical das causalidades postas. A categoria do reflexo na *ontologia* é examinada na relação teleologia – causalidade – conhecimento como momento do complexo desenvolvido no interior do trabalho e, portanto, só tem existência efetiva como momento da busca dos meios.

No capítulo referente à busca dos meios enquanto um dos momentos da prévia-ideação, Lessa (2012) nos auxilia a compreender as descobertas de Lukács em relação à formação da dualidade no ser social entre o pensado e o real, o sujeito e o objeto. Quando pensamos sobre uma dada realidade, fato, fenômeno etc., estamos reproduzindo na consciência uma imagem que em absoluto se compreende como retrato fiel da realidade. Há um distanciamento entre o sujeito e o objeto que permite a apropriação ativa da consciência do ser-precisamente-assim existente, mas sempre de modo historicamente determinado. Em resumo:

através do reflexo, a consciência reproduz ativamente tanto o processo concreto do movimento aproximativo de captura do real

como a distinção ontológica entre sujeito e objeto, entre subjetividade e causalidade (...) reflexo e ser-precisamente-assim, categorias pensadas e categorias reais são polos irreduzíveis de uma dualidade posta e inerente ao distanciamento entre sujeito e objeto fundado pela atividade de reflexão do real pela consciência (LESSA, 2012, pp. 88-89).

Como construção pelo pensamento, a possibilidade da posição teleológica se realizar depende da ação do sujeito, ou seja, precisa ser objetivada enquanto uma transformação teleologicamente orientada do real. O processo de objetivação, por seu turno, depende da decisão de realizá-lo. A isto Lukács vai denominar como a categoria de alternativa; “a alternativa, que também é um ato de consciência, é, pois, a categoria mediadora cuja ajuda o reflexo da realidade se torna veículo do pôr de um ente” (LUKÁCS, 2013, p. 73). Desse modo, temos a práxis humana como possibilidades de escolha entre alternativas cada vez mais amplas, tanto em relação aos homens com seu meio ambiente quanto em relação a si mesmos.

Ele ainda afirma mais adiante que a alternativa é a categoria decisivamente nova que faz a passagem da possibilidade à realidade. Diz Lukács:

um projeto que seja rejeitado, mesmo que complexo e delineado com base em espelhamentos corretos, permanece um não existente, ainda que esconda em si a possibilidade de tornar-se um existente. Em resumo, pois, só a alternativa daquele homem (ou daquele coletivo de homens), que põe em movimento o processo da realização material através do trabalho, pode efetivar essa transformação da potência em um ser (LUKÁCS, 2012, p. 75).

Um destaque importante para o nosso estudo é que a racionalidade que preside a decisão depende da necessidade concreta que aquele produto singular deve satisfazer mais do que os momentos intelectuais do projeto.

O processo social real do qual emergem tanto o pôr do fim quanto a descoberta e a aplicação dos meios é o que determina – delimitando-o concretamente – o campo das perguntas e respostas possíveis, das alternativas que podem realmente ser realizadas (LUKÁCS, 2012, p. 77).

Isso demonstra que a razão não é um ponto de partida, como frequentemente querem fazer crer os idealistas; mas um ponto de chegada ao qual nunca se chega porque a razão é uma possibilidade de efetivação que progressivamente se transforma, se amplia, se torna mais profunda, complexa e rica, e este processo não é linear, é feito de idas e vindas. Contudo, isso não elimina a presença da decisão e da escolha consciente ontologicamente presente na práxis humana. Como objetividade ontológica e não apenas gnosiológica, as cadeias de decisão em um processo de planejamento precisam dispor dessa racionalidade dialética, que uma filosofia e uma ciência não mais alienadas pelas relações entre capital e trabalho permitem.

No tocante à complementaridade da relação entre meios e fins, no pôr do fim, dever e valor são categorias que se apresentam como partícipes da relação teleologia/causalidade, conforme analisaremos no capítulo quinto, ao tratar especificamente da *razão dialética* como fonte ontológica e gnosiológica do *planejamento* e de sua potencialidade emancipadora.

Então temos que a questão *existencial* é objeto de disputas no campo da filosofia, dada sua fundamental importância para a compreensão do mundo e de nossa existência nele. Historicamente, o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção possibilitou a Marx e Engels a descoberta do trabalho como a condição básica e fundamental de toda a vida humana e do próprio homem. Marx-Engels e Lukács vão elucidar definitivamente como teleologia e causalidade são um par da dialética materialista e histórica; o ser humano age sobre a natureza em cooperação com seus semelhantes, transformando o ser da natureza em ser social. As posições teleológicas primárias e secundárias comparecem todo o tempo na produção da vida e das ideias. O materialismo dialético assume seu lugar na *Ontologia do ser social*, demonstrando com isso o caráter sempre provisório, aberto do planejamento.

Em síntese, é na separação entre os dois atos que se revela a inseparável ligação das categorias, causalidade e teleologia opostas, e que, quando tomadas abstratamente, parecem excluir-se mutuamente. É precisamente nessa relação entre *meios e fins* que encontramos o **estatuto ontológico do planejamento**. Ao

planejamento cabe estabelecer teoricamente o fim (por meio das escolhas de alternativas) e realizar a investigação dos meios (por meio do reflexo da realidade) para definir com precisão as etapas a serem seguidas para a consecução do fim. Contudo, é preciso ainda destacar o papel fundamental da consciência, tanto no processo de escolhas de alternativas quanto nos impulsos de captura do real na investigação dos meios que fundam o complexo da Ideologia, que vamos nos deter no tópico seguinte.

3.3 PLANEJAMENTO, CONHECIMENTO ANTROPOMORFIZADO E DESANTROPOMORFIZADO

A particularidade possui o caráter de mediação entre o singular e o universal. A mediação da particularidade nos permite superar a singularidade imediata ou isolada, revelando na existência única e irrepetível dos indivíduos e fenômenos uma expressão particular da universalidade. O método deve fundamentar a metodologia do planejamento, o qual atua como mediação na polarização do gênero em totalidade real e exemplares reais, ou seja, indivíduo e sociedade, em suas relações desiguais, distintas e que nos aparecem sempre muito heterôgenas. O momento do planejamento é, nesse caso, o momento de suspensão dessa dualidade fundamental na imediata dadidade ontológica (LUKÁCS, 2018b). Como essa suspensão pode representar de fato o real espaço de manobra para alterar, transformar e resolver os problemas que surgem no cotidiano?

No MPC a *mercadoria* imposta como um fetiche impede que as relações entre os homens e a natureza sejam transparentes e racionais. Nessa perspectiva, o planejamento como atividade reguladora da sociabilidade humana, amplamente realizado com a revolução burguesa, não consegue realizar a sua própria essencialidade de desmistificar a *fetichização das relações sociais coisificadas*. Por isso, torna-se ele próprio um fetiche (MARX, 1985). Ou seja, quando as circunstâncias cotidianas, da vida prática, representarem para os homens relações transparentes e racionais, será possível a criação de uma sociabilidade controlada de forma planejada e consciente pelos produtores livres associados. Como diz Marx (1985, p. 76), “para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que por sua vez, são produto natural de uma evolução

histórica longa e penosa”.

Portanto, desde o primeiro momento de organização de um processo de planejamento, é fundamental um conhecimento do real capaz de revelar o que o *real* é em si; daí a importância de distinguir nesse processo, e a partir da captura pelo pensamento como reflexo do real, a produção de conhecimentos antropomorfizantes e desantropomorfizantes, integrantes do complexo valorativo, os quais, em linha geral, conformam as concepções de homem e de mundo historicamente produzidas pelo ser social. É nesse processo de captura do real que o planejamento, potencialmente emancipador, tem sua qualidade desantropomorfizadora explicitada, como veremos na sequência.

3.3.1 O reflexo da realidade no planejamento

Como vimos, planejamento, para ser de fato planejamento, exige apreensão consciente de um todo articulado que tem como base a realização material de gerações e gerações. Aqui, precisamente, a dialética do planejamento comparece com todo seu rigor ao ter de realizar a apreensão o mais correta possível do pedaço da realidade que deseja transformar. Por isso conhecer o complexo causal, que é objeto da atividade, é a tarefa do planejar. Toda crítica que nega e incorpora o objeto criticado para superá-lo é dialética.

Todo trabalho engendra um valor porque é atribuição do sujeito que trabalha conhecer minimamente o complexo causal que é objeto da atividade – o complexo causal desconhecido não pode ser mudado pelo trabalho, não podendo ser, portanto, criador da valoração humana. Nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, o trabalho como forma efetivadora do ser social é exposta e desenvolvida. O conjunto das esferas da existência humana – desde o lugar da arte, da religião, da filosofia, passando pela conceituação de liberdade, até as formas concretas e imediatas de realização do trabalho – aparece como dependente da esfera da produção: o trabalho é mediação entre homem e natureza, e dessa interação deriva todo o processo de formação humana. Por esse processo, o homem produz para se manter, e ao fazê-lo, cria também as formas de definir e orientar as necessidades, as quais, uma vez

satisfeitas, repõem ao infinito novas necessidades materiais e espirituais cada vez mais complexas, ambas fruto do incessante movimento interacional entre o ser humano e o meio natural.

Só conhecemos a realidade mesma mediante a apreensão científica de seus nexos causais. O planejamento tem que ser o mais científico nesse preciso sentido; planejamos, a partir das necessidades e possibilidades postas pela realidade concreta. Mas, para acessar essa realidade concreta, faz-se necessária a crítica radical das causalidades postas historicamente pelos homens em sua práxis social. Portanto, carecemos de um método de conhecimento capaz de realizar a tarefa de desvelar as conexões que forjam a realidade que se quer transformar, e as escolhas entre as alternativas postas não podem ser arbitrárias, por isso é imprescindível o aparato científico-filosófico. Contudo, não qualquer aparato científico-filosófico, mas um que não esteja submetido às limitações impostas pela regência do capital. Assim, por exemplo, em a *Ideologia Alemã*, ainda que de forma incompleta²⁹, Marx e Engels aludem ao aspecto do *trabalho dos homens sobre os homens* afirmando uma segunda natureza do trabalho como *fundante do ser social*. Nesta perspectiva, Lukács (2013) vai identificar e distinguir dois tipos de posições teleológicas: as que têm como objeto a natureza em si, ou seja, as que regulam e asseguram o intercâmbio orgânico entre sociedade e natureza (forma originária do ser), e as que têm como objeto a consciência dos outros homens, isto é, aquelas que têm a função de influenciar e modelar o comportamento (área das relações intersubjetivas que sempre remetem à ética).

Nesse sentido, tem-se o planejamento como mediação fundamental para a realização das posições teleológicas, sob o domínio da racionalidade dialética contida no ato do trabalho e em todas as formas ulteriores mais desenvolvidas da práxis social, quando já se trata de uma *ação sobre os outros homens*.

A primeira consequência que podemos extrair da exposição e da análise das categorias do *ser social* em sua objetificação, isto é, em seu se fazer humano, é a

²⁹ Na edição da Boitempo (2007) na página 39 consta: “Até o momento consideramos principalmente apenas um aspecto da atividade humana, o *trabalho dos homens sobre a natureza*. O outro aspecto, o *trabalho dos homens sobre os homens* [...]”, estando incompleta no original. Nesse sentido, é Lukács o principal responsável pelo desdobramento teórico dos complexos erigidos no campo da intersubjetividade, as posições teleológicas secundárias da *Reprodução Social*.

qualidade de objetividade do planejamento. Portanto, sua efetividade real só pode ser plenamente realizada pelos *sujeitos que trabalham*. Desse modo, a separação, predominante na sociedade do capital, oriunda da particular forma de *divisão do trabalho* entre os que planejam e os que executam; tem sua gênese no complexo da produção material que deve ser apreendido como um complexo causal; isto é, como causalidade historicamente posta. Daqui a necessidade, já assinalada acima, de se superar o Estado e a inevitável distinção entre o trabalho intelectual e o manual que lhe é imanente. Pois apenas assim a liberdade de fazer escolhas no planejamento se efetiva radicalmente, tanto pelo fato de que – como afirma Lukács, a individualidade compreende um sistema próprio, socialmente determinado, ou seja, já ultrapassada a regulação meramente biológica – a forma como os indivíduos reagem às alternativas postas pela vida (vida cotidiana)

caracteriza hoje praticamente todos os seres humanos da sociedade e é um produto ontológico do milenar desenvolvimento da sociedade para uma socialidade tendencialmente omnilateral, naturalmente também no processo reprodutivo dos exemplares singulares do gênero (LUKÁCS, 2018b, p. 57),

quanto pela necessidade histórica da superação do Estado, da propriedade privada e da hierárquica divisão do trabalho. Assim, as exigências da troca capitalista, da propriedade privada e da divisão do trabalho têm de ser superadas na práxis social em toda a sua extensão e profundidade pela sociedade comandada pelos produtores livres associados, que passam a planejar a organização social da vida que integra a produção e a reprodução social.

Na *Crítica ao Programa de Gotha*, a primeira condição para a passagem da fase inferior à fase superior da sociedade comunista é a eliminação da “subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho, e com ela a oposição entre trabalho manual e trabalho intelectual” (MARX, 2012, p.31). Nesse caso o planejamento deixa de ser organizado e conduzido por especialistas, e passa a ser tarefa de todas as pessoas envolvidas na execução das atividades necessárias de produção e de reprodução para atender às necessidades e possibilidades. Isso implica necessariamente a supressão do Estado, conforme analisado no segundo capítulo; “Quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado

a primeira necessidade vital”(idem, p.31) somente sob essa determinação o planejamento emancipador se realiza, porque a prioridade é conferida ao possível racionalmente determinado, sempre de modo novo, pelo desenvolvimento das forças criadoras, momento em que o homem total se apropria de todos os meios de sua vida.

Quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: ‘De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades’ (MARX, 2012, pp. 31-32).

Sem dúvidas – como registram as pesquisas mais recentes de organismos internacionais ligados à ONU³⁰ e outros independentes, como a *Oxfam* – os números da altíssima concentração de riqueza socialmente produzida, por um lado, e da abundância a que se refere Marx produzida pela humanidade hoje, por outro, mostram com uma clareza evidente a necessidade e possibilidade de superação da ordem do capital.

Diz Jean Ziegler³¹ ao comentar essas pesquisas:

se considerarmos a fortuna pessoal dos 36 indivíduos mais ricos do mundo, segundo a *Oxfam*, ela é igual à renda dos 4,7 bilhões de pessoas mais pobres da humanidade. A cada cinco segundos, uma criança com menos de dez anos morre de fome ou de suas consequências imediatas (ZIEGLER, 2019).

³⁰ Ver o sítio: <<https://nacoesunidas.org>> para acompanhar as pesquisas realizadas pelos organismos: Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização Mundial de Saúde (OMS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (PNUD) e Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Ver também: <<https://www.oxfam.org.br/>>.

³¹ Jean Ziegler se destaca mundialmente como intelectual público de projeção global, dado seu ativismo político e atuação internacional, como relator especial da ONU e sua contundente crítica aos limites da democracia representativa. Trata-se de entrevista concedida a Jamil Chade, no *SWI Brasil*, publicada em 24/05/2019.

Essa realidade é resultado do longo processo de maximização dos lucros, fim último de toda ação do capital. Ziegler ressalta que as 500 empresas multinacionais privadas ciedadempresas, monopolizam um poder econômico-financeiro, ideológico e político jamais exercido, quer por um imperador ou chefe eclesiástico. Esse domínio escapa de todos os controles de Estado, parlamentares, sindicais ou quaisquer outros controles sociais. Já o relatório sobre a insegurança alimentar no mundo elaborado pela FAO (2019, p.06) diz: “no atual estado de seu desenvolvimento, a agricultura mundial poderia alimentar normalmente 12 bilhões de seres humanos”. Ou seja, quase o dobro da humanidade – somos 7,7 bilhões de pessoas hoje. Não há fatalidade. A fome é feita pelas mãos do homem e pode ser eliminada pelos homens. Uma criança que morre de fome é assassinada.

Essas questões remetem ao campo das escolhas de alternativas presente no planejamento em seu movimento de objetivação e de constituição do ser em si e do ser-para-si; isto é, do indivíduo e da sociedade, da singularidade e da universalidade sociais. É a contradição objetiva entre o indivíduo e o gênero o fundamento ontológico mais geral, que comparece na reprodução social e permite que “os indivíduos possam elevar à consciência, em escala social, a contradição entre o que eles são enquanto indivíduos e o que é a sociedade à qual pertencem” (LESSA, 2016, p. 15). E mais, nesse processo de objetivação, os complexos valorativos comparecem no momento de escolher entre as inúmeras necessidades e incontáveis possibilidades que se apresentam aos indivíduos no cotidiano ao comparar entre as necessidades a serem satisfeitas e entre as possibilidades que melhor se adequam à efetivação da finalidade, constituem o solo genético dos valores, do mais simples ao mais elevado, como a ética.

Na interpretação de Lessa (2016, p.16), no campo da reprodução social, cada ato singular “(...) é, também, uma escolha entre as possibilidades e as necessidades mais universais ou mais singulares”, que sempre se objetiva dando origem à produção de novos valores. Diz ele:

É esta presença objetiva, no interior de cada ato singular, de cada indivíduo concreto, da contradição entre o universal e o singular que torna necessário que, com o desenvolvimento social, surjam complexos valorativos que explicitem todas estas contradições, suas possibilidades e necessidades históricas coletivas e individuais. E é

para atender a esta necessidade social que surgem os complexos como os costumes, o direito, a moral, a ética e a tradição (LESSA, 2016, p. 17).

Essa compreensão ontológica sobre a gênese dos valores, especialmente da ética que sempre é evocada nos processos de planejamento implementados sob a lógica do capital, de modo algum pode comparecer, uma vez que razão e ética não se realizam na sociedade burguesa, dada essa objetiva antinomia entre o indivíduo e a sociabilidade, conforme afirmaremos mais adiante ao falarmos sobre a cisão entre *citoyen* e *bourgeois*, caracterizada por Marx em *A questão judaica*. Aqui, encontramos as bases para um futuro desenvolvimento, para além dessa tese, da relação entre planejamento, razão e ética no capitalismo e na transição do socialismo ao comunismo. Por hora nos interessa registrar o caráter histórico dos valores e destacar a impossibilidade de a ética comparecer nos processos de planejamento como um *valor* dado, que “ou a ética é uma ‘determinação da existência’ ou, rigorosamente, não é nada. Isto é, não exercerá qualquer peso social ‘não cancelável’ na vida dos homens e permanecerá, apenas um receituário carente de substância histórica” (LESSA, 2016, p. 20).

3.3.2 Da teleologia do trabalho às teleologias secundárias

Para distinguir entre o trabalho e as demais atividades humanas e, no interior desta distinção, entre as peculiaridades da teleologia do trabalho e a teleologia nas demais atividades humanas, Lukács emprega as expressões “posição teleológica primária” e “posição teleológica secundária”. As primeiras se referem, como vimos anteriormente, aos processos de transformação da natureza operada pela mediação do trabalho que desenvolvemos para atender às necessidades e possibilidades de produção e de reprodução da vida social. As segundas se apresentam desde o primeiro momento, mas vão ganhando terreno à medida que as novas exigências que brotam incessantemente do trabalho tornam cada vez mais complexa a organização da sociabilidade em geral e do próprio trabalho, criando complexos de complexos, como estado, arte, religião, filosofia, ciência etc.

Então, como afirma Lukács (2018), o complexo das *posições teleológicas secundárias* surge como formas posteriores e mais desenvolvidas da práxis social, geneticamente como fruto do trabalho ter se tornado social e, igualmente, põe em movimento cadeias causais. O conteúdo essencial desse pôr do fim já não é algo puramente natural, mas a consciência de um grupo humano. Lukács chama a atenção para o fato de que essa ação sobre a consciência dos outros, somente em última instância, tem como objetivo uma mediação para a produção de valores de uso. Assim, como o trabalho vai se tornando cada vez mais social, ele afirma que o surgimento desse pôr secundário deu-se ainda em estágios muito iniciais, como aludimos anteriormente na passagem registrada por Engels.

Pensamos na caça no período paleolítico. As dimensões, a força e a periculosidade dos animais a serem caçados tornam necessária a cooperação de um grupo de homens. Ora para essa compreensão funcionar eficazmente, é preciso distribuir os participantes de acordo com funções (batedores e caçadores). As posições secundárias que aqui se verificam realmente têm um caráter secundário do ponto de vista do trabalho imediato; devem ter sido precedidos por um pôr teleológico que determinou o caráter, o papel, a função etc. Dos pores singulares, agora concretos e reais, orientados para um objeto natural. Desse modo, o objeto desse pôr secundário do fim já não é algo puramente natural, mas a consciência de um grupo humano; o pôr do fim já não visa a transformar diretamente um objeto natural, mas, a fazer surgir um pôr teleológico que já está, porém, orientado a objetos naturais; da mesma maneira, os meios já não são intervenções imediatas sobre objetos naturais, mas pretendem provocar essas intervenções por parte de outros homens (LUKÁCS, 2010, pp. 83-84).

Lukács afirma que a divisão do trabalho surge desde o início como necessidade orgânica do próprio trabalho na forma de cooperação. Junto a ela surge uma outra determinação decisiva do ser social, “a comunicação precisa entre os homens que se unem para realizar um trabalho: a linguagem.” (LUKÁCS, 2010, p. 160). Temos então que a *reprodução social requer outros tipos de ação* que não especificamente as do trabalho, mas que, contudo, não poderiam existir sem ele.³²

³² Ver nota 16 da Introdução sobre a polêmica contra Lukács levantada por Habermas em sua teoria do *Agir Comunicativo*, a qual desenvolve o argumento central de que a reprodução da sociabilidade humana na contemporaneidade se fundamenta na categoria, o mundo da vida em que a linguagem desempenha o papel fundante da sociabilidade. Para uma maior compreensão desse debate, ver Lessa (.2012).

Também no campo da *reprodução social*, as posições teleológicas secundárias operam *objetivações e exteriorizações* como nas posições teleológicas primárias, e igualmente produzem um campo de novas necessidades e possibilidades que envolvem alternativas de escolha concretas. A diferença qualitativa é que, nas secundárias, não se põe em movimento cadeias causais como fazem as teleologias primárias, mas uma nova posição teleológica que deverá ser assumida pelo indivíduo ou grupo de indivíduos. Ou seja, a intencionalidade é transformar, modificar pensamentos e comportamentos de outros seres humanos para que estes realizem posições teleológicas concretas.

Se em relação à natureza as posições teleológicas dos homens são indiferentes, as posições teleológicas que têm como objetivo suscitar nos homens determinadas decisões entre alternativas trabalham sobre um material que por si mesmo, espontaneamente, já é levado a decidir entre as alternativas. Assim, esse tipo de posição pretende mudar, isto é, reforçar ou enfraquecer certas tendências na consciência dos homens, e por isso trabalha com um material que em si mesmo não é indiferente, mas, ao contrário, já tem em si movimentos favoráveis ou desfavoráveis, tendentes a pões de fim. Para efetivar essa realização dessa posição teleológica, é necessário um conhecimento cada vez mais preciso sobre os seres humanos que se quer operar uma mudança de comportamento, exigindo por sua vez o desenvolvimento de novas habilidades no sujeito que executa a posição teleológica, tais como: persuasão, destreza, astúcia etc.; desse modo, alarga-se o círculo dos valores e valorações que são sempre mais puramente sociais.

Nesse processo histórico, Lukács vai dizer que os homens formam sempre uma representação ontológica geral da natureza, uma concepção de mundo fruto das generalizações criadas a partir das experiências vividas.

Independente do grau de consciência, todas as representações ontológicas dos homens são amplamente influenciadas pela sociedade, não importando se o componente dominante é a vida cotidiana, a fé religiosa etc. Essas representações cumprem um papel muito influente na práxis social dos homens e com frequência se condensam num poder social (LUKÁCS, 2013, p. 95).

Esse é o campo das disputas entre as concepções de mundo objetivas, e cientificamente fundadas, e outras apenas ancoradas no ser social. Essa oposição, diz Lukács, penetra no próprio método das ciências – caso do positivismo e do neopositivismo – que estabelece como critério de verdade científica a crescente aplicabilidade prática dos nexos causais conhecidos, rejeitando como “metafísica”, e, portanto, como não científica, qualquer referência ao ser no sentido ontológico.

De acordo com Lessa (2007), na *Ontologia* encontra-se a síntese de que há duas categorias em que todos os atos sociais se enquadram; ou são trabalho como intercâmbio orgânico com a natureza (posições teleológicas primárias) ou são ideologia, atos que visam influenciar as posições teleológicas dos outros indivíduos (posições teleológicas secundárias)³³. Nesse sentido, Lukács retira de Marx as consequências da afirmação de que a ideologia cumpre a função social de tornar explícitos os conflitos sociais oriundos das contradições sociais, como dito no capítulo primeiro. É bastante pertinente a observação Lukacsiana da presença positivista em toda defesa da separação entre ideologia e ciência. Ele argumenta que o critério para definir se é ciência ou ideologia repousa sempre sobre uma base gnosiológica. No entanto, esclarece Lukács (2010), que é na processualidade imanente do movimento do ser social que se encontra o campo para a distinção entre ciência e ideologia. As descobertas científicas que não contêm em si nenhuma ideologia podem se converter ou não em ideologias, do mesmo modo que certas ideologias podem se revelar base de apoio para o desenvolvimento posterior da ciência³⁴.

O que nos importa aqui destacar é o trato ontológico dado por Lukács ao problema da ideologia em sua relação com as posições teleológicas secundárias. A função social da ideologia nos complexos sociais da política, estado e seu aparato burocrático e coercitivo, da arte, do direito, da religião etc., exerce a cada momento as funções de regulação da práxis social no sentido de tornar operativa a reprodução social e de compreender o mundo em que vive, bem como justificar a sua práxis

³³ Segundo Lessa, devemos a Gilmaisa Costa, autora, entre outras, da obra *Indivíduo e Sociedade: sobre a teoria da personalidade em Georg Lukács* (2012), essa compreensão sintetizadora.

³⁴ Na *Ontologia*, Lukács apresenta diversos exemplos de como se desdobram essa relação entre ciência/ideologia no âmbito do cotidiano e da reprodução social enquanto *totalidade*. As categorias da *intentio recta* e *intentio obliqua* tomadas de Hartmann auxiliam na explicação da gênese da ciência e da ideologia, inclusive as ideologias falsas.

cotidiana, torná-la aceitável, natural, desejável (LESSA, 2010). A particularidade da ideologia é mediar os conflitos sociais, quaisquer que sejam eles. A ideologia para Lukács é uma função social: é o conjunto das ideias das quais os homens lançam mão para interferirem nos conflitos sociais da vida cotidiana. Se as ideias são ou não reflexos corretos da realidade, se, e em que medida correspondem ao real, é uma questão que em nada interfere no fato de exercerem uma função ontológica específica – a função de ideologia – na reprodução social.

Então, para pôr em movimento nexos causais, o planejamento estruturado e a organização metodologicamente, quando realizados no campo das teleologias secundárias, devem ter, igualmente, como fundamento, o princípio de que uma *prévia ideação* para se consumir numa posição teleológica necessita de um conhecimento, o mais preciso possível, do objeto que quer transformar. Aqui também a práxis aparece como critério da teoria, embora sua demonstração dependa de a crítica ontológica considerar o conjunto diferenciado da sociedade – as classes e as inter-relações dos tipos de comportamento que daí derivam, isto é, considerar a categoria da totalidade social. Mas, aqui também, os conflitos e as contradições aparecem com mais intensidade e profundidade, dando origem aos projetos societários das classes em luta, colocando a necessidade de demonstrar no plano teórico a dialética do planejamento na ontologia e suas implicações para a práxis social e política da classe trabalhadora. Como não há, assim, qualquer “fim” da história, pois esta não possui nenhuma teleologia, a revolução se converte em uma possibilidade ontológica – o que não significa necessariamente sua realização prática imediata ou sua inevitabilidade – também com o auxílio das ideias revolucionárias; nesse sentido, é na concreta produção e reprodução social, como produção e reprodução de valores realizados pelo trabalho.

4 O ANTAGONISMO ONTOLÓGICO ENTRE PLANEJAMENTO EMANCIPADO E O CAPITAL

Lá o tempo espera/ Lá é primavera/ Portas e janelas ficam sempre abertas/ Pra sorte entrar/ Em todas as mesas, pão Flores enfeitando/ Os caminhos, os vestidos, os destinos (ANTUNES; BROWN; MONTE; BABY, 2006, P.01).

Já verificamos que a *teleologia* – o planejar, é o momento predominante no interior do par categorial teleologia-causalidade, mas também esta só se realiza efetivamente se for objetivada, e, portanto, validado o idealizado, produzindo um novo valor de uso do qual emanam, igualmente, novas necessidades e possibilidades.

O processo genético do surgimento dos valores sociais – como citado anteriormente – incluindo aqueles valores que utilizamos normalmente para indicar o afastamento de comportamentos mais instintivos e afirmar um padrão de civilidade, emergem desde o início, quando o ser humano que trabalha tem de dominar os seus afetos para realizar um trabalho bem sucedido. Isso implica reconhecer, entre outras questões diretamente ligadas ao complexo dos valores, a necessidade de examinar a relação valor, como a lei geral fundamental que regula a produção econômica independentemente das formas sociais concretas que esta assume no desenvolvimento histórico, para um exame mais correto sobre a categoria planejamento.

Lessa (2015) vai sintetizar que os valores são, ontologicamente, uma relação entre a subjetividade (forçada a fazer escolhas no seu confronto ininterrupto e cotidiano com o novo socialmente produzido) e as determinações da situação concreta em que se encontra. Também Mariana Andrade, em sua obra *Ontologia, dever e valor em Lukács*, ao proceder o exame materialista do valor e do dever, revela como estes são determinações reflexivas e têm sua origem no trabalho como atividade do ser social. A autora vai recuperar em Lukács que “a relação valor é a lei geral fundamental que regula a produção econômica independentemente das formas sociais concretas destas. (...) Em outras palavras não existe relação valor sem a presença do tempo de trabalho socialmente necessário” (ANDRADE, 2016, p. 109).

Os complexos valorativos, portanto, cumprem uma função ontológica que os diferencia, por exemplo, da ciência, da arte, do trabalho etc.: eles servem para valorar as possibilidades e necessidades existentes nas situações sociais concretas e postas pelo desenvolvimento humano; daí sua importância nas construções metodológicas dos diversos planejamentos. Contudo, sua aplicação no processo de planejamento sob o domínio do capital reduz-se a uma mera exposição das subjetividades individuais que têm a função de antecipar, seja na empresa privada, seja na administração pública, os possíveis conflitos entre os indivíduos que possam atrapalhar os processos de trabalho. Os executivos da *brandME*³⁵, afirmam que:

os Valores têm a função de harmonizar as relações internas e orientam a conduta no trato com os clientes. É de responsabilidade de cada líder da empresa disseminá-los através de exemplos práticos no dia-a-dia. Os valores, para que se transformem em cultura organizacional, deverão ser reconhecidos e recompensados sistematicamente (www.brandme.com.br).

A lógica de perscrutar sobre os valores dos trabalhadores tem a marca da manipulação no sentido de apagar as contradições imanentes do real, das causalidades postas pelo desenvolvimento social anterior, sempre imprevisto (o acaso existe) e determinado. Do ponto de vista teórico, tem as marcas do idealismo que identifica no indivíduo, causador dos “males” do mundo – em função de sua essência mesquinha e concorrencial de proprietário privado – a solução para a superação desses “males” pela

adoção de valores ‘corretos’, quer pelo mero convencimento racional, como queria Kant – com o imperativo categórico –, quer pela educação ordenada pelo Estado, a qual conduziria da razão instrumental à razão comunicativa, como queria Habermas (LESSA, 2012 apud ANDRADE, 2016, p. 7).

Cabe também anotar as distinções entre as abordagens sobre o tema do valor

³⁵ A *brandME* é uma empresa que realiza consultoria em planejamento estratégico e marketing empresarial: < www.brandme.com.br>.

e das relações econômicas. Para Christopher Arthur³⁶ (2016), existem três amplas abordagens sobre esse tema, que achamos importante destacar nas palavras do autor:

Primeiro está o *naturalismo*: o pressuposto é que a ciência se refere a relações entre a humanidade e natureza, e, mais particularmente, a imperativos que derivam da escassez de recursos relativos às necessidades. Todas as categorias econômicas são mapeadas de acordo com categorias naturais como trabalho, terra, maquinaria, produtividade, fertilidade, alocação no espaço e no tempo, e assim por diante. Como Marx observou sarcasticamente, estas pessoas parecem pensar que a renda brota do solo junto com os cultivos. Segundo está a tentativa de explicar os fenômenos econômicos em termos da interação de escolhas subjetivas. A questão importante a respeito disso é que o pressuposto é um *sujeito monológico*; ou seja, quer ele envolva a maximização de utilidades, ordenamentos de preferência, análise de custo-benefício, ou, o que quer que seja, assume-se a instrumentalidade de um indivíduo tratando suas condições de existência, inclusive a presença de outros agentes, como externas a ele. Terceiro está o reconhecimento da Economia como uma ciência propriamente *social*. Ciência que tenta discernir leis objetivas; elas não são, contudo, leis naturais, mas necessidades inerentes a formas sociais específicas de organização do metabolismo econômico. São também históricas, no sentido que buscam entender a gênese, o desenvolvimento e a decadência dessas formas sociais. Esta terceira abordagem, note-se, é capaz de absorver elementos de verdade nas duas visões anteriores (ARTHUR, 2016, p. 197).

Para o autor, é nessa terceira abordagem que Karl Marx se inscreve ao estabelecer com rigor teórico-metodológico que “as categorias econômicas são apenas as expressões teóricas, as abstrações, das relações sociais de produção” (MARX, 1986 apud ARTHUR, 2016, p. 198). Contra as concepções da economia política, Smith e Ricardo, que tratam o “indivíduo” como o agente econômico racional, com uma propensão natural para negociar, permutar e trocar, Marx reconhece alguma validade nesse modelo, contudo, revela que “este ‘indivíduo’ não é uma pressuposição original de todas as economias, mas sim um resultado histórico”, e que ‘a época que produz esse ponto de vista, o do indivíduo singular, é também precisamente aquela até aqui das relações sociais mais desenvolvidas’”

³⁶ Christopher John Arthur (1940) estudou nas Universidades de Nottingham e Oxford. Ele leciona filosofia na Universidade de Sussex há 25 anos. É membro do grupo de pesquisa internacional *International Symposium on Marxian Theory*, que organiza simpósios anuais desde 1991 e já publicou 10 volumes editados.

(idem, *ibidem*).

Como sempre, a substituição do conhecimento da realidade por uma manipulação dos objetos indispensáveis à prática imediata é o que predomina, afastando a atividade econômica do domínio social e histórico, como faz o empirismo, o naturalismo e o individualismo próprios da essência do pensamento e da prática econômica atual. Essa formulação gnosiológica e metodológica dista em muito da concepção desenvolvida por Marx-Engels sobre os valores e sua fundamentação ontológica que desvela o ser do capital, como veremos em seguida.

4.1 VALOR E TEMPO DE VIDA PARA O CAPITAL

Valor e tempo de trabalho socialmente necessário são indissociáveis, e esta indissociabilidade foi revelada por Marx a partir do esclarecimento da categoria *valor-trabalho* desenvolvida originalmente pelos economistas clássicos Adam Smith e David Ricardo. Estes, ao tomarem o trabalho como base do valor, não perceberam a dupla função que ele tem: a de ser origem do valor do produto e a do trabalho como mercadoria. Com Marx, o conceito clássico de valor do trabalho se transforma, pois o autor demonstra como é a capacidade de trabalho, isto é, *a força de trabalho*, que é o que o capitalista compra por um salário, que dá valor à mercadoria, ou seja, a quantidade de trabalho necessário à produção da mesma. Dessa maneira, como bem afirma Astarita (2008, p.32), Marx pôde explicar a formação da mais-valia e demonstrar que o modo de produção capitalista se assenta na exploração do trabalho, o que deu sustentação científica à reivindicação dos socialistas ricardianos: que o “produto do trabalho seja para quem o gerou”.

Mas, ainda nos séculos XVIII e XIX, surge uma outra teoria denominada de valor utilidade, preconizando que a utilidade de algo determina seu preço, bem como os preços são determinados pela lei da oferta e da procura. Essa teoria foi fortemente influenciada pelas ideias do filósofo Jeremy Bentham (1748-1832), porém não tiveram grande repercussão à época. Apenas ao final do século XIX a escola marginalista (1871-1873) vai recuperar essa teoria para responder à grande crise sistêmica que irrompe. A ciência econômica vai se basear na teoria do valor utilidade, definindo deste

modo ser auto referência como ortodoxa em contraposição àquela da economia política clássica, da teoria do valor trabalho como heterodoxa. Essa mudança opera, desde então, no interior da ciência da economia, a mais completa negação da objetividade real, concreta da produção material da riqueza e, conseqüentemente, de sua reprodução.

A partir das ideias: i) Não existem fundamentos objetivos para a explicação do valor, só subjetivos. A curva de demanda só aparece como soma das demandas individuais e; ii) Só existem os indivíduos, e a comunidade é uma ficção, como afirmou a Primeira Ministra inglesa, Margareth Thatcher, no final do século XX. Essa revolução marginalista, então, vai operar três mudanças fundamentais na economia:

i) Desbanca a teoria do valor trabalho; ii) Retira as classes sociais, deixam de ser variáveis, só existem agentes econômicos e; iii) A questão do excedente desaparece. De um modo geral, essa virada subjetivista assumida pelos economistas tem suas raízes no aprofundamento das crises do capital e as formas ideológicas de que se vale a burguesia para realizar as posições teleológicas que influem sobre a luta de classes. Mas, vejamos como Marx, partindo de Ricardo e Smith, vai jogar uma importante luz sobre esse problema central na produção e reprodução do ser social.

Marx inicia sua obra, *O Capital*, partindo da mercadoria como a forma mais elementar, como célula da sociedade moderna. Ele vai destacar que na mercadoria expressa-se um triplo valor: valor de uso, valor de troca e valor dinheiro. Em seguida, vai definir o próprio trabalho enquanto concreto e abstrato. Os valores de uso só se realizam com a utilização ou o consumo, e constituem a riqueza concreta produzida. Já o valor de troca revela-se nas relações que trocam valores de uso de espécies diferentes, relação esta que muda constantemente. Assim, como valores de uso, as mercadorias são de qualidades diferentes e, como valores de troca, só podem diferir na quantidade. O exemplo que Marx dá já é bastante conhecido, e é bem ilustrativo da descoberta por ele realizada sobre a teoria do valor. Vejamos na representação abaixo sobre a Forma Geral do Valor:

	1 Casaco	
	½ Tonelada de ferro	Essas são formas
20 Varas de Linho =	½ Kg de café	particulares do valor de
	2 Onças de ouro	20 varas de Linho.

Fonte: (MARX, 1985, p. 66)

Nesse exemplo, Marx mostra que o intercâmbio entre as mercadorias qualitativamente distintas só pode se dar pela mensuração quantitativa. Na troca real, ela é permutável somente em quantidades fixadas por qualidades naturais e correspondentes às necessidades daqueles que trocam. O valor de uso é o suporte do valor. O suporte carrega o valor, mas, não o determina, pois este é uma relação quantitativa. Marx vai dizer que na troca real só há permuta quando a mercadoria satisfaz certas condições particulares, como exemplificado na tabela acima. Apenas quando supera sua particularidade como mercadoria real, temos o Valor e a medida de sua permutabilidade, está determinada por ela mesma. As qualidades da mercadoria enquanto valor de uso precisam ser distinguidas de si mesmas, isto é, perder sua identidade consigo mesmas e aparecer como um valor de troca que possui no produto um valor distinto do valor do produto. O valor de troca da mercadoria, como existência particular junto à própria mercadoria é dinheiro; a forma na qual todas as mercadorias se igualam, se comparam, se medem, à qual todas as mercadorias se reduzem, e que por seu turno se reduz a todas as mercadorias, o equivalente geral, um símbolo, uma representação do valor.

Para Marx a igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma de igualdade dos produtos como valores. A mercadoria encobre características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais, porque oculta a relação social entre os trabalhos individuais. Esse fato foi denominado como “fetichismo da mercadoria”, o qual decorre do caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias como valor. O elemento comum em todas

as coisas é o trabalho, que Marx coloca em duas categorias: o trabalho individual vira trabalho social, e o trabalho concreto transforma-se em trabalho abstrato. Desse modo processa-se na realidade a alienação derivada dessa forma particular de trabalho – o trabalho abstrato realizado pelos próprios seres humanos. A teoria do fetichismo das mercadorias considera que por trás das relações entre as coisas existem relações humanas, e que estas são encobertas por relações entre coisas, e não podem se expressar senão através delas. A forma de produção de mercadorias produz a alienação de necessidades e possibilidades como equivalentes à mercadoria.

Assim, a mercadoria dinheiro é uma expressão geral do valor comum a todas as mercadorias. O preço é a expressão do valor na mercadoria que já funciona como dinheiro; fundamento formal que permite expressar a igualdade entre diferentes. Qual é, então, a substância dessa forma (Valor)? O valor de uso está vinculado às propriedades naturais dos objetos capazes de satisfazer necessidades humanas. Já o valor, como vimos antes, é uma propriedade social, uma determinação agregada ao produto do trabalho por conta da forma peculiar de organização dessa sociedade - a produção das mercadorias -, que sempre aparece como produto do trabalho produzido para outrem, para a troca, tornando, assim, o mercado a instância reguladora dessa relação social.

Mas a substância desse valor é o tempo de trabalho socialmente necessário em função das tecnologias disponíveis em cada época histórica. Esse trabalho humano socialmente necessário não considera a forma particular na qual o trabalho é realizado, e iguala todos os trabalhos, do mais simples ao mais complexo. Se tomarmos o exemplo do linho, teremos a representação dessa equalização:

Tecelão = 20 V de linho

Alfaiate = 1 casaco

A partir dessa constatação, da descoberta da lei da troca de equivalentes, Marx aprofunda como se constrói e se desenvolve essa relação que funda o modo de produção do capital. Como vimos anteriormente, Marx e Engels identificam a existência de duas categorias trabalho: o concreto que produz valores de uso e que

não pode ser superado, e trabalho abstrato, que produz valor. Na circulação simples, a realização das trocas se dá da seguinte forma: $M_a - D - M_b$. É vender para comprar. Mas a circulação não gera valor; apenas tira valor de um bolso e põe em outro. Então, se a pura circulação não gera valor, de onde surge o mais-valor?

$$D - M - D'$$

A tradução dessa fórmula é a seguinte:

$$D - \overset{\boxed{MP}}{M} \dots P \dots \overset{\boxed{FT}}{M'} - D'$$

O dinheiro do capitalista compra dois tipos de mercadorias: matérias primas e meios de trabalho (ferramentas, maquinário, espaço físico, energia etc.), de um lado, e a mercadoria força de trabalho, de outro. Nota-se aqui uma fundamental diferença com a teoria do valor trabalho de Ricardo e Smith. Não é o trabalho em si que é comprado, mas a força de trabalho do trabalhador. Essa profunda diferença marca o fenômeno da exploração consentida, que aparece na sociabilidade burguesa como um ato de liberdade; ambos se apresentam como sujeitos livres para comprar e vender mercadorias. É assim que a força de trabalho se transforma em uma mercadoria que é comprada por um salário³⁷. Só que essa mercadoria é consumida pelo capitalista

³⁷ Há uma longa discussão acerca da composição do salário em: Salário, Preço e Lucro; segundo informe pronunciado por Marx nos dias 20 e 27 de junho de 1865 nas sessões do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores. Neste informe encontram-se as bases para a compreensão de que o aumento da riqueza geral da sociedade, ao ser acumulada pela forma de *capital*, aponta que a tendência geral da produção capitalista não é para elevar o padrão médio de salários, mas para reduzi-lo. Então, o que regula o valor da mercadoria força de trabalho e o que o distingue das outras mercadorias? Diz Marx: "O valor da força de trabalho é formado por dois elementos, um dos quais puramente físico, o outro de caráter histórico e social. Seu limite mínimo é determinado pelo elemento físico, quer dizer, para poder manter-se e se reproduzir, para perpetuar a sua existência física, a classe operária precisa obter os artigos de primeira necessidade absolutamente indispensáveis à vida e à sua multiplicação. O valor destes meios de subsistência indispensáveis constitui, pois, o limite mínimo do valor do trabalho. Por outra parte, a extensão da jornada de trabalho também tem seus limites máximos, se bem que sejam muito elásticos. Seu limite máximo é dado pela força física do trabalhador. Se o esgotamento diário de suas energias vitais excede um certo grau, ele não poderá fornecê-las outra vez, todos os dias. Mas, como dizia, esse limite é muito elástico. Uma sucessão rápida de gerações raquíticas e de vida curta manterá abastecido o mercado de trabalho tão bem como uma

como um valor de uso que produz Valor. A força de trabalho é a única mercadoria que quando usada produz mais valor do que ela custa.

Por isso Marx em *O Capital* vai afirmar que o capital é uma relação social que só pode existir decorrente do ato de compra e venda da força de trabalho. Só quando a força de trabalho é transformada em mercadoria é se efetua a troca de não equivalentes, e o tempo é a medida, a substância do trabalho abstrato. O Valor é, portanto, certa quantidade de trabalho humano abstrato contido na mercadoria.

Como dito anteriormente, a importância da teoria valor no sistema de Marx reside em revelar como o valor de troca subordina o valor de uso, e ao fazê-lo, provoca um processo que, para nosso estudo sobre o planejamento, é basilar, de *subsunção formal e real do trabalho* – que produz valores de uso (trabalho concreto) – *ao capital*. Essa categoria da subsunção formal e real do trabalho ao capital, que estabelece o trabalho abstrato com sua característica divisão social e sexual do trabalho, tem na mercadoria a expressão fetichizada da alienação derivada da separação concreta entre produtor e produto. A mercadoria produz relações sociais nas quais só podemos existir como coisificação do humano (reificação) e por outro lado, tem-se a personificação das mercadorias. Mas como essa alienação se efetiva concretamente da produção e se espraia para as outras dimensões da vida social? Como se dá essa subsunção real?

Marx vai demonstrar como tudo se converte em capital quando o trabalho concreto, que é a substância, é cindido no valor de troca e no Valor que se autonomiza e passa a comandar toda a produção. Quando a força de trabalho se transforma em mercadoria que é consumida no ato da produção e gera um mais-valor, resultado total

série de gerações robustas e de vida longa. Além deste mero elemento físico, na determinação do valor do trabalho entra o padrão de vida tradicional em cada país. Não se trata somente da vida física, mas também da satisfação de certas necessidades que emanam das condições sociais em que vivem e se criam os homens” (MARX, 1953, p. 39). Em resumo, o salário deve ser estabelecido pelo valor da cesta básica que garanta a reprodução da força de trabalho. E como diz Marx, em cada país, a depender das relações de dependência desigual com os países imperialistas, o salário mínimo é fixado bem abaixo do valor da cesta básica, como é o caso dos países periféricos da América Latina, África e Caribe, que se enquadram bem na condição de superexploração da força de trabalho. Para um maior e mais qualificado aprofundamento desse conceito, ver a produção e o debate sobre a *Teoria da dependência* formulada na década de 1960 pelos intelectuais Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank e Vânia Bambirra como uma leitura crítica, marxista não-dogmática, dos processos de reprodução do denominado “subdesenvolvimento” na periferia do capitalismo, como uma determinação central do processo global de acumulação do Capital.

do trabalho, realiza-se como valor de troca que contrapõe-se ao simples valor de uso e o faz autonomizando e tornando indiferente a riqueza do trabalho vivo; temos, assim, o capital. Marx vai demonstrar como a expropriação que o capital realiza não se refere apenas à expropriação do produto criado pelo trabalhador. Sua própria capacidade de trabalhar, sua própria condição de trabalho vivo, se lhe apresenta como algo que não lhe pertence. Trata-se de um trabalho abstrato: “absolutamente indiferente diante de sua *determinalidade* particular, mas suscetível de qualquer determinação” (MARX, 2011, p. 230). Desse modo, não é apenas a expropriação do produto de seu trabalho; não é apenas o produto de seu trabalho que lhe parece estranho. Trata-se, em verdade, da expropriação de sua própria capacidade de trabalhar, a sua própria condição de trabalho vivo se apresenta como algo que não lhe pertence. A capacidade de trabalho não só produziu a riqueza alheia e a pobreza própria, mas também a relação entre riqueza que se relaciona consigo mesma e a capacidade de trabalho como pobreza, através de cujo consumo a riqueza extrai de si mesma novos ímpetus vitais e se valoriza uma vez mais.

A característica da subsunção formal e real do trabalho ao capital é precisamente essa alienação;

ele *aliena* o trabalho como força produtiva da riqueza; o capital apropria-se dele enquanto tal. A separação de trabalho e propriedade no produto do trabalho, de trabalho e riqueza, é posta, por conseguinte neste próprio ato da troca. (...) Perante o trabalhador, portanto, a produtividade de seu trabalho, seu trabalho, enfim, *devém um poder estranho*, na medida em que não é *capacidade*, mas movimento, trabalho *efetivo*; o capital, inversamente, valoriza-se a si mesmo pela *apropriação do trabalho alheio* (MARX, 2011, p. 240).

Mas essa alienação não se limita ao imediato campo da produção econômica, ela vai para além dele e se instala em todas as dimensões da reprodução social da sociabilidade que, como vimos anteriormente, compõem as *posições teleológicas secundárias*, e abrem um largo leque de possibilidades e de impedimentos de superação dessa fetichização própria da organização dessa forma particular de trabalho – trabalho assalariado, alienado e alienante.

Assim, Marx ergue toda a estrutura de interpretação das classes sociais por meio dessa teoria, pois cada um tem seu lugar na divisão do trabalho, e exerce uma função na relação entre quem compra e quem vende. O capital, ao comprar a força de trabalho, se apropria da substância do trabalho, e ao colocar os trabalhadores em cooperação, realiza a subsunção formal e real do trabalho ao capital. *Por isso, o sujeito é o capital, e a produção de mercadorias determina o campo das necessidades*; isto é, as necessidades humanas vitais passam a ser atendidas somente mediante a sua incorporação à mercadoria, que por seu turno só existe em sua unidade contraditória – valor de uso e valor – e, por isso, na circulação (troca), o que importa não são as qualidades da mercadoria, mas, sim, a quantidade de valor que ela carrega. Por isso, para o capitalista, não importa produzir roupa, remédios, armas, foguetes etc., o que importa é a taxa de lucro que ele pode se apropriar. É assim, segundo Marx, que o capital se transforma em *causa sui* ao criar os seus próprios pressupostos, a saber, a posse das condições reais para a criação de novos valores de *troca* – pelo seu próprio processo de produção.

Nesse sentido, a ordem do capital está marcada profundamente e de forma irrevogável pela mensuração quantitativa daquilo que é expressão do valor. Nos *Manuscritos de 1844*, Marx já afirmava que o dinheiro como equivalente universal **substituiu o ser pelo ter**. Na abordagem feita em *O capital*, ele desvela a essência da ordem da sociedade burguesa, demandando uma permanente quantificação generalizada. Por isso, impõe aos seus agentes responsáveis por dinamizar essa ordem a capacidade de, no plano quantitativo, operar essa calculabilidade. Paulo Netto (1999) vai registrar que Max Weber³⁸, na virada do século XIX para o século XX, apreende esse momento constitutivo da ordem burguesa como cálculo racional.

Ele (Weber) vai situar no desenvolvimento desse cálculo racional, cujo *locus* é a empresa, a possibilidade de sua generalização. (...) Não é por acaso que em Weber a ideia de desenvolvimento capitalista será equalizada à ideia de racionalização que supõe essa calculabilidade³⁹

³⁸ Para aprofundar o conhecimento sobre as raízes histórica da sociologia de Max Weber (1864- 1920) em seu quadro teórico-metodológico como alternativa conservadora ao sistema marxiano, sugere-se as leituras: LUKÁCS, G. *El assalto a la razón*. Barcelona/Ciudad del Mexico: Grjalbo, 1968. No Brasil, temos o trabalho de CARLI, R. *Gyorgy Lukács e as raízes históricas da sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013.

³⁹ Do meu ponto de análise, a transferência dessa *calculabilidade* para o campo socialista implica a transferência da racionalização burguesa, inevitavelmente, fundamenta-se na quantificação e na supressão das dimensões qualitativas da prática social, tal como ocorreu nas experiências do

(NETTO, 1999, p. 8).

Podemos aqui anotar que essa é a marca de todo planejamento técnico-político; seu ponto de partida e de chegada é o *risco calculado*. Para Marx essa quantificação é um fenômeno da sociabilidade burguesa de graves consequências para o desenvolvimento humano ao suprimir as dimensões qualitativas da prática social e do produto dos homens em sociedade. Marx, no belíssimo texto denominado *Cadernos de Paris*, refere-se ao domínio da *estatística* no trato da economia como um verdadeiro ultraje aos indivíduos reais; “o que as médias demonstram? Que cada vez mais se faz abstração dos homens, que cada vez mais se deixa de lado a vida real e que cada vez mais se considera apenas o movimento abstrato da propriedade material, inumana” (MARX, 2015, p. 223).

Sem dúvida, brota daí a base para o desenvolvimento das diversas metodologias de planejamento desenvolvidas historicamente. Essa racionalidade é aplicada em todas as áreas nas quais o planejamento necessita ser utilizado para efetivar essa calculabilidade nas ações dos sujeitos com a finalidade de garantir o funcionamento da ordem burguesa. Por isso é ineliminável do planejamento seu caráter fetichizado, ainda que seja realizado com a participação dos trabalhadores, de usuários de serviços, de moradores urbanos, dos cidadãos em geral. É impossível à classe trabalhadora retirar daí qualquer vantagem para o seu próprio desenvolvimento na luta de classe, como eventualmente se diz sobre os *benefícios* do planejamento estratégico na gestão democrática, permite:

conferir um sentido político para a gestão pública e para o planejamento, resgata a noção de combate. (...) É instrumento dos que querem se tornar sujeitos e construir o presente e o futuro desde já, dos que não querem sucumbir às forças do acaso e do mercado ou à vontade estranha etc. (...) O planejamento contemporâneo põe, claramente, no âmago de sua reflexão, o papel da estratégia no processo de tomada de decisões compartilhadas (TEIXEIRA, 2009, p. 558).

No entanto, o argumento carece de força explicativa de como, na práxis

concreta, os antagonismos de classe podem ser superados para além do formalismo jurídico burguês.

Na atualidade, com os processos de digitalização e robotização, acentua-se o processo de como o trabalho se põe como não-ser de si mesmo ou como ser de seu não-ser, o capital, contribuindo para a aparente constatação de que ele é cancelado como constitutivo da sociabilidade, terreno fértil para a proliferação dos processos atuais de precarização e exploração da força de trabalho, agora subsumidos pelo empreendedorismo e pejetização – todos somos empresários.

Aqui o planejamento é arrancado de sua razão dialética e subsumido à irracionalidade do cálculo racional. A concretude do planejamento desaparece. Sua racionalidade dialética que emana do trabalho concreto é arrancada de seu solo genético, perdendo sua raiz emancipatória. Por isso, e só por isso, na particularidade do MPC, o planejamento só pode se expressar como fetichização das relações, desempenhando uma importante função de reproduzir as legalidades do capitalismo como se estas fossem racionais e eternas, necessitando apenas de corretivos, ajustes, melhorias no funcionamento geral, para garantir na livre produção de mercadorias e na expansão do mercado as necessidades das classes trabalhadora e subalternas. Nessa perspectiva, a *participação de todos* (TODOS POR PERNAMBUCO) em sua elaboração é, não só requerida formalmente, como é estimulada nas mais diversas “bases territoriais” como legitimação das “escolhas racionais possíveis”.

4.2 PLANEJAMENTO E A INCONTROLABILIDADE DO CAPITAL

Em sua obra, *Para Além do Capital*, Mézáros (2002) dissecou de modo cirúrgico a ordem da reprodução sociometabólica do capital, atualizando os movimentos históricos de seu amadurecimento, inventariando os desdobramentos de suas contradições fundamentais na contemporaneidade. Ele realiza com maestria uma atualização do marxismo e do projeto socialista nele contido, demonstrando a possibilidade histórica de superar a subordinação do trabalho ao capital.

Na parte I do livro, Mészáros (2002, p. 96) expõe a *natureza* da incontrolabilidade do capital:

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade até o presente, de longe a *mais* poderosa – estrutura “*totalizadora*” de controle à qual tudo o mais, inclusive os seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou parecer, caso não consiga se adaptar.

Essa afirmativa encontra respaldo na teoria do valor de Marx, como vimos anteriormente; Mészáros a atualiza, e expõe o paradoxo da tácita aceitação de que vivemos uma vida democrática de *livre opção política*.

Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” do que o sistema do capital globalmente dominante, que seja cegamente aos mesmo imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. No entanto, é irônico (e bastante absurdo) que os propagandistas de tal sistema acreditem que ele seja inerentemente *democrático* e suponham que ele realmente seja a base paradigmática de qualquer democracia concebível (MÉSZÁROS, 2012, p.96).

Cristina Paniago, em seu livro *Mészáros e incontrolabilidade do capital* (2012), levanta as principais teses desenvolvidas pelo autor de *Para Além do Capital*, explicitando que o fio condutor da obra é precisamente essa característica ontológica do ser do capital: *sua incontrolabilidade*; é possível destruir o capital, mas não é possível controlá-lo, afirma Mészáros.

Os imperativos do capital constituído historicamente como *causa sui* necessitam de expansão permanente e, por isso, utilizam todas as formas e forças para deslocar as barreiras que impeçam sua expansão, sejam elas naturais, culturais

ou nacionais. Diz Paniago (2012, p. 36):

o capital enquanto *causa sui* não significa cancelar sua imanente contraditoriedade. Pelo contrário. Ao constituir-se em *causa sui*, não faz mais que expressar, em um novo patamar, a contradição entre o fato de ser uma criação humana e de procurar substituir os próprios homens enquanto sujeitos imediatos da história.

Como se dá esse domínio? Por quais mediações, quais mecanismos ele utiliza para se perpetuar como *Causa sui*? O antagonismo entre o trabalho e o capital é de tal envergadura que exige um permanente controle deste último sobre o primeiro; isso implica o controle sobre as subjetividades de suas personificações, aptas a executar sua vontade alienada e auto imposta. Para realizar esta façanha, os limites e barreiras historicamente postos geram todos os tipos de problemas econômicos, políticos, sociais, culturais que passam a ser fontes de novas contradições, aprofundando os defeitos estruturais e incorrigíveis do capital.

Paniago destaca duas ordens de atuação do capital sobre o trabalho para manter sob controle o seu sociometabolismo. Na primeira, ele tem de se “afirmar sobre essas subjetividades, não apenas *sobre* a força de trabalho, mas também *como* uma “multiplicidade de capitais”, em permanente conflito com o trabalho e entre suas personificações particulares, motivadas pela concorrência” (PANIAGO, 2012, p. 36). Como o trabalho historicamente sempre buscou formas de reagir frente a esse poder autoritário por meio de greves, destruição de máquinas, desperdícios de materiais, lentidão na produção etc., o capital tem sempre de atualizar as formas de impor sua vontade. “O que determina a instabilidade desse poder autoritário e hierárquico do capital sobre o trabalho recalcitrante é, em última análise, a ineliminável presença da contradição entre o sujeito e o objeto do processo de produção” (PANIAGO, 2012, p.36).

Na segunda, o capital tem que exercer seu poder homogeneizador em todas as esferas da vida social, pois do contrário, não conseguiria realizar seu potencial totalizador e fazer predominar suas leis. Em síntese,

por instituir uma ‘economia de comando’ o capital necessita dos

‘sujeitos particulares enquanto personificações do capital – que devem responder ao desafio geral do antagonismo estrutural de suas manifestações necessariamente específicas’ – e de sua ‘vontade combativa’ que os capacita a ‘cumprir as funções a eles designadas’. (...) Essa ‘vontade combativa’ das personificações do capital expressa-se também na necessidade de se manter o trabalho sob o controle de uma ‘vontade alheia’ (PANIAGO, 2012, p. 37).

Essa condição é insubstituível para a manutenção do sistema e do domínio do capital.

Cristina Paniago ressalta com precisão que a questão central no estudo desenvolvido por Mészáros na obra em tela, “encontra-se na necessária e inevitável quebra dessa relação de comando alienado sobre o trabalho como requisito de qualquer projeto socialista alternativo de sociedade com mínimas possibilidades de sucesso” (PANIAGO, 2012, p. 37). Nesse sentido, qualquer planejamento sob o capital só pode ser a expressão dessa “vontade alheia” que se apresenta como uma “racionalidade capitalista”, estando sempre em oposição à totalidade “irracional” e “anárquica” do sistema do capital.

O paradoxo a que chegou o capital na atualidade, e já fora antecipado por Marx com a *lei da queda tendencial da taxa de lucro* – é que o trabalho excedente, ao mesmo tempo em que é estimulado por processos e tecnologias, torna-se cada vez mais desnecessário, em função da composição orgânica do capital, criando o desemprego estrutural. Para Mészáros, encontra-se nesse paradoxo o nó górdio da atual crise estrutural do capital, tendo em vista sua lógica de acumulação ilimitada e necessidade de expansão (PANIAGO, 2012, p. 37).

Marx em *O capital* (1985) já havia demonstrado como o capital reage às contradições produzidas por seu próprio desenvolvimento. Ele denominou de *tendências e contratendências* do movimento das leis do capital. Em relação as essas últimas, ele salientou que as crises do capital seriam combatidas com as seguintes estratégias:

a) *Intensificação da exploração do trabalho* – hoje estamos vivenciando um frontal ataque da classe burguesa aos direitos trabalhistas conquistados pela classe trabalhadora em todo o mundo. No Brasil, a CLT – Consolidação das Leis

do Trabalho, que data dos anos 1940 do século passado, está sendo substituída pelo trabalho precário e intermitente⁴⁰.

b) *Rebaixamento dos salários* – desde a década de 1970, observa-se uma brutal redução nos preços médios dos salários mesmo nos países de economia central. O economista Alan Krueger⁴¹ destaca que o salário mínimo nos EUA há 10 anos se mantém invariável em 7,25 dólares por hora (30 reais), e que, descontada a inflação, caiu 20% desde 1979. No Brasil, a classe trabalhadora, além de trabalhar longas jornadas de trabalho, é paga abaixo dos níveis necessários para a sua sobrevivência. Isso é o que a caracteriza.

c) *Formação de uma superpopulação relativa* - a relação entre o processo de acumulação capitalista e a geração do exército industrial de reserva constitui um elemento fundamental para a análise do desemprego contemporâneo, já que o atual nível de acumulação, concentração e centralização do capital tem se dado numa escala sem precedentes; concomitantemente a este processo, a população global em condições de desemprego, subemprego, informalidade, inatividade, precarização das relações de trabalho, pobreza e miséria tem se tornado cada vez maior. No Brasil, dados recentes do IBGE⁴² apontam o número de desempregados na ordem de 12,7 milhões de pessoas. Isso representa uma alta de 2,6% em relação ao trimestre anterior.

d) *Barateamento do capital constante* – nos últimos 30 anos, temos visto uma queda dramática no valor dos componentes do capital constante, especialmente com o avanço de novas tecnologias. Os preços em queda de *chips* de computador, por exemplo, baratearam os computadores, que são parte do capital constante, usados extensamente na economia. A China tem sido uma fonte de mercadorias baratas que inundam o mercado mundial. Estas mercadorias têm

⁴⁰ A reforma trabalhista proposta pelo presidente Michel Temer (MDB), e aprovada pelo Congresso Nacional em 2017, motivou a indignação e o protesto de centrais sindicais e de trabalhadores em todo o Brasil, mas foi comemorada pelo empresariado: <<https://www.uol/eleicoes/especiais/direitos-do-trabalhador-apos-a-eleicao-clt-lei-trabalhista>>.

⁴¹ Alan Krueger, ex-presidente do Conselho de Assessores Econômicos do presidente Obama, registrou que o Governo atual de Donald Trump limita o cada vez menor poder de negociação de trabalhadores e sindicatos, ao mesmo tempo em que aumenta o das grandes corporações: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/31/economia/1535734241_019217.html>.

⁴² <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/02/27/>>.

tomado a forma crescente do capital constante, e tem ajudado a aumentar a taxa de lucro nas últimas três décadas⁴³.

e) *Expansão do mercado* – essa é uma característica fundamental do desenvolvimento do capital; ele não se realiza, isto é, não se acumula sem constantemente expandir suas fronteiras. Mézáros (2002) vai destacar esse elemento da expansão capitalista como um dos pilares de sua crise estrutural dado ao fato de que o capital destruiu todas as formas resistentes de relações *pré-capitalistas*, e tornou as relações capitalistas maduras determinantes em todos os quadrantes do planeta. Pela primeira vez, temos um mundo em que todos os indivíduos compartilham a mesma história. Nesse sentido, essa contratendência começa a se esgotar.

f) *Autonomia dos bancos* – o capitalismo monopolista teve seu apogeu com a dominação dos bancos sobre os negócios da indústria. A transferência do capital bancário destinado ao empreendimento industrial, ou seja, a fusão de ambos os capitais, é denominada de **capital financeiro**. Hoje, o excedente de capital nos países com alto desenvolvimento financeiro os levou a exportar seus capitais em forma de investimento em indústria estrangeira e empréstimo. Evidentemente, a oligarquia financeira foi a camada privilegiada pela aplicação do capital no estrangeiro e, mais do que isso, também foi a camada responsável por partilhar os territórios do mundo à exploração capitalista. Esse capital funciona hoje como capital fictício: quando o valor a ser gerado no futuro é trazido ao presente através de contratos financeiros. O capital fictício permite realizar transações financeiras no presente com base em valores a serem ainda produzidos e realizados no futuro. Nas disputas internas entre as frações da classe burguesa, coloca-se a *oligarquia financeira* no centro do comando do capital.

g) *A guerra como alternativa à superprodução de capital* – essa contratendência atinge hoje um dos maiores riscos à manutenção da vida no planeta. Mézáros fala com muita propriedade dessa característica do capital como a *produção destrutiva*. O objetivo é ocupar parte das forças produtivas por

⁴³ <<https://www.marxist.com>>.

meio da destruição (com mercadorias que não entram no mercado corrente) para funcionar, parcialmente, como contratendência à queda da taxa média de lucro. Para Mészáros, hoje essa alternativa se apresenta como possibilidade de destruição da humanidade.

Em última análise, a lógica oculta da tendência atual no armamento moderno (que emerge da eliminação de todo o referencial humano com o triunfo universal da reificação capitalista e da concomitante lógica impessoal do sistema do capital, em completo desprezo pela razão e pelas necessidades humanas) não é a 'bravura impessoal', mas a destruição verdadeiramente impessoal de toda a humanidade: Holocausto e Hiroshima combinados em escala global (MÉSZÁROS, 2002, p. 187).

Todas essas contratendências são operadas pelo Estado. Ele é o sujeito das mediações que tornam possível executar as ações indispensáveis para a manutenção do MPC. Cristina Paniago (2012) recolhe de Mészáros a assertiva de que, cada vez mais, se requer a intervenção política do Estado para garantir a extração econômica do trabalho excedente, o que, contudo, tem resultado em criar mais dificuldades a soluções para a continuidade expansionista do capital, trazendo à tona a sua completa incontrollabilidade. Partindo das determinações essenciais do Estado moderno em sua íntima interconexão com o capital e o trabalho, ela expõe a complementaridade na base material entre o capital e o Estado. Há uma apropriação diferenciada sobre o caráter e a função do Estado moderno em Kant e em Hegel, que de algum modo se apresenta nas teorizações acerca do Estado até hoje. Para Kant, o Estado não é racional; o indivíduo, sim, é racional. Essa elaboração se fez historicamente quando a burguesia ainda não estava no Estado. Quando ela destrói o antigo regime e passa a fazer parte do Estado, Hegel vai afirmar que o Estado é a razão em si e para si.

Esse pressuposto da "reconciliação" projetada por Hegel contribui para a construção ideológica burguesa de que o Estado arbitra sobre os conflitos, conduzindo às resoluções destes. Contudo, as teorizações sobre o Estado criadas pelo capital

estão limitadas à afirmação positiva da permanência das hierarquias estruturais estabelecidas e toda dificuldade ou conflito devia ser remediado pela força da razão como solução genérica e *a priori*, ou

inventados planos especiais, sem qualquer base na realidade, pelos quais se *deveriam* encontrar respostas para as contingências históricas perturbadoras identificadas (PANIAGO, 2012, p. 76).

O Estado, ao contrário do que propala a burguesia, possui apenas poderes idealmente corretivos sobre as contradições insolúveis do capital. Na realidade o Estado moderno vem atender à necessidade de coesão dos microcosmos do sistema como um todo⁴⁴.

Ele é necessário para a preservação e operação do sistema do capital enquanto um controle político em separado, que ao mesmo tempo em que permite o funcionamento individual e competitivo de suas unidades isoladas, supre o sistema de uma unidade ausente, garantindo-lhe a necessária coesão ao funcionamento do todo (PANIAGO, 2012, p. 80).

Eis o real condutor da *mão invisível* de Adam Smith em sua obra *A Riqueza das Nações* para descrever como, numa economia de mercado, apesar da inexistência de uma entidade coordenadora do interesse comunal, a interação dos indivíduos parece resultar numa determinada ordem, como se houvesse uma "mão invisível" que orientasse a economia. Para os ideólogos do capital, é a lei da oferta e da procura que realiza esse "milagre".

A função do Estado para a reprodução do sociometabolismo do capital é "garantir e proteger as condições gerais de extração de trabalho excedente" (PANIAGO, 2012, p. 82), tem validade para todas as formas particulares, inclusive as que tiveram vigência sob o comando do chamado "socialismo real". Por isso, Mézáros avança na compreensão da reciprocidade dialética entre Estado e Capital:

⁴⁴ Aqui temos o aspecto destacado por Marx-Engels sobre o caráter anárquico da produção capitalista. Os capitalistas enquanto indivíduos particulares, em relação ao sistema como um todo, também se apresentam como pseudo-sujeitos na execução dos imperativos do capital, pois se assim não procederem, correm o risco de falência. Assim, as unidades produtivas devem possuir plena autonomia para extrair o trabalho excedente, tendo como foco a realização apenas de seus objetivos imediatos. No entanto, pela competição irrefreável do sistema em sua permanente expansão, "forças centrífugas" entram em conflito, e se deixadas a seu livre curso, põem em risco todo o sistema. Por isso, as unidades particulares socioeconômicas reprodutivas do capital tornam-se incapazes de coordenação e totalização espontânea.

Não pode haver autonomia entre o Estado moderno e o capital por que ambos “são um só e inseparáveis”. Tanto um como o outro se constituiu na história em uma relação de “co- determinação”, em que a estrutura de comando político surge para complementar (“no nível de abrangência apropriado”), em vistas dos defeitos estruturais do sistema, os elementos reprodutivos materiais, sempre de acordo com a dinâmica expansionista do sistema do capital. Não cabe na dinâmica desse desenvolvimento, portanto, a “categoria de ‘em consequência de’, mas (...) do ‘em conjunção a’, sempre que se deseja tornar inteligíveis as mudanças no controle sociometabólico do capital que emergem da reciprocidade dialética entre sua estrutura de comando política e a socioeconômica (PANIAGO, 2012, p. 85).

Essa análise de Mézáros de determinação recíproca entre Estado e Capital nos fornece uma importante pista para compreender a função do planejamento sob o controle do capital. Estado e Capital (e trabalho) só existem em uma relação de complementação que dá a qualidade substantiva dessa relação, o que expõe as diferenças estruturais de funções que cada um exerce. “Seria um erro imenso simplesmente identificar o Estado em si mesmo com a estrutura de comando do sistema do capital” (PANIAGO, 2012, p. 91). Pois, como já apresentado, o capital “como tal é, em si mesmo, *sua própria* estrutura de comando, sendo a dimensão política uma *parte integrante* normal dela” (PANIAGO, 2012, p. 91), ou em outras palavras, uma parte constituinte da própria base material do capital. A questão, então, assim se coloca: o sistema do capital admite, pois necessita, uma diferença estrutural de funções, mas não uma estrutura de comando político que possa substituir *sua própria* estrutura de comando socioeconômica.

Mézáros (2002), como afirma Paniago, vai explicitar essa relação entre Estado, Trabalho e Capital como *materialmente* e ligados um ao outro, visto que o trabalho constitui o pilar fundamental do capital; o Estado assegura as condições de extração do trabalho excedente e o capital o domínio estrutural de ambos, formando mais que uma base legal/política, mas um *sistema constituído de três dimensões – capital, trabalho e Estado*.

Essa determinação comum é que dá a qualidade entre eles (...) dada a inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital plenamente articuladas – capital, trabalho e Estado – é, inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente também superar o capital

e o Estado (MÉSZARÓS, 2002, p. 96).

Isso implica em reconhecer o antagonismo ontológico entre planejamento emancipador e capital como expressão do antagonismo ontológico do capital e humanidade. Nesse sentido, na nossa trajetória profissional, tal como expresso anteriormente, as iniciativas por nós desenvolvidas sob os aportes teórico-metodológico e prático-operativo do planejamento em sua variável “técnico e político”, mas com ampla garantia de participação de membros das classes trabalhadora e subalternas, sempre estiveram aprisionadas pelos critérios de viabilidade “no interior dos limites e determinações reguladoras preestabelecidas do sistema do capital” (MÉSZARÓS, 2002, p. 106). De fato, as conquistas e ganhos dos trabalhadores em geral, assegurados nos processos de participação nas decisões de alternativas sobre as políticas públicas e sua execução *territorializada*, enquanto *mediações* para tratar a “questão social”, se restringiram a conquistas que obedecem ao “imperativo objetivo do capital, de converter para seu uso os ganhos do trabalho” (MÉSZARÓS, 2002, p. 106). Isso implica, por um lado, reconhecer que,

do ponto de vista do trabalho, o campo de possibilidades de conquistas reivindicatórias continua, como ele, subordinado aos objetivos fetichistas do capital e às margens de manobras delimitadas pelo sistema orgânico estabelecido. Nenhum passo decisivo e irreversível à emancipação do trabalho, portanto, pode ser dado por meio de tão restritos objetivos defensivos, cujos limites são determinados pelo capital e aceitos pelo trabalho (MÉSZARÓS, 2002, p. 106).

Por outro, reconhecer que a reflexão, que aqui se inicia, sobre os fundamentos do planejamento como categoria imanente ao trabalho, constituída e constituinte do par dialético *teleologia-causalidade*, resulta das conquistas da profissão, expressas, sobretudo, com o ideário do Código de Ética da profissão de 1993, cujos princípios e

valores apontam para a construção de uma nova ordem societária, sem dominação e/ou exploração de classe, de etnia e de gênero, e, onde, almeja-se, aquelas leis que compõem a legislação social não se farão mais necessárias (CRESS 7ª, 2001),

Justamente porque a formulação desse projeto profissional inspira buscar na luta de classes as mediações que favoreçam a sua viabilidade histórica. Nossa pesquisa até aqui desenvolvida, penso, abre novos e renovados debates no interior da profissão e, sobretudo, em suas relações com os movimentos sociais, sobre essa incompatibilidade de quaisquer *planejamentos* sob o domínio do capital poder conduzir à emancipação humana, pela mediação da emancipação do trabalho, tal como está posto no horizonte da profissão. Nesse sentido, vejamos quais elementos são indispensáveis ao planejamento emancipador numa perspectiva da *ofensiva socialista*.

4.3 PLANEJAMENTO E A O DESAFIO HISTÓRICO DA OFENSIVA SOCIALISTA

Por que o planejamento é uma mediação indispensável para a organização da sociabilidade dos produtores livres associados? Responder a essa questão é ao mesmo tempo confirmar a possibilidade ontológica de as relações cotidianas da vida prática se apresentarem diariamente para os próprios homens como relações transparentes e racionais que eles estabelecem entre si e com a natureza. A configuração do processo social da vida, isto é, do processo material de produção só se livra de seu místico véu de névoa quando, como produto de homens livremente socializados, encontra-se sob seu controle consciente e planejado (MARX, 2017, p. 154).

Mészáros em *Para Além do Capital* (2002) vai afirmar que na agenda histórica atual encontra-se a necessidade de uma ofensiva socialista cujo conteúdo definidor é ser “*modo de controle sóciometabólico qualitativamente diferente*”, constituído pelos indivíduos com total comando sobre ele (PANIAGO, 2012, p. 99). Argumenta que no contexto de crise estrutural do sistema do capital, o Estado não tem mais como, minimamente, corrigir as contradições internas do sistema, desembocando na atual crise política que envolve completamente o Estado. Nesse sentido, vivemos uma crescente instabilidade do sistema, uma vez que suas necessidades expansionistas, considerando as crescentes restrições competitivas no interior do sistema, se impuseram sobre todas as tentativas de manutenção das políticas distributivas de

outrora, legando um novo conteúdo à política – muito mais regressivo e repressivo (PANIAGO, 2012, p. 100).

O que vivenciamos hoje é cada vez mais compatível com essa limitante margem para a ação transformadora. Erigida pelos imperativos do próprio sistema em sua totalidade, o campo de realização de objetivos emancipatórios passa a ser limitado por uma “linha de menor resistência”, a qual, contraditoriamente, possibilita a contínua reprodução das relações antagônicas do capital. “A acomodação dos representantes do trabalho ‘à *linha de menor resistência*’, que historicamente experimentamos (...) é inseparável dessa perversa determinação *sistêmica* e da margem de ação transformadora” (PANIAGO, 2012, p. 104).

Os ganhos da classe operária e trabalhadora em geral com os ciclos expansionistas do capital no período do pós-guerra foram possíveis pela coincidência de interesses entre os capitalistas e trabalhadores pela melhoria do poder aquisitivo das *massas* no período do *Estado de bem-estar social*. Para Mészáros:

O capital, como uma totalidade social, concede as ‘salvaguardas ilustradas’ da legislação trabalhista, de acordo com o movimento em que predomina a mais valia relativa, não apenas porque pode fazê-lo com segurança, mas, ainda mais porque as novas práticas produtivas aumentaram seu próprio poder e auxiliaram na realização de suas potencialidades objetivas para um crescimento e uma expansão global inimagináveis anteriormente (isto é, nos limites da mais valia absoluta) (PANIAGO, 2012, p. 105).

Com isso Mészáros aponta que não pode haver uma alternativa socialista nos limites do modo de produção capitalista, porque toda parcialidade será sempre aprisionada pelos critérios de viabilidade pré-determinados no interior dos limites reguladores do sistema do capital. No planejamento, a questão dos limites se resume muito claramente aos *custos*, estes determinam o campo das possibilidades e impossibilidades de forma quase que exclusiva. O fundamento desta impossibilidade está no fato de que a finalidade do sistema do capital não pode conceber e muito menos realizar a “produção de valores de uso orientada-para-a- necessidade, mas apenas a bem-sucedida *valorização-realização* e constante *expansão* da massa de riqueza material acumulada” (PANIAGO, 2012, p. 108). Sob essa condição, como já

tratamos no início desse capítulo, os valores de uso que satisfazem necessidades humanas estão sempre subordinados à estratégia capitalista de valorização. “O sistema do capital só pode funcionar se impuser a validade absoluta de tais determinações e contradições, quaisquer que sejam suas implicações práticas” (PANIAGO, 2012, p. 108).

Uma questão fundamental colocada por Mészáros é reconhecer que o Capital é uma *força extraparlamentar par excellence*. “Essa é a razão pela qual a única forma de representação política compatível com o modo de funcionamento do capital é aquela que *efetivamente nega* a possibilidade de contestar seu *poder material*” (PANIAGO, 2012, p. 111). Exatamente por isso o capital nada teme das reformas que saem do parlamento. Isso implica apreender a lógica de dominação contida na separação entre economia e política, extremamente compatível ao desenvolvimento histórico do sistema do capital, e se contrapor a ela com firmeza e competência ao se colocar como sujeito – a classe para si – capaz de planejar e controlar o *sociometabolismo qualitativamente diferenciado* fundado sobre as bases do *trabalho associado*.

Ao examinar as determinações do fracasso da esquerda histórica, Mészáros remete, justamente, a essa circunstância – a disjunção entre economia e política:

A articulação defensiva do movimento socialista tanto *refletiu* diretamente tal disjunção como se *acomodou* a ela. O fato de a fatal aceitação de tais determinações estruturais não ter sido voluntária, muito menos de bom grado, mas uma *acomodação imposta*, não altera o fato de o trabalho ter caído na margem desesperadamente estreita para uma ação auto-emancipatória, no interior da estrutura dada. Esta acomodação foi imposta ao trabalho, como *pré-condição necessária* à autorização para entrar na esfera parlamentar da ‘emancipação política’ e ter acesso às limitadas melhorias reformistas, depois de as forças originalmente extraparlamentares de oposição radical terem aderido a tal via (PANIAGO, 2012, p. 110).

Paniago vai ressaltar que a crítica de Mészáros ao reformismo não implica o desconhecimento nem a desvalorização de formulação de estratégias e mediações institucionais para uma alternativa transformação socialista. No confronto entre capital e trabalho, o que precisa ser observado é o modo pelo qual os passos parciais são integrados numa estratégia coerente global, capaz de não só operar melhorias no

padrão de vida dos trabalhadores (elemento conjuntural e, muitas vezes, reversíveis), como atingir seu objetivo final, a reestruturação radical da *divisão do trabalho* estabelecida pelo MPC.

A síntese dessa avaliação realizada por Mészáros, que se apresenta fundamental para o tratamento do nosso objeto de pesquisa, ressalta que

o abandono de uma crítica radical ao modo de controle hierárquico e usurpado do trabalho pelo capital, com a aceitação da permanência da posição material do capital no processo sociometabólico, representa o abandono do verdadeiro alvo da transformação socialista, que é ir além do capital, e não se submeter a seus imperativos autorreprodutivos de exploração do trabalho, ou se conformar aos limites da política por ele estabelecida (PANIAGO, 2012, p. 116).

É a restituição do poder de tomada de decisão aos produtores associados; somente por essa mediação, pode-se executar o planejamento emancipatório que viemos trabalhando nesta tese; um planejamento capaz de favorecer o fenecimento do Estado, tal como expomos no capítulo segundo, dado seu fundamento ontológico, realizador da crítica imanente às *causalidades postas* pela ação humana. Um planejamento com a capacidade de realizar um modo de controle sociometabólico alternativo, tanto na esfera política como na reprodução material. Planejar a organização da produção e a distribuição dos frutos do trabalho passa a ser tarefa cotidiana e se conecta à organização dos locais de produção e de moradia, tal como expresso na experiência da Comuna.

Controlado pelos trabalhadores, o planejamento contribui para o fenecimento do Estado, organizando o seguinte quadro: i) Massiva redução do tempo de trabalho socialmente necessário; ii) Socialização das funções administrativas; iii) Transformação radical da divisão social do trabalho e das relações campo/cidade. Essas três mudanças efetivas e de fácil operação tornam o “fenecimento do Estado” algo não misterioso (como se referia Marx: *véu nebuloso*) ou remoto, mas

um processo perfeitamente tangível que precisa ser iniciado agora, no presente. Sem a re aquisição desses poderes, é inimaginável o novo

modo de controle político total da sociedade por seus indivíduos, assim como a operação cotidiana *não-contraditória* e, portanto, *coesiva/planejável* das unidades produtivas e distributivas particulares pela autoadministração dos produtores associados (PANIAGO, 2012, p. 123).

5 PLANEJAMENTO E LUTA DE CLASSES: contraposições e afirmações

Coragem, companheiro/ Pra que fechar a voz/ Se a força do desejo/
Pulsa em cada um de nós (NASCIMENTO; SILVEIRA, 1985, p. 01).

Se o que afirmamos anteriormente neste trabalho tem alguma consistência, podemos então nos debruçar sobre alguns autores de modo a tornar mais precisa e clara a tese que defendemos. Não resta a dúvida que não são poucos os autores que concebem o planejamento como um órgão expressão da liberdade sob o Estado democrático. No campo do Serviço Social⁴⁵, aponta-se a unidade entre *planejamento* e *gestão democrática* como modo de fortalecer a institucionalidade burocrática e expandir os mecanismos de participação das classes trabalhadora e subalterna nos níveis de decisão e controle das organizações, com o objetivo de transformar as condições de vida nas esferas civil, política e social das classes subalternas, visando contribuir com a superação da ordem do capital.

Gyorgy Lukács foi o filósofo que logrou uma importante e indispensável obra de fôlego para a compreensão das determinações histórico-concretas da realidade contemporânea contra as formas de reificação do pensamento e do real, presente no neopositivismo e no irracionalismo moderno e pós-moderno que subordinam a autonomia ontológica do real à sua manipulação pragmática. Vimos com Lukács como os diferentes axiomas epistemológicos do idealismo – “elementos do mundo”, “estruturas de organização tecnológica”, “marco lógico”, “quadro lógico”, “razão instrumental” “deus” e o “espírito absoluto” – são todos diferentes pseudônimos escondendo uma mesma consciência humana idealisticamente mistificada. Nesse sentido, é na obra *A Ontologia do Ser Social*⁴⁶, que encontramos, no geral, o ponto de partida para verificar a articulação entre *planejamento* e *perspectiva emancipatória*,

⁴⁵ Essa definição encontra-se na Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social, por isso nos pareceu de fundamental importância para sintetizar o *pensamento* da profissão no tocante ao *planejamento*; ver: Souza Filho (2016).

⁴⁶ Além dessa obra, nos valem também de outras também importantes: *O Jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2018; *El Asalto a la Razón*. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1959.

objeto de trabalho desta pesquisa. A chave desta articulação encontra-se na explicitação teórica da categoria da substância social que ele recolhe de Marx e Engels, e desdobra em seu marxismo ontológico⁴⁷ presente, sobretudo, na *Ontologia do Ser Social*, como apresentamos no capítulo primeiro ao tratarmos da historicidade do planejamento.

De modo contínuo e complementar ao necessário aprofundamento da pesquisa, nos deparamos com o filósofo, também húngaro e mais brilhante discípulo de Lukács, István Mészáros,⁴⁸ que em sua grandiosa obra, *Para Além do Capital* (2002), desenvolve uma potente análise crítica acerca do legado histórico da experiência do chamado “socialismo real”, destacando ao menos dois aspectos fundamentais, os quais nos interessam mais de perto em nosso tema:⁴⁹

i) A necessidade de uma teoria de transição adequada como uma exigência essencial, dado que, a despeito de sua *crise estrutural* (do capital) na atualidade, esta, por si só, não fará emergir a nova forma histórica (o comunismo); ii) A certeza teórico-metodológica de que ao invés de ser “convidado” à *participação* nos espaços de controle social, os trabalhadores, como produtores livres associados, devem assumir o *controle efetivo* total das condições de sua própria vida – e, em primeiro lugar, das condições materiais da produção –, para que consigam realizar os objetivos estabelecidos por eles próprios em seu processo de planejamento; um planejamento

⁴⁷ Sérgio Lessa aponta que: “o marxismo no século XX deu origem a três vertentes fundamentais: 1) o marxismo estruturalista (composto não apenas pelo marxismo vulgar, mas também por elaborações teóricas sofisticadas como as de Althusser e Cohen) que realiza, ao menos em parte, um retorno às concepções ontológicas materialista-mecanicistas; 2) o idealismo marxista, que postula o deslocamento e substituição do trabalho, enquanto categoria fundante do ser social, pela linguagem, pelos valores, etc. Pensamos, fundamentalmente, na Escola de Frankfurt; e 3) o marxismo ontológico, que busca em Marx os elementos de uma nova ontologia que dê conta das especificidades do mundo dos homens enquanto esfera de ser distinta e articulada à natureza. Pensamos aqui em Korsch, Gramsci, Lukács, Mészáros, Tertulian, MacCarney, entre outros”. LESSA, S. *Lukács e o marxismo contemporâneo*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1993.

⁴⁸ Anote-se a existência de uma clivagem entre Lukács e Mészáros no que concerne à posição assumida por este último em relação à “radical oposição reformista” no interior do bloco soviético. Contudo, a *ontologia* permanece para Mészáros uma referência fundamental para a retomada do sentido revolucionário da obra marxiana.

⁴⁹ Ainda que possamos afirmar que nessa obra Mészáros apresenta as grandes linhas gerais acerca do debate sobre a experiência do planejamento no campo do “socialismo real”, sua aguda crítica ao modelo soviético se apresenta em outras obras de igual importância para a articulação entre os ensinamentos do passado e as prospecções presentes para o futuro, tais como: MÉSZÁROS, I. *O poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004; MÉSZÁROS, I. *O século XXI: socialismo ou barbárie?*. São Paulo: Boitempo, 2003; MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007. MÉSZÁROS, I. *A montanha que devemos conquistar*. São Paulo: Boitempo, 2013.

que, como vimos no decorrer desse trabalho, tem a *qualidade de uma mediação* específica do ser social em sua produção da vida e da existência sociais e, portanto, deve ser (re)apropriado ontologicamente como fundamento do trabalho associado.

Se buscarmos onde se encontra o controle da organização social das relações sociais em geral, a partir da vida cotidiana, certamente o observador mais apressado identificará o Estado em seu todo como o *controlador, regulador, organizador geral*, com o poder de dirimir os conflitos que emanam das diversas e, muitas vezes opostas, *vontades, interesses e necessidades* dos indivíduos privados em busca de fazer valer no plano geral a satisfação de suas *vontades, interesses e necessidades* sempre particulares. Por isso mesmo, tem-se um duplo efeito que incide sobre a estrutura estatal/governamental e a representação ideal que nesta se cristaliza: i) É ao Estado que são dirigidas as reivindicações individuais e coletivas emanadas dos mais diversos setores da sociedade; ii) Só ao Estado/governo cabe realizar o planejamento centralizado, ainda que cada esfera de governo o possa fazer numa relação de dependência entre elas, mas sempre subsumidas à lógica estatal. É este, precisamente, o campo do qual partem os autores e teorias que trataremos a seguir.

De um modo geral, todos assumem que o Estado é o *locus* do planejamento e expressão da liberdade ou da eticidade (ou mesmo de ambos), e buscam inserir diferentes e até divergentes representações sobre as formas de planejamento que atendam às necessidades/interesses das classes trabalhadora e subalternas, tomando como princípio a *gestão democrática*. Desse modo, assume-se que é possível exercer, mediante a participação no jogo *democrático*, um controle sobre as decisões no interior do Estado. Duas questões aqui se apresentam: qual a natureza do Estado? Já discutimos nos capítulos anteriores que tanto Marx e Engels quanto Lenin já nos mostraram a essência dessa colocação: o Estado é sempre um instrumento de opressão em nome das classes dominantes, é a propriedade privada elevada a poder político.

O mesmo vem a assinalar Mészáros (2002), ao sugerir que se olharmos mais atentamente, veremos que esse controle apenas se expressa por meio das

instituições estatais/governamentais como resultante de múltiplas determinações e contradições insolúveis originadas pelas mediações da organização social no *sociometabolismo do capital*; i) Divisão social e **hierárquica** do trabalho; ii) Produção baseada no valor de troca, e na **valorização do valor**, que captura e empobrece o tempo de vida; iii) Propriedade dos meios de produção e; iv) Controle das decisões estratégicas da sociedade por uma tecnocracia empresarial ou estatal. É exatamente sob essas circunstâncias que a verdadeira relação ontológica entre humanidade e natureza é totalmente deturpada, com consequências potencialmente devastadoras, a serviço da eternização do capital e, por isso mesmo, torna-se cada vez mais possível e necessária a superação do *sociometabolismo* do capital, como postula Mészáros (2002), em suas reflexões sobre a atualidade do desenvolvimento do capital na passagem do século XX para o século XXI.

Historicamente, o planejamento adquiriu importância basilar da atuação dos estados nacionais para o *controle social*, formando um sistema de "capitalismo administrado". Esse termo derivado da ideia de "mundo administrado" desenvolvida por Adorno na obra *Dialética do Esclarecimento* (1947) que enfatiza precisamente a questão de que, no capitalismo monopolista de estado, a própria lógica da razão que organiza a sociedade [do capital] é a que exerce sobre os homens a dominação, independentemente de uma orientação política ou de qualquer instância social em específico. Aqui abre-se o espaço para o fatalismo, como salienta Lukács na *Ontologia*, ao tratar das tendências filosóficas atinentes ao neokantismo, neopositivismo e existencialismo:

Heidegger enxerga a mesma realidade da vida alienada igualmente como uma *condition humaine* ontologicamente absoluta e irrevogável; considera, todavia, essa situação ontologicamente irrevogável com um olhar pessimista-irracionalista e tenta ontologicamente tornar visível a perspectiva, que não toca nos fundamentos, de uma saída religiosa (ateísta-religiosa) para os indivíduos isolados (LUKÁCS, 2018a, p. 380).

Essa tese (mundo administrado) comparece de várias formas entre os membros da Escola de Frankfurt – com seu marxismo idealista –, reunindo os filósofos Max Horkheimer (1895-1973), Theodor Adorno (1903-1969), Herbert

Marcuse (1898-1979) e, no seu ocaso, Jurgen Habermas (1929). Este último tem exercido no Brasil uma forte influência, particularmente na área de planejamento social no campo da saúde coletiva. O principal elaborador de uma crítica ao *Planejamento Estratégico* com base na *teoria do agir comunicativo do mundo da vida* de Habermas é Francisco Javier Uribe⁵⁰. Para ele, articulam-se, no último quartel do século XX, duas crises: i) O fracasso das experiências de planificação centralizada ou globalizante e, conseqüentemente, seu referencial teórico- metodológico – o materialismo histórico e dialético. O chamado enfoque normativo ou econômico-instrumental, típico da ideologia da substituição de importações da *Comision Economica Para America Latina y El Caribe* (CEPAL), é fulminado teoricamente por autores como Carlos Matus e Mário Testa. No seu lugar, surge o enfoque estratégico, o qual realça o caráter interativo e a natureza política da planificação social.

Para enfrentar esse dilema e propor uma alternativa, no sentido de uma planificação social para a construção de uma ordem legítima, Uribe entende que:

O objetivo central da obra de Habermas é a fundamentação da racionalidade comunicativa, identificada como um contrapeso ao predomínio da razão tecnocrática e estratégica. A plena vigência da racionalidade comunicativa estaria apoiada no desenvolvimento crescente das capacidades cognitivo-morais dos indivíduos, das capacidades normativas dos grupos sociais e das capacidades de julgamento crítico do saber cultural dos cidadãos (URIBE, 1995, p.13).

É a linguagem a mediação fundamental para resolver as contradições (diga-se *conflitos*) entre os cidadãos, que pela força da crítica e pela intensificação da solidariedade, apontaria para níveis mais elevados de racionalidade, possibilitando, assim, a realização de pactos normativos ou entendimento acerca das normas sociais ou expectativas generalizadas de comportamento social. “A questão da construção de uma ordem legítima dependeria, assim, de uma evolução no plano moral e do direito (e mais geralmente no plano cultural) decorrente do pleno exercício dessa razão comunicativa” (idem, p.14).

⁵⁰ URIBE, F. J. *Agir comunicativo e planejamento social: uma crítica ao enfoque estratégico* Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995.

Existem várias contribuições sobre planejamento em diversas áreas das ciências humanas e sociais na literatura brasileira e latino-americana que trazem, nas três últimas décadas, questionamentos epistemológicos importantes sobre a perspectiva do planejamento e sua relação com emancipação humana. Normalmente, seus autores se esforçam para ratificar a importância do planejamento para a emancipação humana, ainda que tenha que ser desmitificado seu papel como instrumento de transformação social, dada sua completa falência enquanto “planificação socialista”. Difícil, contudo, é decifrar a compreensão sobre quais caminhos pode-se chegar à emancipação humana, qualidade intrínseca de transformação do real do planejamento⁵¹. Nessas abordagens, o que observamos é uma tendência comum entre os *planejadores*, estejam eles mais ou menos vinculados ao campo *progressista* – que inclusive aponta para a emancipação – é cair na armadilha de tentar embutir as inelimináveis contradições imanentes da ordem do capital acima referidas, e tornar possível, na aparência, a conjugação entre os interesses das classes antagônicas, como no caso dos trinta anos de *Welfare State* desenvolvidos em alguns países capitalistas centrais.

De acordo com Hobsbawn (2011), a inspiração para o uso do planejamento nas sociedades não socialistas; deu-se a partir de seu uso na Rússia depois da vitoriosa Revolução de Outubro de 1917. Contudo, este planejamento foi, em grande medida, improvisado, e funcionou imitando uma economia de guerra. Para este autor, o modelo básico de planificação econômica soviética definia certas metas *a priori* – industrialização ultrarrápida, vitória na guerra, fabricação de uma bomba atômica, viagem à lua –, e depois planejava como concretizá-las por meio da alocação de recursos, independente do custo a curto prazo; nessa perspectiva, Hobsbawn (2011, p. 59) afirma: “não há nisso nada de exclusivamente socialista”.

Na avaliação de Mézáros (2004, p. 46):

o fracasso do planejamento de tipo soviético – adotado em toda a

⁵¹ Ver por exemplo: GALLO, E. (Org.). *Razão e Planejamento* – reflexões sobre política, estratégia e liberdade. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1995.; SOUZA, M. L. *Mudar a Cidade* - uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.; RIBEIRO, A. C. T.; LIMONAD, E.; GUSMÃO, P. P. (Orgs.). *Desafios ao Planejamento*: produção da metrópole. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

Europa oriental –, e com ele o fim dos sistemas de tipo soviético, foi determinado pela imposição de *cima* por um corpo *separado* de decisão, pelas ordens crescentemente problemáticas que até mesmo aquele “*bando de contadores*” era obrigado a aceitar sem discussão, sendo que os próprios produtores nunca eram consultados, a não ser mediante o ritual anual de ‘aprovação entusiástica’.

Segundo Maurice Brinton⁵², em sua obra clássica sobre a questão do controle operário e o destino da revolução russa – *Os bolcheviques e o controle operário* (1975):

a divisão da sociedade entre administradores e operários era uma consequência inexorável da centralização da autoridade. (...) uma vez separadas as funções de administração e de trabalho (a primeira ao cuidado de uma minoria de “peritos” e a última destinadas às rudes massas) todas as possibilidades de dignidade ou igualdade foram destruídas (BRINTON, 1975, p. 127).

Com isso, o caminho para o socialismo igualmente o fora. A sua crítica à revolução bolchevique busca esclarecer o verdadeiro sentido prático do controle operário. O decorrer do processo revolucionário, o período que vai de 1917-1921, foi crucial para a afirmação de um caminho real ao socialismo. Contudo, Brinton, analisando as forças em conflito a partir das Atas e outros documentos construídos nos Comitês de Fábrica, nas Assembleias, Congressos, os espaços de debate e de decisões que dirigiram no período em tela, a União Soviética, aponta claramente seu desvirtuamento.

Para Brinton, o âmago da questão deve ser a prevalência, quer no sentido de analisar a experiência soviética, quer na perspectiva de uma nova revolução socialista, da compreensão sobre o sentido do controle operário; diz ele:

Em todas as sociedades de classes, os produtores estão subordinados aos que dirigem o processo de produção. A gestão operária da produção – que implica total domínio dos produtores sobre o processo de produção – não é para nós uma questão secundária. É o próprio núcleo da nossa política. É o único meio que permite superar

⁵² Pseudônimo de Christopher Agamemnon Pallis (1923-2005), neurologista anglo-grego e intelectual socialista libertário.

as relações autoritárias (dirigentes-executantes) na produção e criar uma sociedade livre, (...) Acreditamos também que os meios de produção podem passar para outras mãos (por exemplo para as de uma burocracia que se apropria deles coletivamente) **sem por isso transformar de modo revolucionário as relações de produção.** Nessas condições – e seja qual for a forma de propriedade – a sociedade permanece uma sociedade de classes, pois a produção é sempre dirigida por uma instância outra que não os próprios produtores. As relações de propriedade, por outras palavras não refletem, necessariamente, as relações de produção. Podem servir para mascará-las e, de fato, desempenham frequentemente esse papel. (BRINTON, 1975, pp. 23-24).

A rigidez do modelo adotado na experiência socialista do tipo soviético já foi objeto de diversos estudos realizados que contêm diferentes interpretações críticas sobre a história da revolução russa em sua totalidade; bem como, especificamente sobre a experiência da planificação da economia, basicamente iniciada com a instauração da NEP (Nova Economia Política) em 1921⁵³. Essa rigidez produzia efeitos penosos para os trabalhadores, pois o predomínio da tomada de decisões autoritárias incluía a impossibilidade de uma vez estabelecido oficialmente o plano, não ser possível qualquer alteração nas metas a serem alcançadas. Destaco aqui, como síntese, a diferenciação da categoria planejamento que estamos aqui tratando, da experiência soviética da planificação econômica, expressa da seguinte forma: “a ideia de um planejamento racional da produção acabou por consolidar uma planificação burocrática que, além de ineficiente, radicalizou certas tendências destrutivas contidas na lógica capitalista de produção de riqueza abstrata” (LUCAS, 2015, p. 430).

Para Christopher Arthur (2016, p. 249), “a URSS deve ser vista como a negação do socialismo no interior do socialismo, e tendencialmente a refundação do capitalismo como de fato aconteceu”. Ele acertadamente conclui que a autogestão é o único *meio* para realizar os benefícios da propriedade social. Sem a organização coerentemente orgânica de controle social do sociometabolismo que se queria alí

⁵³ Destacamos algumas obras sobre o assunto: *A história da revolução russa*, publicado em 1930 por Leon Trotsky; os livros de Charles Bettelheim: *Planificação e crescimento acelerado*, *A transição para a economia socialista* e *A luta de Classes na União Soviética*, nos quais o autor afirma que estaria-se diante de um capitalismo de Estado disfarçado de socialismo; Maurice Briton, *Os bolcheviques e o controle operário*; Fernando Claudin, *A crise do movimento comunista*; István Meszáros, especialmente a parte II de sua grande obra, *Para Além do Capital*.

instaurar, a adoção do tipo de planejamento imposto de cima a baixo não tinha nenhum *futuro real*; apenas a projeção arbitrária do presente num futuro *desejado e voluntaristicamente* imposto.

Para Mészáros (2002), as duas características essenciais a um processo de planejamento, ser realmente abrangente e válido ao longo prazo, nunca foram atingidos no modelo soviético, porque “o planejamento imposto dessa forma só poderia ser *post festum* – ou seja, aleatório e toscamente retroativo no passo seguinte do processo de planejamento por causa da inevitável frustração das projeções voluntaristas” (MÉSZARÓS, 2002, p. 46). Para que essas duas características do processo de planejamento se realizem, é indispensável que este seja originalmente construído e ativamente apoiado pelos produtores livres associados. Só assim a viabilidade a longo prazo das decisões tomadas – baseada na igualdade e na democracia substantivas – pelos próprios produtores, no lugar de impostas a eles por um *corpo separado*, pode representar uma potente mediação para a transição socialista/comunista.

Nessa perspectiva, algumas questões emergem para desvelar as potencialidades contidas no *planejamento* na transição do socialismo ao comunismo. É ponto pacífico que qualquer sociedade socialista exige o planejamento. Uma vez mais, Mészáros vai enfatizar:

os que desprezam a própria ideia de planejamento, em virtude da implosão soviética, estão muito enganados, pois a sustentabilidade de uma ordem global de reprodução sociometabólica é inconcebível sem um sistema adequado de planejamento, administrado sobre a base de uma *democracia* substantiva pelos produtores livremente associados (MÉSZARÓS, 2002, p. 45).

Contudo, é fundamental inquirir que tipo de planejamento pode ser adequado a um processo de transição socialista/comunista? Mészáros diz que:

o processo genuíno e viável de planejamento de um novo modo de reprodução sociometabólica se distingue das formas conhecidas de planejamento parcial e superposto por ser firmemente orientado por uma *contabilidade socialista qualitativamente* diferente, em contraste

com a fetichista *estreiteza quantificadora* das variedades passadas (MÉSZÁROS, 2002, pp. 45-46).

A essa *contabilidade socialista* subordina-se a questão fundamental para a humanidade: as duas principais dimensões do tempo – o tempo de vida dos indivíduos particulares e as mais vastas determinações temporais de sua sociedade. Organizar a economia, como afirma Marx, é organizar o tempo; a *contabilidade socialista* é impensável sem um processo de planejamento em que:

os objetivos adotados, baseados nas *necessidades dos indivíduos* – em sua grande variedade e potencial dinâmico para ativar completamente as pessoas envolvidas no atendimento de suas próprias necessidades –, *aglutinam-se* num modo viável de ação coletiva. É o que dá significado ao “plano geral de indivíduos livremente combinados” (MÉSZÁROS, 2002, p. 47).

Desse modo, um processo de planejamento adequado ao pleno atendimento das necessidades dos indivíduos, que são qualitativamente diferentes por sua própria natureza, deve ser organizado, executado e permanentemente avaliado pelos indivíduos cooperativamente associados, com a participação de todos na tomada de decisão e na execução da decisão tomada. E isto apenas é possível com uma organização social que abandone o poder centralizado do Estado e o substitua por uma rede de organizações locais com elevada autonomia de decisão. Assim, os resultados dessas decisões podem ser flexivelmente modificados à luz da crítica *imane*nte do planejamento.

A crítica *imane*nte do planejamento a qual nos referimos depende, por seu turno, do mais preciso conhecimento científico sobre os fundamentos econômicos e suas tendências de desenvolvimento, permitindo, como afirma Lukács:

a ultrapassagem da dualidade *citoyen-bourgeois* e, com ela, sobretudo a ultrapassagem do domínio da humanidade puramente particular (*partikularen*) sobre aquela orientada para a realização de uma generidade não mais necessariamente alienada (LUKÁCS, 2018a, p. 237).

Já vimos com Engels que:

com o desaparecimento das classes desaparecerá inevitavelmente o Estado. A sociedade reorganizando de uma forma nova a produção, na base de uma associação livre de produtores iguais, mandará toda a máquina do Estado para o lugar que lhe há de corresponder: o museu de antiguidades, ao lado da roca de fiar e do machado de bronze (ENGELS, 2015 apud LÊNIN, 2017, p. 37).

Isso implica o reconhecimento da necessária complementaridade entre ciência e filosofia, sem diluir sua diversidade; “têm de tornar atividades prático- teóricas da humanidade para poderem, de modo autêntico, cumprir suas autênticas funções” (ENGELS, 2015 apud LÊNIN, 2017, p. 37). Nesse sentido, não é possível eliminar a filosofia do planejamento. O que enfatizamos com essa tese é que um planejamento conduzido pelos produtores livres associados não pode prescindir do sistema filosófico científico inaugurado por Marx-Engels, como tratamos no capítulo segundo.

Destarte, a questão de pensar teoricamente o planejamento é em si eminentemente *qualitativa*, ou seja, aponta à necessária interpelação de *natureza filosófica e científica* acerca do que é planejamento. No modo hoje dominante de reprodução sociometabólica, o planejamento se consolidou como técnica científica portador da *razão técnica*, denunciada por Herbert Marcuse, em *O homem unidimensional* (1964), como a fonte de todo mal que envenena nossa consciência e ameaça a sobrevivência da raça humana. Para supostamente superar esse mal, Jurgen Habermas, em sua *Teoria do Agir Comunicativo* (2012), formula a ideia de que a ordem social comportaria duas formas de racionalidade: i) O cálculo de utilidades econômicas e políticas que supõe a reificação dos atores sociais e; ii) A comunicação, através do entendimento intersubjetivo, linguisticamente mediado, acerca de fatos, normas sociais e vivências subjetivas.

Portanto a tarefa da racionalidade comunicativa é contrapor o predomínio da razão tecnocrática e estratégica, dado ao crescente desenvolvimento das capacidades cognitivo-morais dos indivíduos, das capacidades normativas dos grupos sociais e das capacidades de julgamento crítico do saber cultural dos cidadãos. Este

desenvolvimento, embora contraditório, apontaria para níveis mais elevados de racionalidade, caracterizados, a grosso modo, pela força da crítica e pela intensificação da solidariedade; esta última entendida como a possibilidade de realização de pactos normativos ou como a possibilidade do entendimento acerca das normas sociais ou expectativas generalizadas de comportamento social

Diferentemente de Habermas⁵⁴, para os autores de nossa pesquisa, a superação da *reificação* não é uma tarefa da *subjetividade*. O fundamento ontológico do trabalho que funda o ser social articula sujeito e objeto, subjetividade e objetividade dialeticamente enquanto uma unidade de contrários, cujo momento predominante é a objetivação. Para sua realização, exigem trocas contínuas (verdadeiramente não conflitantes e, portanto, *mutuamente* modificáveis) dentro de uma estrutura social completamente adaptável. Os resultados dessas trocas podem ser flexivelmente modificados à luz do reexame racional do resultado das políticas livremente adotadas, em contraste com o “tráfego em mão única”, predeterminado estruturalmente por todos os sistemas que são comandados por cima. (HABERMAS, 2012, p. 47) Precisamente é essa condição que permite o retorno do ser à sua razão dialética, como tratado no capítulo terceiro dessa tese.

Na relação capital e trabalho, Marx (1985) concretamente apreende o seu movimento a partir do cotidiano quando afirma que “os trabalhadores têm de pedir permissão aos proprietários dos meios de produção para viver”. Se pararem de trabalhar, “morrem no dia seguinte”. Como vivem de sua força de trabalho, “trabalham sem nada consumir”, e os capitalistas “consomem sem nada produzir”. Frente a essa dura realidade, não é à toa que Marx conclui que se pudessem, os trabalhadores fugiriam do trabalho como fogem da peste. Sob a subsunção do capital, isto é, sob o comando do capital, o trabalho é fonte de sofrimento sem nenhum sentido social (MÉSZÁROS, 2002; LUKÁCS, 2018).

⁵⁴ Para uma crítica mais precisa à teoria do agir comunicativo de Habermas, ver: LESSA, S. *Mundo dos Homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012; especialmente o Capítulo VIII, no qual o autor expõe os fundamentos da categoria trabalhada por Habermas – *mundo da vida* – como expressão da virada para o campo gnosiológico-kantiano realizada por Habermas, que o torna, por isso, um autêntico filósofo da burguesia, fornecendo as bases para uma concepção de mundo plenamente adequada com o mercado e com as relações político-democráticas do capitalismo desenvolvido. Também é fundamental para ampliar a crítica ao conjunto da obra: MÉSZÁROS, I. *O poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004. Nesta obra, Mézáros revela a intenção apologética de Habermas por trás de seu superecletismo orientado para o consenso, que abarca tudo o que pode caber em tal orientação, desde o funcionalismo estrutural parsoniano até a teoria dos sistemas, e desde a filosofia linguística analítica até uma apriorística antropologia de gabinete.

Em Lukács, sobretudo em suas obras de maturidade: a *Estética* e a *Ontologia*, como bem recupera o argentino Miguel Vedda (2011), é no nível mais elementar da vida cotidiana que devem brotar os mecanismos de tomada de decisão sobre as questões vitais para a humanidade. Para ele, da cisão entre *citoyen e bourgeois*, encontramos a raiz do individualismo burguês e suas imbricações para a reprodução da sociedade contemporânea das escolhas, pelos indivíduos, entre alternativas social e cotidianamente postas, no sentido de superar ou não os limites da individualidade burguesa, como bem destaca Sérgio Lessa (1997). Daí a necessidade de aprofundar esse veio de pesquisa acerca do potencial emancipatório do planejamento na vida cotidiana como elemento indispensável para uma teoria da transição socialista/comunista, conforme explicitado no capítulo quarto.

Lukács nos orienta de modo vigoroso sobre a impossibilidade de uma investigação filosófica querer antecipar intelectualmente o como, o onde, o quando de um movimento de superação da alienação. Entretanto, ressalta:

Filosoficamente é apenas visível – e isso não é pouco – que todo autêntico afastar-se da manipulação, toda autêntica virada para sua ultrapassagem abriga em si, como essência, um ser-dirigido, espiritualmente ou na prática, à própria realidade, ao ser social como base de todo pensar e agir que podem conduzir a posições teleológicas na teoria e na práxis (2018a, p.728).

Essa é a tônica das confrontações teóricas e práticas que os movimentos sociopolíticos do presente têm que se remeter cada vez mais, se se querem portadores de uma nova sociabilidade.

É o retorno ao próprio ser social, como base inexorável de toda práxis humana, de todo pensamento verdadeiro que caracterizará o movimento de libertação da manipulação em todas as esferas da vida. Essa tendência fundamental, enquanto tal, pode ser prevista filosoficamente (LUKÁCS, 2018, p. 730).

Do ponto de vista histórico, Lukács sinaliza, a partir da experiência soviética, que muitas vezes as formas ideológicas mais elevadas não auxiliam a tornar

consciente a generidade para si, o desdobramento da autêntica personalidade humana e o combate, nelas, da alienação, mas, ao contrário, não apenas sintam a generidade em si como a única forma possível de existência, como ainda, mais ou menos conscientes, são dirigidas ao desencaminhar, ao rebaixamento da personalidade até à mera particularidade (Partikularität), a promover a fixação da alienação. No caso do planejamento realizado na experiência socialista e nos países capitalistas, essa última tendência prevaleceu, o que torna um imenso desafio forjar qualitativamente *um planejamento crítico radical* exequível numa transição socialista.

Ao discorrer sobre a distinção entre o reino da liberdade e o reino da necessidade, Marx diz:

Assim como o selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer suas necessidades, para manter e reproduzir sua vida, assim também o civilizado tem de fazê-lo em todas as formas de sociedade e sob todos os modos de produção possíveis. Com seu desenvolvimento, amplia-se esse reino da necessidade natural, pois se ampliam as necessidades; mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças reprodutivas que as satisfazem. **Nesse terreno, a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a natureza, trazendo-o para seu controle comunitário, em vez de serem dominados por ele como se fora por uma força cega; que o façam com o mínimo emprego de forças e sob condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana. Além dele é que começa o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode florescer sobre aquele reino da necessidade como sua base. A redução da jornada de trabalho é condição fundamental (MARX, 1983, p. 273 - grifos meus).**

6 CONSIDERAÇÕES: afinal, o que logramos?

A forma era simples, como são todas as coisas grandiosas⁵⁵
(MARX, 2011, p. 129).

No início de nossa trajetória em busca de desvelar o que é o *planejamento*, qual o seu estatuto ontológico, tínhamos em mente, sempre a partir da experiência profissional conjugada ao estudo das categorias fundamentais do ser social – teleologia-causalidade, práxis social, sujeito-objeto, consciência e razão, totalidade etc. –, que retomar o caráter essencialmente humano, histórico e dialético do planejamento significaria abrir uma frente de elaborações contrárias ao comando hierárquico do capital, determinado pela divisão social do trabalho (com sua dimensão, extensão e profunda fragmentação), apontando criticamente o caráter alienado e alienante do MPC, ao mesmo tempo, restituindo-lhe a sua positividade sob o comando do trabalho organizado pelos produtores livres associados.

Para isso, recorreremos à pesquisa de autores clássicos do marxismo, como Lukács e Mészáros, bem como aos originais Marx-Engels-Lênin, que sempre viram no planejamento o modo de controle social, isto é, a organização consciente e sistemática do sociometabolismo sob o comando dos produtores livres associados. Isso permitiu revelar as profundas contradições que encerra a acepção corrente de planejamento como *técnico-político* e, ao mesmo tempo, evidenciar os fundamentos ontológicos de seu *potencial emancipador* como mediação sob o comando do trabalho para a emancipação humana.

No capítulo segundo, retomamos uma importante demarcação de fundamentos ontológicos, gnosiológicos e epistemológicos no campo da filosofia e da ciência para limpar o terreno no qual repousam as concepções sobre *escolhas de alternativas, teleologia, causalidade, consciência, meios e fins, práxis etc.*,

⁵⁵ Marx se referindo à Comuna em relação à experiência de “reabsorção, pela sociedade, pelas próprias massas populares, do poder estatal como suas próprias forças vitais em vez de forças que a controlam e subjugam, constituindo sua própria força em vez da força organizada de sua supressão – , a forma política de sua emancipação social, no lugar da força artificial, (apropriada por seus opressores) (sua própria força oposta a elas e organizadas contra elas) da sociedade erguida por seus inimigos para sua opressão” (MARX, 2011, p. 129).

concepções que se grudam no planejamento e em sua funcionalidade na ordem do capital e *para além dela*, formando um campo semântico de grande confusão que incide sobre a compreensão mais profunda dessa categoria ontológica, facilitando a tendência de sua incorporação como uma instrumentalidade que pode estar a serviço dos interesses divergentes de indivíduos, grupos ou classes sociais, e/ou mesmo, a serviço da harmonização desses interesses conflitantes pela mediação do Estado.

O ponto de partida para a afirmação do caráter emancipatório do planejamento radica sobre a concepção de mundo do materialismo histórico e dialético, que é ao mesmo tempo herdeira e superior ao idealismo-objetivo de Hegel, porque parte do fato de que o mundo social e o conhecimento desse mundo são sempre um único e mesmo processo. Nesse sentido, o conhecimento não pode liberar-se de ser um conhecimento humano, social e histórico produzido pela práxis humana. Eis a chave para a compreensão ontológica, gnosiológica e epistemológica do planejamento. Diante das questões postas pela realidade, a atitude do homem é prática e objetiva. Então, desvelar o mundo e suas causalidades para transformá-las em algo novo e necessário a sua própria subsistência é a base da dialética do ser social em sua processualidade histórica que cria o *ser em si* e o *ser para si*. A categoria da totalidade, como um sistema dinâmico e contraditório de relações articuladas que se implicam e se explicam estruturalmente, é fundamental no desenvolvimento histórico do *em si* ao *para si*.

Uma descoberta indispensável para estruturar o planejamento é a prioridade do objeto em relação ao sujeito, presente no sistema categorial filosófico-científico de Marx. A [ciência] teoria [pensamento] é sempre a reprodução ideal da realidade e como o ser-em-si não se revela de imediato, exige então uma atividade por parte dos homens de inquirir a realidade em sua aparência e sua essência, que por não coincidirem diretamente, exigem o desenvolvimento da filosofia e da ciência. Nessa perspectiva, afirmamos a inseparabilidade do complexo categorial filosófico-científico para fazer planejamento e restaurar lhe seu potencial emancipador como intrínseco ao desenvolvimento histórico social da humanidade.

Descobrimos ainda que não é possível conceder ao pensamento a prevalência na condução dos processos de planejamento sob pena de submergir à aparência enganadora das *coisas*. Portanto, é fundamental realizar a crítica às concepções idealistas que impregnaram a filosofia e a ciência, especialmente após 1848, em que

se inicia o processo de decadência ideológica da burguesia tão bem caracterizado por Marx em *O dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*.

Mas essa crítica só se estabelece concretamente no sistema marxiano pelo recurso à *ontologia*. Isto porque, com a emergência das lutas operárias no início do 1843, Marx-Engels conseguem elaborar sua teoria social, a qual não encontra explicações convincentes na gnosiologia e na epistemologia, rompendo, a partir daí, com o fundamento *gnosioepistêmico* que caracteriza o campo das ciências sociais.

Com acerto, o caminho da pesquisa comprovou que é no campo da *ontologia*, e não da *gnosologia* e da *epistemologia*, que encontramos os fundamentos para desvelar o *planejamento enquanto categoria de mediação entre sujeito e objeto da práxis social humana*. Os três princípios da filosofia materialista e dialética: i) O descarte da especulação, isto é, do logicismo e da arbitrariedade da razão autossustentada; ii) O reconhecimento da *objetividade* autoposta como determinação ontológica mais geral do homem em sua autoefetividade material e; iii) A identificação da sociabilidade como base da inteligibilidade, afirmam a historicidade radical da razão dialética em sua concretude, e são orientadores do *planejamento* como categoria da práxis social humana.

Na ontologia desenvolvida por Marx e Engels, tornou-se uma possibilidade concreta a correta compressão e intervenção dos homens no mundo e em suas relações. Por isso, nos foi possível teorizar sobre planejamento numa base radicalmente diferenciada de sua tradicional acepção teórico-prática inscrita no campo das ciências humanas e sociais aplicadas como técnica e política, sem apresentar seus fundamentos ontológicos; ou até mesmo, sem se operar a eles de forma consciente pela explícita negação, ora da possibilidade de conhecer o *ser em si*, ora da refutação completa de sua existência, como no irracionalismo e no empirismo, presentes no neokantismo e no neopositivismo.

Portanto, o movimento de desvelamento da categoria objeto de estudo desta tese apontou a necessidade teórico-prática de romper com qualquer perspectiva filosófica *idealista*. Sob o domínio das filosofias e ciências *idealistas*, o planejamento só pode ser tomado como metodologia para organização das ações e para a tomada de decisão sobre o *rumo* a ser seguido nas diferentes organizações na sociedade capitalista – *planejar e controlar o incontrollável*, revela sua incorrigível e paradoxal

nulidade na vida cotidiana.

Nesse tratamento científico-filosófico sobre a práxis humana, Marx (1985) demonstra que a consciência só pode ser explicada pelas “contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção”. É precisamente nessa profunda distinção entre o *ser da consciência* tomado numa concepção idealista em sua abstração racional, própria do hegelianismo, e o ser social marxiano com sua historicidade, que repousam os pressupostos fundamentais do *planejamento em sua dialética de teleologia-causalidade e teleológica-causalidades postas* – desenvolvidas ao longo desta tese – e sua relação com a emancipação humana numa perspectiva do projeto de classe *revolucionária*.

Nesse sentido, a nossa tese permite destacar a grande contribuição do resgate do *giro ontológico* de Marx-Engels para o desvelamento do planejamento enquanto *categoria imanente do ser social*; tem sua base na *teoria social revolucionária*, que expõe o ser humano como objeto de si mesmo e a sociabilidade, historicamente construída a cada momento como resultado desse colocar-se subjetivamente num interfluxo com a objetividade, formando uma determinação recíproca. Lukács, na *Ontologia*, explicitou em detalhes os pressupostos teórico- metodológicos desta concepção de mundo, demonstrando-o como resultado da atividade social, que é possível conhecê-lo na sua máxima profundidade, e que é possível transformá-lo em sua integralidade.

A contribuição de Lênin para a composição de uma teoria da transição socialista foi revelar a profunda adulteração da doutrina marxista do Estado feita por Kautsky e pelos políticos pequeno burgueses, para quem a concepção de Estado aparece como *conciliador* das classes em luta. A ordem que este impõe é justamente a conciliação das classes, não a opressão de uma classe por outra; moderar o conflito significa conciliar, não tirar das classes oprimidas determinados meios e processos de luta por meio da derrubada dos opressores. Referindo-se à Revolução de Outubro, diante da prática imediata do que fazer com o Estado, qual seria sua função na nova sociedade, Lênin revela que os SRs. e os mencheviques aderiram à teoria pequeno-burguesa das conciliações das classes pelo Estado. Lênin (2017, p. 30) constata que: “o Estado é o órgão de dominação de determinada classe, a qual *não pode* ser conciliada com

sua antípoda (com sua classe antagonista), isto é algo que a democracia pequeno-burguesa nunca poderá compreender”.

Marx-Engels vão anotar que após 24 anos da edição do *Manifesto*, seu programa deveria ser melhorado, considerando o desenvolvimento da indústria moderna desde 1848 e os progressos correspondentes da organização da classe operária e a experiência prática adquirida, especialmente na Comuna de Paris, quando o proletariado, pela primeira vez, toma posse do poder político (apenas por dois meses): “a classe operária não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins” (MARX, 2011, p.54). Para Lênin, esta é a principal lição do marxismo sobre as tarefas do proletariado em relação ao Estado: demolir a máquina de Estado burocrático-militar.

Então, pelo quê substituir a máquina quebrada do Estado? Lênin ressalta que a Comuna substitui a máquina do Estado “apenas” por uma democracia mais completa: a extinção do exército permanente, plena elegibilidade e revogabilidade de todos os funcionários públicos. Mas, na realidade, esse “apenas” significa a substituição gigantesca de algumas instituições de tipo fundamentalmente diferente. Como se trata de uma democracia organizada e conduzida pela maioria da população, é a própria maioria do povo que reprime seus opressores, já não é necessária uma “força especial” para a repressão! É nesse sentido, afirma Lênin, que o Estado começa a *definhar*. Em vez de instituições especiais de uma minoria privilegiada (funcionalismo privilegiado, comando do exército permanente), a própria maioria pode realizar de forma direta, e quanto mais a própria realização das funções do poder do Estado se tornar de todo o povo, menos necessário se torna esse poder. Os meios para realizar essa tarefa consiste primeiro na redução dos custos do estado e depois de seu completo descarte: a elegibilidade completa, a revogabilidade a *qualquer momento* de todos os funcionários públicos sem exceção, a redução de seus vencimentos ao habitual “salário de operários”; essas medidas democráticas simples e “compreensíveis por si mesmas”, unindo completamente os interesses dos operários e da maioria dos camponeses, servem ao mesmo tempo de ponte que conduz o capitalismo para o socialismo após a revolução.

Na atualidade, é possível revelar mais uma profunda contradição do MPC no que tange à função do estado no controle social; a tendência à informatização e

atendimento ao público via *internet*⁵⁶, tornando efetivamente possível a redução de pessoal na administração direta e indireta e nas várias esferas governamentais. Essa possibilidade aberta pelas tecnologias informacionais leva a muita confusão interpretativa, como por exemplo a ideia de que os algoritmos e os *big data* mudam a natureza desse problema de uma sociabilidade planejada, porque *a revolução do Big Data pode ressuscitar a economia planejada*, uma vez que:

as plataformas digitais são uma ferramenta poderosa para centralizar e gerenciar informações. Ao contrário do que aconteceu na URSS, essa centralização não é feita por seres humanos com faculdades cognitivas limitadas e propensas a erros e corrupção. Isso é feito por algoritmos⁵⁷.

Tal perspectiva, por tudo que desenvolvemos nesta tese, não constitui um *meio* para a emancipação humana, é apenas mais uma versão atualizada da fetichização da técnica.

Para Marx-Engels-Lênin, a experiência da Comuna substituiu o parlamentarismo corrupto e apodrecido da sociedade burguesa por instituições em que a liberdade de opinião e de discussão não degenera em engano, pois os próprios parlamentares têm de trabalhar, executar eles próprios suas leis, comprovar eles próprios o que se consegue na vida, responder eles próprios diretamente a seus eleitores. O fundamento aqui é a mudança qualitativa das instituições representativas que passam a ser um órgão de trabalho, despindo-se completamente do parlamentarismo como sistema especial, como divisão do trabalho legislativo e executivo, como situação privilegiada para os deputados. Precisamente nesses

⁵⁶ Por exemplo, o Programa Transformação Digital da ENAP (Escola Nacional de Administração Pública) foi desenvolvido com o propósito de formar profissionais para atuar na difusão da cultura de concepção digital em diferentes áreas do Poder Executivo federal. O Programa abrange a identificação dos papéis profissionais e das capacidades necessárias para promover a transformação digital, de modo que os serviços digitais sejam oferecidos de forma simplificada, acessível, inteligente e personalizada. Diante do desafio de desenvolver um Programa atualizado, robusto e compatível com as evoluções inerentes ao campo da transformação digital de serviços, a ENAP contará com a parceria de instituições renomadas, como a *University of Denver* (EUA), a *Delft University of Technology* (Holanda), a *Harvard Kennedy School* (EUA), e a *London School of Economics* (Reino Unido).

⁵⁷ Os autores dessa ideia são: Cédric Durand e Razmig Keucheyan, que desenvolvem seus argumentos em três artigos na página *Outras Palavras - Jornalismo de Profundidade e Pós-Capitalismo*: < <https://outraspalavras.net/author/cedric/>>.

espaços, podemos vislumbrar o planejamento emancipatório; capaz de operar as teleologias primárias e secundárias com as causalidades postas, será a tarefa imediata, direta, do proletariado revolucionário.

No momento em que não houver mais classe social para manter sob opressão, no momento em que forem eliminadas junto com a dominação classista e a luta pela existência {individual} fundada na anarquia da produção antes vigente, também as colisões e os excessos delas decorrentes, nada mais haverá para reprimir, nada mais haverá que torne necessário um poder repressor específico, um Estado. O primeiro ato no qual o Estado realmente atua como representante de toda a sociedade – a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade – é, ao mesmo tempo, seu último ato {autônomo} enquanto Estado. (...) **O governo sobre pessoas é substituído pela administração de coisa e pela condução de processos de produção.** A sociedade livre não pode utilizar ou tolerar nenhum “Estado” entre ela e seus membros. {O Estado não é “abolido”, *mas definha e morre.*}

Nesse sentido, a chave para uma transição socialista consiste em (re)estabelecer o controle pelos produtores associados dos locais de trabalho e de moradia. Como a administração deixa de ser a *administração das pessoas* e passa a ser a administração das coisas, o que a torna simples e fácil de ser realizada por todos na sociedade, não mais necessitando de um corpo de especialistas distinto do todo social, estão postas as condições concretas para o “fenecimento” do Estado.

Como tratamos na tese: i) Existe uma tensão dialética entre teleologia e causalidade, entre as representações da consciência que fixa os seus objetivos e a realidade sem limites das cadeias causais que permite estabelecer o princípio movente do ato de trabalho; ii) Existe uma conexão indissolúvel entre finalismo e causalidade que permite demonstrar, ao mesmo tempo, o caráter irreduzível do mundo dos valores, produto da consciência ponente como o necessário enraizamento dos valores na rede das cadeias causais, objetivas e subjetivas e, por fim; iii) Existe um condicionamento duplo nas posições teleológicas: autocondicionadas pela consciência que põe, que age impulsionada pelas necessidades e pelos projetos individuais, e heterocondicionadas pelas determinações objetivas do real, ambas, indissociáveis.

Desse modo, temos que é precisamente nessa *vontade orientada a um fim* que se encontram os elementos ontológicos que explicam o *planejamento como atividade ontoprática*, podendo apenas ser apreendida em sua dialeticidade a partir das atividades presentes no cotidiano de todos os homens e mulheres nos atos de produção e de reprodução social, como atividade imanente ao trabalho responsável pela elaboração racional das posições *socioteleológicas*, as quais, como afirma Lukács, expressam uma consciência que põe fins e dá origem a um processo real, exatamente ao processo teleológico.

Na nossa experiência profissional, a atividade de planejar, mesmo sob o domínio do “técnico-político”, os fundamentos do trabalho – exteriorização e objetivação – sempre estiveram presentes. Todos os participantes do processo de planejamento, independentemente da área de atuação, vivenciaram modificações em sua consciência e atitudes sobre formas de se relacionar com as situações e sobre si mesmos, descobrindo novos conhecimentos e saberes, adquirindo novas habilidades e desenvolvendo o controle sobre o meramente instintivo e emocional. Contudo, sem o conhecimento mais preciso sobre as determinações da causalidade para uma autêntica posição teleológica, o planejamento não realiza sua potencialidade emancipatória e reproduz seu caráter fetichista.

Nosso caminho teórico-metodológico apontou que, para uma correta apreensão do planejamento, é preciso considerar sua gênese e seu ulterior desenvolvimento enquanto vigente: i) No interior do trabalho onde a posição teleológica ou a teleologia tem existência real, material, concreta. Isto é, a existência humana ou a história humana decorre das finalidades postas pelos indivíduos em cada momento de modo mais ou menos consciência (às vezes inconsciência) em interação permanente entre causalidades naturais e causalidades postas; ii) Para que o pôr do fim se realize é necessário obter um conhecimento mais correto possível sobre o objeto, ou seja, pesquisar sobre suas propriedades reais e seus modos de ser que não dependem da vontade do ser que pesquisa; iii) Além de um correto reflexo da realidade apreendido pelo sujeito que trabalha, capaz de formular alternativas de escolha, é mister estabelecer metodologicamente os passos a serem dados para a consecução do fim, e ao mesmo tempo gerar um sistema de controle sobre o processo do trabalho e sobre seu resultado e; iv) As decisões tomadas frente às escolhas de alternativas são sempre mediadas pela racionalização e pela ética.

Mészáros, afirma que:

o abandono de uma crítica radical ao modo de controle hierárquico e usurpado do trabalho pelo capital, com a aceitação da permanência da posição material do capital no processo sociometabólico, representa o abandono do verdadeiro alvo da transformação socialista, que é ir além do capital, e não se submeter a seus imperativos autorreprodutivos de exploração do trabalho, ou se conformar aos limites da política por ele estabelecida (MÉSZÁROS,2002, p.554).

Desse modo, somente pela restituição do poder de tomada de decisão aos produtores associados pode-se executar o planejamento emancipatório que intentei desenvolver nesta tese; um planejamento capaz de favorecer o fenecimento do Estado, tal como expomos no capítulo segundo, dado seu fundamento ontológico, realizador da crítica imanente às *causalidades postas* pela ação humana; um planejamento com a capacidade de realizar o modo de controle sociometabólico alternativo, tanto na esfera política como na reprodução material. Planejar a organização da produção e a distribuição dos frutos do trabalho passa a ser tarefa cotidiana e se conecta à organização dos locais de produção e de moradia, tal como expresso na experiência da Comuna.

Nesse preciso sentido, a pesquisa que realizamos sobre o que é planejamento para além de seu axioma: *técnico e político*, ousou desvelar o planejamento como uma categoria ontológica do ser social, *uma mediação imanente à práxis do ser social*, potencialmente emancipatória dos indivíduos e do gênero humano. Lukács, recuperando Marx em uma das correspondências deste a Arnold Ruge (filósofo e escritor Alemão), ainda durante os seus escritos juvenis nos *Anais franco-alemães*, confirma a assertiva ontológica que exige programaticamente: “a reforma da consciência consiste unicamente em deixar o mundo interiorizar sua consciência, despertando-o do sonho sobre si mesmo, explicando-lhe suas próprias ações” (MARX, 2017 apud LUKÁCS, 2018a, p. 730).

E como peremptoriamente vem defendendo o Professor Ivo Tonet (2016, p. 25), é preciso desvelar “a razão do mundo enquanto *razão do mundo*” como forma de

superar a alienação e construir as escolhas de alternativas a partir do campo de possibilidades da realidade objetiva resultantes das *causalidades postas* historicamente pelo próprio ser social. Esse é o conceito de materialismo que precisamos operar no planejamento: a simples aceitação da realidade objetiva que existe independentemente do conhecimento humano e que é somente refletido nele.

Foi um desafio enriquecedor me mover no campo da filosofia, fato que contribuiu enormemente para a lentidão da escritura da tese e, certamente, para as mais que possíveis lacunas na apreensão e na exposição do objeto de pesquisa. Não é de pouca monta trazer à tona um debate eminentemente teórico numa pesquisa acadêmica, ainda que na esfera do doutoramento, sobre uma *categoria* envolta em muitas polêmicas e muitos usos práticos, contando com pelo menos 200 anos de teoria e aplicações práticas, segundo John Friedmann; inclusive pelo fato de constituir um enorme desafio de enfrentar os preconceitos *anti-ontológicos* que se encontram ancorados na superfície imediatamente dada da vida social, o quão difícil é e o quão vasto esforço intelectual custa para se destacar radicalmente desta aparência (LUKÁCS, 2018a, p. 394).

A grande diferença que se pode destacar em relação a tudo que já foi produzido sobre o planejamento, tomando inclusive como referência a linha histórica traçada por Friedmann em sua obra *Planejando no domínio público: do conhecimento à ação* (1987), é a afirmação do planejamento como categoria do ser social que não pode ser separada deste sem com isso tornar-se um *fetice* e, em alguns casos, funcionar como uma *ideologia manipulativa*. Com o materialismo histórico e dialético inaugurado por Marx e Engels, apontamos no capítulo segundo que somente a unidade orgânica da dialética com o materialismo equipa o pensamento com capacidade e habilidade para refazer esse mundo de acordo com as leis objetivas e tendências de seu próprio desenvolvimento – eis a possibilidade de o planejamento ser essa mediação e cumprir essa função numa transição do socialismo ao comunismo. Isso explica por que não é possível retirar do planejamento a filosofia do sistema marxiano, se quisermos que este realize seu potencial emancipador.

Frente às ameaças concretas que a crise estrutural do capital nos impõe, abre-se, contraditoriamente, a perspectiva de um longo processo de libertação, rico de contradições e retrocessos. Entretanto, é preciso afirmar que a busca pela

autolibertação exige essa visão de mundo para não cair na armadilha de negar as possibilidades históricas de transformação social radical, nem alimentar esperanças numa transformação gradual feita de conquistas parciais.

Ao fim, apontamos afirmativamente a nossa hipótese de que não existe nenhuma situação ontológica que impeça, efetivamente, os seres humanos, pela mediação do planejamento, de se emancipar das alienações geradas pelo processo de exteriorização e objetivação próprios da práxis social. Portanto, o potencial emancipador do planejamento pode e deve ser (re)apropriado pelos produtores livremente associados na transição para o socialismo e deste para o comunismo como mediação para o fenecimento do estado, e assim, conhecer o mundo tal qual ele é para mudá-lo em nosso humano proveito de modo permanente.

Nessa perspectiva, esperamos ser de alguma valia o caminho *ontometodológico* traçado na pesquisa para afirmar a potencialidade do planejamento realizado pelos produtores livres associados sem a mediação do Estado a partir das bases de produção e de reprodução de suas próprias vidas, tomando como referência imediata a redução da jornada de trabalho, o fim da hierarquia na divisão das atividades e a supressão da propriedade privada dos meios de produção e distribuição, agora administrados coletivamente por esses produtores; e por isso sua marca será: conhecer o mundo tal qual ele é para mudá-lo em nosso humano proveito de modo permanente.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ADORNO, T. W. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- ALI, T. Textos Introdutórios. In: MARX, K.; ENGELS, F./ LENIN, V. **Manifesto Comunista/ Teses de abril**. São Paulo: Boitempo, 2017. pp 11-20.
- ALVES, G. **Lukács e o século XXI: Trabalho, Estranhamento e Capitalismo Manipulatório**. Londrina: Praxis, 2010.
- ANDRADE, M. **Ontologia: dever e valor em Lukács**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.
- ANTUNES, A; BROWN, C.; MONTE, M.; BABY, P. **Vilarejo**. 2006. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/marisa-monte/441705/>>. Acesso em: 31 jul. 2019.
- ANTUNES, R.; REGO, W. L. **Lukács: um galileu no século XX**. São Paulo: Boitempo, 1996.
- ASTARITA, R. **Keynes, poskeynesianos y keynesianos neoclásicos: apuntes de economía política**. Bernal: UNQ, 2008.
- BAPTISTA, M. V. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras, 2000.
- BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BATTINI, O. **O assistente social o processo decisório**. São Paulo: Cortez, 1981.
- BEHRING, E. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BETTELHEIM, C. **A luta de classes na União Soviética**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. v. 1.
- BETTELHEIM, C. **A luta de classes na União Soviética**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. v. 2.
- BETTELHEIM, C. **A transição para a economia socialista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- BETTELHEIM, C. **Planificação e crescimento acelerado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

- BORGES, L.; BASTOS, R. **O trem azul**. 1971. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/lo-borges/47026/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do Trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Do Estado Patrimonial Ao Gerencial. In: PINHEIRO, P. S.; W. J.; SACHS, I. (Orgs.). **Brasil: um Século de Transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pp. 222-259.
- BRINTON, M. **Os Bolcheviques e o controle operário**. Cidade do Porto: Afrontamento, 1975.
- CASTELO, R. A questão do neodesenvolvimentismo e as políticas públicas. [Entrevista cedida a] Raquel Raichelis. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 119, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000300009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 30 jul. 2019.
- CLAUDIN, F. **A crise do movimento comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- CONH, A. **Crise Regional e Planejamento**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- COUTINHO, C. N. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2008.
- DEL ROIO, M. (Org.). **Gyorgy Lukács e a emancipação humana**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- DUSSEL, E. **A produção Teórica de Marx: um comentário aos Grundrisse**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FLORESTAN, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FLORESTAN, F. **Da Guerrilha ao Socialismo: a Revolução Cubana**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FLORESTAN, F. **Em busca do socialismo**. São Paulo: Xamã, 1995.
- FORESTER, J. **Planning in the face of power**. California: University of California Press, 1989.

- GABRIEL, M. **Amor e capital: a saga da família de Karl Marx e a história de uma revolução.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- GOLDMAN, W. **Mulher, Estado e Revolução.** São Paulo: Boitempo/Iskra, 2014.
- HARBERMAS, J. **Conhecimento e interesse.** São Paulo: UNESP, 2014a.
- HARBERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia.** São Paulo: UNESP, 2014b.
- HARVEY, D. **A condição Pós Moderna.** São Paulo: Loyola, 2000.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005a.
- HARVEY, D. **17 contradições do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.
- HARVEY, D. **Espaços de Esperança.** São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, D. **O Novo Imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2005b.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- HOBBSBAWN, E. **Como mudar o mundo: Marx e marxismo.** São Paulo: Companhia da Letras, 2011.
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche.** São Paulo: Cortez, 2007.
- IANNI, O. **A sociedade Global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- IASI, M. L. **Política, Estado e Ideologia, na trama conjuntural.** São Paulo: ICP, 2017. KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KRUPSKAYA, N. K. **A construção da pedagogia socialista.** São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, H. **O direito à Cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.
- LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução.** São Paulo: Boitempo, 2017.

LENINE. **Quem leva a vida sou eu**. 2015. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/lenine/quem-leva-a-vida-sou-eu/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

LESSA, S. **Lukács: Ética e Política**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LESSA, S. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, S. **Para compreender a Ontologia de Lukács**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LESSA, S.; PINASSI, M. O. (Orgs.). **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOSURDO, D. **Guerra e Revolução: o mundo um século após outubro de 1917**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LUCAS, M. R. **De Taylor a Stakhanov: utopias e dilemas marxistas em torno da racionalização**. 2015. 465 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH, UNICAMP, Campinas, 2015. ,

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.

LUKÁCS, G. **Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. **Marx e Engels como historiadores da literatura**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LUKÁCS, G. **O Jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2018.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2012. v. 2.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do Ser Social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, G.. **Reboquismo e Dialética: uma resposta aos críticos de História e consciência de classe**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MANDEL, E. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANNHEIM, K. **Liberdade, poder e planificação democrática**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

MARTINS, C. Duas cabeças, um corpo: Partido, Movimentos Sociais e Estratégias Democrático-popular. In: IASI, M. et al. **A estratégia democrático-popular: um inventário crítico**. Marília: Lutas anticapital, 2019. pp. 125-146.

MARX, K. **A Guerra Civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **A Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **A questão Judaica**. Lisboa: Lusofonia, 1975.

MARX, K.. **A sagrada Família**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.. **Crítica ao programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Glossas Críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a Reforma Social”. De um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

MARX, K.. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. Rio de Janeiro: Boitempo, Editora da UFRJ, 2011.

MARX, K. **Livro I: o processo de produção do capital (O Capital: crítica da economia política)** São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.. **Livro I: o processo de produção do capital (O Capital: crítica da economia política)**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1.

MARX, K. **Lutas de classe na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010c.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Para a crítica da economia política: Introdução**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARTORANO, C. L. **A burocracia e os desafios da transição socialista**. São Paulo: Xamã, 2002.

MARTORANO, C. L. **Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

- MESZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MESZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência**. São Paulo: Boitempo, 2011. v. 2.
- MESZÁROS, I. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MESZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MESZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MESZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo/UNICAMP, 2002.
- MUSTAFÁ, M. A. M. (Org.). **O Ser Social: Ética, Pesquisa Social e Direitos Humanos**. Recife: Editora da UFPE, 2012.
- NASCIMENTO, M.; SILVEIRA, R. **Portal da cor**. 1985. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/milton-nascimento/307375/>>. Acesso em: 31 jul. 2019.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.
- NETTO, J. P. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2015.
- NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996a.
- NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo; Cortez, nº 50, 1996b.
- NETTO J. P. **Uma face contemporânea da barbárie**. 2010. Disponível em: <<http://www.odiarario.info/b2-img/JosePauloNetto.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2017.
- OLDRINI, G. **Gyorgy Lukács e os problemas do marxismo do século 20**. Maceió: Coletivo Veredas, 2017.
- OLDRINI, G. Apresentação. In: LUKÁCS, G. **Para uma Ontologia do Ser Social**. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 2. s. p.
- PAULA, J. A. de. **Crítica e Emancipação Humana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- PINASSI, M. O. **Da miséria ideológica à crise do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- SCHENEIDER, G. (Org.). **A revolução da mulheres: emancipação feminina na**

Russia. São Paulo: Boitempo, 2017.

SERGE, V. **O Ano I da Revolução Russa**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, E. S. da.; MERITI, S.; SERAFIM, S. R. **Deixa a vida me levar**. 2002.
Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/zeca-pagodinho/49398/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

SILVA, R. B. da. **Intelectuais e Movimentos Sociais Populares**: possibilidades e limites na construção da hegemonia das classes subalternas. Recife: O AUTOR, 1997. 140 folhas.

SOUZA, J. M. A. Três teses sobre o sincretismo no Serviço Social. *IN Revista Serviço Social & Sociedade* n 119. São Paulo: Cortez, 2014.

Souza Filho, R. de *Gestão democrática e Serviço Social*: princípios e propostas para a intervenção crítica. São Paulo: Cortez 2016.

TERTULIAN, N. **Lukács e seus contemporâneos**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

TEXEIRA, J. B. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. pp. 553-574.

_____. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 2011.

TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

WOOD, E. M. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O Império do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.